



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB

DANIELLE SAMPAIO BARREIROS

LETRAMENTO ESTATÍSTICO NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IBGE

RIO DE JANEIRO
MAIO 2025



DANIELLE SAMPAIO BARREIROS

LETRAMENTO ESTATÍSTICO NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IBGE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro requisito parcial para a qualificação no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia,
Cultura e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização do
Conhecimento, Tratamento da Informação e
Práticas Infocomunicacionais

Orientador: Prof. Dr. Alberto Calil Elias
Junior.

RIO DE JANEIRO
2025

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

B271 Barreiros, Danielle Sampaio
Ações de letramento estatístico no sistema de bibliotecas do IBGE / Danielle Sampaio Barreiros. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
128

Orientador: Alberto Calil Elias Junior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2025.

1. Letramento Estatístico. . 2. Letramento informacional. . 3. Fontes de Informação. I. Elias Junior, Alberto Calil , orient. II. Título.

DANIELLE SAMPAIO BARREIROS

LETRAMENTO ESTATÍSTICO NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IBGE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro requisito parcial para a qualificação no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia.

Aprovado em: 27 de março de 2025.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior - Presidente

Profa. Dra. Dayanne da Silva Prudencio – Titular Interno

Prof. Dr. Marcos Leandro Freitas Hubner – Suplente Interno

Profa. Dra. Marianna Zattar – Titular Externo

Profa. Dra. Marielle de Moraes – Suplente Externo

Aos meus filhos Alice e Marcos, meus amores!

Dedico aos meus filhos que são minha inspiração, Alice e Marcos, à Léa, minha querida,
ao meu pai Ricardo, em memória, e ao meu esposo Marcos Tinoco.

A Deus, que é o único sábio, seja dada a glória por meio de Jesus Cristo para sempre.

Amém.

Romanos 16:27 Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é mapear a existência de práticas de letramento estatístico, direcionadas aos cidadãos nas bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas do IBGE. Discute as noções de letramento estatístico e letramento informacional bem como a crescente importância desses letramentos para a efetivação da democratização das informações e dados produzidos pelo Instituto. É uma pesquisa de natureza aplicada e com metodologia adota a pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa. A revisão bibliográfica se dá por meio de pesquisa bibliográfica, realizada a partir das bases de dados BRAPCI, BDTD, ERIC e RBE's. A pesquisa utiliza como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada aos bibliotecários que atuam nas bibliotecas pertencentes ao Sistema de Bibliotecas do IBGE, que formam a população de pesquisa. A técnica utilizada na análise dos dados coletados foi a análise de conteúdo de Laurence Bardin. A partir dos dados coletados, gerou-se subsídios para a criação de um programa de letramento estatístico informacional no âmbito das bibliotecas do IBGE e como produto final uma cartilha direcionada a bibliotecários, sejam estes servidores ou não do IBGE de forma a divulgar as fontes de informação produzidas pelo Instituto e incentivar ações de letramento estatístico.

Palavras-chave: Letramento Estatístico. Letramento Informacional. Competência em Informação. Fontes de Informação. Bibliotecas. IBGE. Cidadania.

ABSTRACT

The objective of this research is to map the existence of statistical literacy practices, aimed at citizens in the libraries that make up the IBGE Library System. It discusses the notions of statistical literacy and informational literacy as well as the growing importance of these literacies for the democratization of information and data produced by the Institute. It is a research of an applied nature and as a methodology it adopts descriptive research, with a qualitative approach. The bibliographic review takes place through bibliographic research, carried out using the BRAPCI, BDTD, ERIC and RBE databases. The research uses a semi-structured interview as a data collection instrument applied to librarians who work in libraries belonging to the IBGE Library System, which form the research population. The methodology used to analyze the collected data was Laurence Bardin's content analysis. The aim is to use the collected data to generate support for the creation of a statistical literacy program within the scope of IBGE libraries and to generate as a final product a booklet aimed at librarians, whether they work at IBGE or not, in order to disseminate the sources of information produced by the Institute and encourage statistical literacy actions.

Keywords: Statistical Literacy. Information Literacy. Information Sources. Libraries. IBGE. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Decreto de criação da Diretoria Geral de Estatística.	43
Figura 2 - Instruções para arrolamento da população da Côrte.	44
Figura 3 - Informação divulgada atribuída ao IBGE.	56
Figura 4 - Programa Censo Demográfico.	57
Figura 5 - Modelo de letramento estatístico proposto por Gal.	59
Figura 6 - Notícia de jornal abordando a alta de preços dos alimentos.	60
Figura 7 - Desemprego é maior entre as mulheres.	61
Figura 8 - Critical Thinking Perspective.	65
Figura 9 - Curso de alfabetização de dados.	73
Figura 10 - Onde estamos.	75
Figura 11 – Organograma do CDDI.	77
Figura 12 - O Sistema de Bibliotecas do IBGE.	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo de formação.	81
Gráfico 2 - Tempo de atuação no IBGE.	81
Gráfico 3 - Formação Continuada.	82
Gráfico 4 - Áreas de especialização.	83
Gráfico 5 - Relação entre os letramentos estatístico e informacional.	86
Gráfico 6 - Bibliotecas que oferecem ações de letramento.	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estratégias de busca.	22
Quadro 2 - BRAPCI - Documentos recuperados.	23
Quadro 3 - BRAPCI - Documentos selecionados.	24
Quadro 4 - BDTD - Documentos recuperados.	24
Quadro 5 - BDTD - Documentos selecionados.	25
Quadro 6 - ERIC - Documentos recuperados.	25
Quadro 7 - ERIC - Documentos selecionados.	26
Quadro 8 - RBEs - Documentos recuperados.	26
Quadro 9 - RBEs - Documentos selecionados.	27
Quadro 10 - Corpus da pesquisa.	28
Quadro 11 - Perguntas do roteiro e objetivos.	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atividades citadas pelos entrevistados.

90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Estatística
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CEP	Comitê de ética em pesquisa
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
ERIC	Educational Resources Information Centre
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
INE	Instituto Nacional de Estatística
LAI	Lei de acesso à informação
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
ONU	Organização das Ações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNED	Política Nacional de Educação Digital
RBEs	Revista Brasileira de Estatística
REA	Recurso Informacional Aberto
SEM	Sistema Estatístico Nacional
SEM	Sistema Estatístico Nacional
SDI	Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
TIC'S	Tecnologias de informação e comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos	18
1.2	Justificativa	18
2	METODOLOGIA	21
2.1	Protocolo de pesquisa	21
2.2	Descrição do universo da pesquisa	27
2.3	Instrumento de coleta de dados	29
2.4	Método de análise dos dados	3 2
3	REFERENCIAL TEÓRICO	3 4
3.1	A cidadania e a missão do IBGE	3 4
3.1.1	Informação e cidadania.....	40
3.2	Breve apresentação do surgimento das informações estatísticas oficiais	4 3
3.2.1	O Sistema Estatístico Nacional - SEN.....	4 7
3.3	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	4 9
3.4	A desinformação no âmbito das informações estatísticas	5 4
3.5	Letramento estatístico: conceitos inter relacionados?	60
3.6	O papel das bibliotecas e bibliotecários na democratização da informação estatística	7 2
4	O IBGE E O SISTEMA DE BIBLIOTECAS	7 8
5	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	8 3
5.1	Perfil dos entrevistados	8 4
5.2	Letramento estatístico e letramento informacional: compreensão	8 7
5.3	Letramento estatístico e letramento informacional: atuação	91
5.4	Letramento estatístico e letramento informacional: potencial	9 6
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	9 9
	REFERÊNCIAS	10 2
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	1 10
	APÊNDICE B - CATEGORIAS DE ANÁLISE	11 4
	APÊNDICE C – PRODUTO: CARTILHA PARA PROMOÇÃO DO LETRAMENTO ESTATÍSTICO	13 3

1 INTRODUÇÃO

Na atual sociedade, dados e informações sobre os mais diversos temas têm sido produzidos, disseminados e compartilhados em ritmo acelerado e por meio dos mais diversos formatos e canais, sejam estes analógicos ou digitais. Esse fenômeno se tornou ainda mais complexo a partir da inserção das novas tecnologias de informação e comunicação- TIC's no cotidiano dos sujeitos, tornando possível que praticamente qualquer indivíduo que tenha acesso à internet e saiba utilizá-la, bem como possua e saiba utilizar as ferramentas apropriadas, se torne não somente consumidor de informações, mas também potencialmente disseminador e até mesmo produtor.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE, na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD, no ano de 2023 cerca de 92% da população brasileira tinha acesso à internet e a utilizava para diferentes finalidades. Porém, apesar de tais dados parecerem promissores, a mesma pesquisa revela que quase 6 milhões de brasileiros ainda não possuem acesso à internet pelos mais diversos motivos, como pelo serviço ser caro ou por não estar disponível em seu domicílio, ou ainda, por nenhum morador na residência saber utilizar a internet. Para estes, considerados excluídos digitais, torna-se necessário medidas estruturais que garantam condições de acesso igualitário.

Para os que possuem acesso à internet, o hábito de utilizá-la para diferentes propósitos da vida está cada vez mais frequente. Ainda segundo a PNAD (2022-2023), os brasileiros têm utilizado a internet para diferentes finalidades, e entre estas também se informar. No ano de 2023 por exemplo, mais de 69% dos que utilizaram a internet tiveram como objetivo se informar por meio de jornais e notícias na internet. Além dessa finalidade, a pesquisa revelou que 83% dos que utilizaram a internet tiveram como objetivo o uso de redes sociais, enquanto cerca de 87% utilizaram a internet para assistir a programas.

De fato, cada vez mais frequentemente as pessoas têm utilizado a internet a fim de se informar e muitas vezes a utilizam como sua principal infraestrutura de informação. Porém, ao conviverem com esta enorme oferta de informações produzidas por diferentes atores, os indivíduos acabam sendo expostos também a informações de qualidade duvidosa, fenômeno conhecido como infodemia, que segundo a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (2020, p. 2), se refere a um “excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa”, além da disseminação de desinformação em geral.

Essa multiplicação e disseminação acelerada de dados e informações também se dá em relação à informação de natureza estatística. A sociedade tem tido acesso crescente a dados e informações por meio de notícias ou conteúdos em formatos diversos contendo terminologia estatística, muitas vezes utilizando a apresentação de gráficos e tabelas, especialmente por meio das mídias sociais digitais, que podem impactar em decisões pessoais diversas, relacionadas ao bem estar físico, mental e social.

Em relação ao contexto de desinformação cada vez mais crescente, Calil, Sá e Zattar (2021, p. 8) discorrem sobre algumas necessidades prementes nesse ambiente

envolver os sujeitos e seus saberes em processos de construção e entendimento em torno das informações do cotidiano [...] compreender o contexto informacional, desenvolver competências para realizar pesquisas em fontes confiáveis, avaliar de forma crítica fontes de informação e atuar de modo crítico entendendo a responsabilidade social de cada um no enfrentamento desse cenário de desordem informacional

Os autores ainda destacam a importância de estimular práticas informacionais críticas e éticas nos cidadãos e como a Competência em Informação atua nesse sentido sendo definida portanto como

o conjunto de saberes e práticas articulados dialogicamente e que possibilitam a construção do pensamento crítico, da avaliação criteriosa e do uso solidário e ético da informação, como a tessitura de estruturas que promovam ações cidadãs e engajadas com o bem comum. (Calil, Sá e Zattar (2021, p.8)

Dentre os saberes e práticas citados acima, que visam estimular práticas informacionais críticas e éticas nos cidadãos, o conhecimento relacionado às fontes de informação, inclusive as de natureza estatística, se torna importante a fim de lidar com segurança, ética e responsabilidade nos múltiplos ambientes informacionais.

Entre as principais fontes oficiais de informação de natureza estatística e geográfica sobre o Brasil os brasileiros, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é reconhecido como o principal provedor de dados e informações do país, oferecendo um dos maiores acervos que “atendem às necessidades de mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal (IBGE, 2023, p. 101)”.

Reconhecendo o papel do IBGE como grande produtor de dados e informações sobre o Brasil, Cunha (2020, p.101) aponta: “Para assuntos relacionados com o Brasil, vale destacar que a fonte inicial para qualquer busca deve ser o sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [...] instituição modelar que coleta, analisa e dissemina uma variedade de dados e informações geográficas e estatísticas”.

O IBGE tem como missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania” (IBGE, 2024, p. 6)”. A fim de cumprir sua missão, o IBGE produz, analisa e dissemina informações e dados sobre o Brasil e os brasileiros, atendendo às necessidades dos mais diversos públicos.

No entanto, por sua natureza e complexidade, não pode concluir que os dados e informações produzidos e disponibilizados pelo IBGE são automaticamente acessados e compreendidos por todos os cidadãos, muitas vezes pode ser que não sejam nem mesmo conhecidos por toda a sociedade.

A disseminação dos dados e informações produzidas pelo IBGE ocorre por meio de diferentes canais, dentre os quais, Sistema de Bibliotecas do IBGE, que por meio do seu catálogo, produtos e serviços informacionais provê acesso a um valioso acervo físico e digital, composto por publicações oriundas das diversas pesquisas desenvolvidas pelo IBGE desde sua criação, além de oferecer atendimento ao público em suas demandas informacionais, tanto de forma presencial quanto remota.

Porém, a fim de que todos os cidadãos brasileiros tirem pleno proveito das informações e dados produzidos pelo IBGE, tão necessários na construção e exercício da cidadania, é primordial que conheçam essas fontes e sua importância, tenham acesso a tais fontes, seja por meio impresso ou digital, saibam manuseá-las em diferentes formatos e nos suportes em que são apresentadas, mas também sejam capazes de compreender a informação, de forma que esta faça sentido para diferentes propósitos.

É necessário ainda que sejam capazes de avaliar com crítica as informações de natureza estatística divulgadas por diferentes canais, incluindo as mídias sociais digitais e em diferentes formatos, seja por meio de textos, imagens, gráficos, tabelas ou até mesmo memes.

Ainda, para que a real democratização das informações aconteça, é necessário garantir também as condições estruturais para o uso democrático e solidário da informação, considerando “aspectos pessoais e sociais dos indivíduos e suas práticas informacionais na busca da informação, pois estas vão propiciar diferentes percepções de acordo com o ambiente no qual estão inseridos” (Calil; Sá; Zattar, 2021). Estas questões apresentadas estão relacionadas à temática do letramento estatístico e do letramento informacional.

Neste trabalho, para fins de pesquisa, abordaremos as discussões em relação ao letramento estatístico, no entanto, posteriores estudos poderão ser desenvolvidos a fim de analisar as demandas informacionais em relação ao letramento geográfico, que é essencial e está no cerne da razão de ser do Instituto.

Nesse sentido, esta pesquisa se originou com o objetivo de refletir acerca de como as bibliotecas pertencentes ao Sistema de Bibliotecas do IBGE estão percebendo e atuando frente a esta necessidade institucional social e investigando a existência de ações concretas nessa temática. Portanto, o problema que originou esta pesquisa foi: As bibliotecas que compõem o Sistema de bibliotecas do IBGE adotam práticas relacionadas ao letramento informacional e letramento estatístico e quais?

1.1 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é examinar as bases teóricas e práticas do letramento estatístico e informacional no Sistema de Bibliotecas do IBGE.

Os objetivos específicos visam:

- a) Identificar e mapear no Sistema de bibliotecas do IBGE ações e práticas de letramento estatístico e informacional;
- b) Dar destaque ao potencial das pessoas bibliotecárias na promoção de ações de disseminação das informações e dados produzidos pelo IBGE contribuindo ao atingimento dos objetivos institucionais;
- c) Elaborar uma cartilha promotora do letramento estatístico no Sistema de bibliotecas do IBGE;

1.2 Justificativa

A relevância dessa pesquisa se dá especialmente pela originalidade do tema no campo da biblioteconomia brasileira. A temática do letramento estatístico em bibliotecas é um campo ainda incipiente na literatura científica da área. Embora o letramento estatístico seja amplamente reconhecido como uma competência essencial para a tomada de decisões baseadas em evidências e exercício de cidadania, a abordagem no contexto das bibliotecas brasileiras ainda é bastante limitada, conforme demonstrado nesta pesquisa.

A escassez de literatura sobre o papel das bibliotecas e dos bibliotecários na mediação de informações estatísticas evidencia uma lacuna significativa que precisa ser explorada e esta dissertação busca contribuir para a ampliação deste debate.

A temática desta pesquisa está alinhada aos Objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas ONU (2015) - especialmente em relação ao objetivo 10 que trata da redução das desigualdades. Promover o acesso à informação de qualidade e

incentivar o pensamento crítico é um meio de deduzir a desigualdade. Ainda, está em sintonia com os objetivos 11 e 16 que tratam respectivamente de cidades inclusivas e sustentáveis e também da promoção da justiça e de instituições eficazes e inclusivas para todos os cidadãos.

A temática da pesquisa também se faz relevante pois visa contribuir para o aprimoramento da disseminação e democratização das informações e dados produzidos pelo IBGE, relevante instituição nacional produtora de estatísticas oficiais brasileiras.

O objeto deste estudo também está alinhado aos Princípios Fundamentais das Estatísticas Públicas, a medida que busca ampliar a imparcialidade e igualdade de acesso para toda a sociedade brasileira.

Além disso, a temática se faz relevante vista da crescente onda de desinformação que se espalha mundialmente, inclusive em relação a informações de natureza estatística.

Entre as motivações pessoais para a realização da pesquisa está a atuação da autora como Bibliotecária na Biblioteca Isa Kertenetzky, que é biblioteca integrante e gestora do Sistema de Bibliotecas do IBGE. Nesta atuação profissional, destaca-se a realização de atividades relacionadas ao serviço de referência com foco no atendimento das necessidades informacionais dos usuários e potenciais usuários das informações do IBGE. Também, a atuação profissional na elaboração de instrumentos estatísticos para mensuração da utilização de produtos e serviços de informação produzidos pela biblioteca, despertou na autora a necessidade do desenvolvimento de ações com foco na construção do pensamento crítico dos cidadãos no uso de informação em geral, inclusive as informações de natureza estatística.

Essa atuação frequente junto aos usuários contribuiu para identificar a necessidade de investigar mais a fundo a temática do letramento estatístico nas Bibliotecas do IBGE, despertando assim o interesse na pesquisa.

Além disso, tal interesse foi reforçado em razão do crescente reconhecimento institucional em relação à necessidade de desenvolver ações de democratização das informações e dados produzidos pelo Instituto, presentes em seu planejamento estratégico e plano de trabalho recentes.

A relevância da pesquisa está no tema, letramento estatístico, que a partir do levantamento bibliográfico, percebe-se ser um assunto pouco abordado no campo da biblioteconomia brasileira, apesar de estar relacionado a informação e ser extremamente importante tanto para o poder público quanto para os cidadãos.

Esta pesquisa também se justifica na medida que pretende contribuir para a democratização das fontes de informação do IBGE para a população em geral

Esta pesquisa foi estruturada em seis seções. A seção 1 apresenta a introdução, contendo os objetivos da pesquisa e a justificativa. A seção 2 apresenta a metodologia de pesquisa adotada e as escolhas que embasaram a sua realização. A seção 3 apresenta o referencial teórico adotado. A seção 4 descreve o campo empírico do estudo. A seção 5 abrange os resultados da pesquisa e os discute, a seção 6 apresenta considerações finais e por fim, a seção 7 apresenta o produto desenvolvido.

2 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentadas as escolhas metodológicas que nortearam este estudo, a fim de atingir os objetivos da pesquisa, geral e específicos.

Segundo Gil (2008, p.8), método científico é o “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

Passando para as características da pesquisa, pode-se afirmar que em relação à sua natureza, é uma pesquisa aplicada, pois tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática que visam solucionar problemas específicos. Nesse sentido, esta pesquisa visa gerar um produto final, uma cartilha informativa direcionada a bibliotecários.

Quanto à abordagem do problema da pesquisa, é de cunho qualitativo, visto que “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas”. (Minayo, 2012, p.22).

Do ponto de vista de seus objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2008, p.28) a pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A pesquisa se deu com base em revisão bibliográfica, pois foi elaborada a partir de materiais já publicados.

Foi adotado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que foi realizada com os profissionais bibliotecários que atuam nas bibliotecas pertencentes ao Sistema de bibliotecas do IBGE.

O método para análise e interpretação dos dados coletados foi o método da análise de conteúdo, que Bardin (1977, p. 42) define como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

2.1 Protocolo de pesquisa

Segundo Fontelles *et al.*, (2009) o protocolo é um documento no qual estarão sinalizados todos os caminhos que foram percorridos durante uma pesquisa.

A fim de auxiliar na construção referencial teórico e identificar o que existe em termos de produção bibliográfica acerca da temática desta pesquisa, foram analisados artigos

publicados em periódicos científicos, teses, dissertações e ainda livros que têm como objeto principal o tema desta pesquisa. Foi realizado um levantamento bibliográfico nas seguintes bases de dados e periódicos:

- a) Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI);
- b) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD);
- c) Education Resources Information Center (ERIC);
- d) Revista Brasileira de Estatística (RBEs).

Além disso, foram determinados os termos de busca que seriam usados no mapeamento. Definiu-se a estratégia de busca a partir dos termos mais relevantes relacionados à temática, de acordo com o esquema abaixo:

Quadro 1- Estratégias de busca.

Termos utilizados	letramento estatístico, statistical literacy, competência em informação
Operadores booleanos	AND, aspas
Filtro de busca aplicado	Assunto e título
Recorte temporal	Não foi adotado recorte nas bases BRAPCI, BDTD e ERIC. Na RBEs foi necessário delimitar um recorte temporal em vista de problemas técnicos na base.
CrITÉRIOS de exclusão	Documentos repetidos, fora do campo da biblioteconomia ou ciência da informação ou que não apresentassem o termo de busca no campo assunto.

Fonte: A autora, 2024

A escolha da base de dados BRAPCI se deu em razão de reunir um vasto acervo de conhecimentos especializados na área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, contando com mais de cem títulos de periódicos na área indexados. Tal escolha se deu a fim de identificar se a temática objeto deste estudo tem sido tratada no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e sob quais ângulos.

A escolha da base de dados BDTD deu em razão dessa reunir num único local teses e dissertações das instituições de ensino e pesquisas brasileiras. Tal escolha tornou possível verificar se a temática em questão ~~se~~ desenvolvida por pesquisadores no campo da Biblioteconomia e áreas afins e em quais áreas do conhecimento esta temática prepondera.

A escolha da base de dados ERIC se baseou no fato dela integrar um amplo acervo documental relacionado à educação. Visto que a temática do letramento estatístico de forma frequente ocorre na área da educação, esta base foi selecionada a fim de ampliar o escopo da pesquisa.

A escolha da Revista Brasileira de Estatística (RBE) embasou-se no fato deste ser o periódico estatístico mais antigo do Brasil tendo início em 1940 e também por ser uma publicação oficial da Associação Brasileira de Estatística (ABE) juntamente com o IBGE, que é a instituição alvo desta pesquisa.

O quadro 2 abaixo apresentará um quantitativo de documentos recuperados dentro dos termos selecionados em cada uma das fontes de informação adotadas. Foram excluídos dos resultados os documentos repetidos e os que não se referiam à temática em questão.

A pertinência ou relevância dos documentos recuperados para fins de seleção se determinou a partir da relação entre o tema letramento estatístico e sua aplicação ou ocorrência em bibliotecas ou no campo da ciência da informação, ou ainda, a ocorrência do objeto de forma genérica, sem ter a aplicação num campo ou área do conhecimento específico, mas que trouxesse ganhos para a pesquisa.

Após a realização da primeira busca nas bases de dados selecionadas, optou-se por ampliar os termos de busca utilizados. Foi utilizado também o termo de busca equivalente a “letramento estatístico” no idioma inglês: statistical literacy. Esta escolha se deu com vistas a ampliar a recuperação de informações nas referidas bases de dados bem como em razão da base de dados Eric ser uma base que indexa periódicos também no idioma inglês.

Na pesquisa realizada na base BRAPCI, quando utilizados termos compostos, foi aplicado aspas a fim de melhorar a precisão. Foi utilizado também o operador booleano AND nas buscas simples, que já é incorporado de forma automática pela base em questão.

Quadro 2 - BRAPCI - Documentos recuperados.

Base	Termos de busca	Documentos recuperados	Documentos selecionados
BRAPCI	“competência em informação” AND estatística	2	0
BRAPCI	“letramento estatístico”	1	1
BRAPCI	“statistical literacy”	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após a realização de uma triagem dos documentos recuperados na base BRAPCI, foram descartados os resultados considerados não pertinentes à pesquisa bem como documentos repetidos e foram selecionados para análise aprofundada os quantitativos documentais apresentados abaixo:

Quadro 3 - BRAPCI - Documentos selecionados.

Ano	Título	Fonte	Área do Conhecimento	Tipo Documental
2022	Proposta de um modelo preliminar de letramento estatístico para a biblioteca Isaac Kertenetzky do IBGE	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Biblioteconomia	Artigo

Fonte: A autora, 2024

Na pesquisa realizada na base BDTD, quando utilizados termos compostos, foi aplicado aspas a fim de melhorar a precisão. O campo de busca selecionado foi o campo “assunto e título”. Foi utilizado também o operador booleano AND nas buscas avançadas com mais de um termo de busca.

Quadro 4 - BDTD - Documentos recuperados.

Base	Termos de busca	Documentos recuperados	Documentos selecionados
BDTD	“letramento estatístico”	30	0
BDTD	“competência em informação” AND “estatística”	0	0
BDTD	“ <i>statistical literacy</i> ”	24	2

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após a realização de uma triagem dos documentos recuperados na base BDTD foram descartados alguns resultados, pois não eram pertinentes à pesquisa ou eram documentos repetidos e foram selecionados somente os documentos que eram relativos à temática em questão. Os quantitativos são apresentados no quadro “BDTD - Documentos selecionados”.

Quadro 5 - BDTD - Documentos selecionados.

Ano	Título	Fonte	Área do conhecimento	Tipo documental
2019	O estado da arte das pesquisas brasileiras sobre o letramento estatístico e probabilístico	Universidade Federal de São Carlos	Programa de pós graduação no ensino de ciências exatas	Dissertação
2019	Estudo dos níveis de letramento estatístico e dos estádios de desenvolvimento cognitivo no Programa LeME	Universidade Federal do Rio Grande	Programa de pós graduação em educação em ciências	Dissertação

Fonte: A autora

Na pesquisa realizada na base ERIC, quando utilizados termos compostos, foi aplicado aspas a fim de melhorar a precisão. Foi utilizado também o operador booleano AND nas buscas simples, que já é incorporado de forma automática pela base de dados. Nesta base, em vista da grande quantidade de documentos recuperados utilizando-se os termos “statistical literacy”, e do objetivo de recuperar documentos que tratassem desse tema em relação a bibliotecas, foi acrescentado o termo de busca “library” a fim de recuperar resultados mais específicos.

Quadro 6 - ERIC - Documentos recuperados.

Base	Termos de busca	Documentos recuperados	Documentos Selecionados
ERIC	“letramento estatístico”	0	0
ERIC	“statistical literacy” AND library	3	3

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 7 - ERIC - Documentos selecionados.

Ano	Título	Fonte	Área do conhecimento	Tipo documental
2016	Why Data Literacy Matters	Periódico Knowledge Quest (American Association of School Librarians)	Biblioteconomia	Artigo
2000	Perspectives on Adults Learning Mathematics: Research and Practice. Mathematics Education Library.	Livro	Programa de pós graduação em educação em ciências	Livro
2000	Key Words in Instruction: Illustrations.	School Library Media Activities	Biblioteconomia	Artigo

Fonte: A autora, 2024

Na pesquisa realizada na base RBEs, não foi possível realizar a busca utilizando a ferramenta do portal, visto esta não estar funcionando adequadamente. A autora realizou o download de todos os documentos e a busca foi realizada no texto ~~completo~~ ^{completo} os termos descritos no quadro abaixo. O recorte temporal adotado foi do ano 2000 a 2024. Em razão da inoperância da ferramenta automática de busca, tornou-se inviável realizar a busca manual em todos os volumes disponíveis.

Quadro 8 - RBEs - Documentos recuperados.

Base	Termos de busca	Documentos recuperados	Documentos Selecionados
RBEs	“letramento estatístico”	1	1
RBEs	“ <i>statistical literacy</i> ” <i>AND library</i>	1	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 9 - RBEs - Documentos selecionados.

Ano	Título	Fonte	Área do conhecimento	Tipo documental
2021	As bases de dados oficiais e as bibliotecas do R, instrumentos para o ensino de uma estatística cívica.	Revista Brasileira de Estatística	Estatística	Artigo

Fonte: A autora, 2024

A partir do quantitativo baixo de documentos recuperados nas bases de dados selecionadas nesta pesquisa, é possível inferir que o objeto de estudo, a saber, letramento estatístico, ainda é incipiente no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileiras.

Visto também ocorrer um pequeno número de resultados sobre a temática em questão na Revista Brasileira de Estatística, editada pelo IBGE, é possível inferir que o tema é novo ou de interesse recente também no próprio Instituto, alvo desta pesquisa. No entanto, faz-se necessário ampliar as buscas nesta temática para outras bases a fim de obter conclusões mais definitivas.

Em razão da baixa recuperação de artigos sobre o tema, a fim de formar o referencial teórico desta pesquisa, recorreu-se à busca em bases de dados internacionais na área da Biblioteconomia, como a IASSIST Quarterly, que é uma publicação de acesso aberto da área das ciências sociais. Além disso, procurou-se também observar os documentos citados nas referências bibliográficas dos artigos recuperados.

2.2 Descrição do universo da pesquisa

O Universo de pesquisa ou população, segundo Stevenson (1981), consiste no todo pesquisado, do qual se extrai uma parcela ~~será~~ examinada e que recebe o nome de amostra. O universo da pesquisa é o Sistema de Bibliotecas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O Sistema de Bibliotecas faz parte do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) que é o órgão que “planeja, coordena e executa as atividades de organização e provimento de informações aos usuários. Desenvolve, promove e comercializa os produtos e serviços de informação divulgando a imagem do IBGE e preservando a memória institucional.” (IBGE, 2024, p.17).

Entendendo mais sobre a atuação do CDDI no IBGE:

O CDDI atua de forma descentralizada, através dos Serviços de Documentação e Disseminação de Informações (SDI) que coordenam, supervisionam e executam as atividades de atendimento por correspondência e em biblioteca, venda, comunicação, eventos e ações de marketing e comercialização de produtos em cada Unidade Estadual do IBGE. Os SDI são responsáveis pelo atendimento aos usuários que buscam informações produzidas ou armazenadas pelo IBGE, exercendo importante papel de disseminar informações sobre as pesquisas realizadas pelo IBGE no país (IBGE, 2017, p. 24)

O IBGE possui uma rede nacional de disseminação de informações composta por 27 sessões de Disseminação (26 nas capitais e 1 no Distrito Federal).

O Sistema de Bibliotecas do IBGE é composto por bibliotecas e/ou salas de leitura que realizam atendimento ao público e que estão localizadas nas sessões de disseminação, conhecidas como Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações (SDI). Todas as unidades estão subordinadas tecnicamente à Biblioteca gerenciadora do sistema, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky que fica localizada no Maracanã, Rio de Janeiro, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI.

O critério de triagem da amostra se deu a partir das bibliotecas integrantes do Sistema que possuíam ao menos um profissional com formação em biblioteconomia responsável ou atuante na unidade. As unidades de biblioteca ou salas de leitura que não possuíam bibliotecário responsável foram excluídas da amostra de pesquisa. Estima-se que se apliquem a este critério cerca de 7 bibliotecas do Sistema, conforme distribuição apresentada no Quadro 10.

Quadro 10 - Corpus da pesquisa.

Localização	Nome da Biblioteca	Bibliotecários
Rio de Janeiro	Biblioteca Isaac Kerstenetzky (Biblioteca do CDDI)	7
Rio de Janeiro	Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE	2
São Paulo	Biblioteca da Unidade Estadual de São Paulo	3
Ceará	Biblioteca da Unidade Estadual do Ceará	Ao menos 1
Porto Alegre	Biblioteca da Unidade Estadual do Rio Grande do Sul	Ao menos 1
Santa Catarina	Biblioteca da Unidade Estadual de Santa Catarina	Ao menos 1
Goiás	Biblioteca da Unidade Estadual de Goiás	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Visto os sujeitos desta pesquisa serem seres humanos, foi submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIRIO por meio da Plataforma Brasil. A coleta de dados foi iniciada somente após a aprovação do comitê de ética.

2.3 Instrumento de coleta de dados

O instrumento para a coleta de dados escolhido foi a entrevista. Gil (2008) define a entrevista como sendo uma técnica na qual o entrevistador formula perguntas ao entrevistado, que é a fonte de informação, com o objetivo de coletar dados.

Foi utilizado um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas feitas de forma remota aos profissionais bibliotecários que atuam nas bibliotecas do Sistema de Bibliotecas do IBGE. Bardi (2016, p.126) comenta que a entrevista deve ocorrer através de técnicas idênticas e ser realizada com pessoas semelhantes “a fim de se obter resultados globais ou comparar entre si os resultados individuais”.

O convite aos participantes ocorreu por meio do envio de e-mail que continha a carta convite bem como o anexo do termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE - assinado pelo pesquisador responsável e disponível na íntegra no apêndice A. Os endereços dos e-mails foram obtidos por meio de busca realizada na internet. Os e-mails foram enviados aos sujeitos da pesquisa, porém, somente 5 pessoas responderam aos contatos feitos. Após os esclarecimentos devidos e assinatura por parte dos participantes do TCLE, as entrevistas foram agendadas e realizadas por meio de reunião virtual, sendo o link enviado aos participantes na carta convite. Apesar de 5 pessoas terem participado da entrevista, os dados apresentados são de apenas 4 respondentes pois uma das entrevistas foi perdida devido a falhas técnicas ocorridas no computador da autora.

Em relação às entrevistas qualitativas, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2001, p. 168) entendem

[...] são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidas para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana.

Em vista dos entrevistados não residirem em sua maioria no Estado do Rio de Janeiro, a entrevista foi realizada por meio de utilização de aplicativos de reuniões via internet. O quadro abaixo apresenta o roteiro de perguntas das entrevistas que foram realizadas e os objetivos que se pretendeu alcançar com cada pergunta.

Quadro 11 - Perguntas do roteiro e objetivos.

Pergunta	Objetivo
1)Qual é a sua formação acadêmica e há quanto tempo atua no IBGE?	Objetivo específico: Identificar e mapear no Sistema de bibliotecas do IBGE ações e práticas de letramento estatístico;
2) O que você entende por letramento estatístico? que você entende por letramento informacional? Acredita que esses letramentos estão relacionados?	Objetivo específico: Elaborar uma cartilha informativa de apoio aos bibliotecários para o desenvolvimento de ações de letramento estatístico;
3)Oferece ou já ofereceu atividades relacionadas ao letramento estatístico ou letramento informacional na biblioteca? Quais? Para quais públicos? Por meio de quais canais e formatos? Estas atividades incluíram tópicos sobre desinformação ou fake news?	Objetivo específico: Identificar e mapear no Sistema de bibliotecas do IBGE ações e práticas de letramento estatístico;
4)Oferece tais atividades de forma esporádica ou continuamente?	Objetivo específico: Identificar e mapear no Sistema de bibliotecas do IBGE ações e práticas de letramento estatístico; Objetivo específico: Elaborar uma cartilha informativa de apoio aos bibliotecários para o desenvolvimento de ações de letramento estatístico no Sistema de bibliotecas do IBGE.
5) As atividades são previstas no planejamento da biblioteca ou são por demanda?	Objetivo específico: Identificar e mapear no Sistema de bibliotecas do IBGE ações e práticas de letramento estatístico;
6) Como você vê o papel da biblioteca e do bibliotecário no letramento estatístico no IBGE e a relação com o atingimento da missão institucional?	Objetivo específico: Revelar o potencial dos bibliotecários na promoção de ações de disseminação das informações produzidas pelo IBGE contribuindo ao atingimento dos objetivos institucionais.
7)Em relação às fontes de informação do IBGE, pensa ser importante desenvolver ações que orientem os cidadãos no uso, compreensão e exploração dessas fontes? Já realizou essas ações? Para qual público?	Objetivo específico: Promover o conhecimento das fontes de informação do IBGE pelos cidadãos e pelos próprios bibliotecários;
8)O que você pensa da institucionalização de uma política de letramento estatístico informacional no Sistema de Bibliotecas do IBGE?	Objetivo específico: Lançar as bases para a criação de uma política institucionalizada de letramento estatístico no Sistema de Bibliotecas do IBGE.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

2.4 Método de análise dos dados

O método para análise e interpretação dos dados coletados escolhido foi a análise de conteúdo, que Bardin (1977, p. 42) define como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ainda, segundo Bardin (2016) a análise de conteúdo organiza-se em três fases: 1) a pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Segundo Bardin (2016) a fase da pré-análise é “a fase da organização propriamente dita”. O corpus desta pesquisa, ou seja, os documentos serão submetidos a procedimentos analíticos, são as entrevistas realizadas com as pessoas bibliotecárias do IBGE. Nesta fase foi realizada a preparação do material, ou seja, as entrevistas gravadas foram transcritas utilizando a ferramenta de transcrição do Microsoft Teams. Foi necessário realizar algumas correções de palavras que saíram truncadas.

Após a fase da pré-análise, passou-se para a fase de exploração do material. Nesta etapa foi realizada a estruturação do material. Segundo Bardin (2016) esta fase costuma ser longa e cansativa e consiste na aplicação sistemática das decisões tomadas. Sobre esta fase Bardin (2016, p.131) explica sobre como os resultados brutos devem ser tratados a fim de serem significativos e válidos: “o analista tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”.

Nesta fase também ocorre a categorização do material, ou seja, as informações são classificadas e agrupadas em categorias temáticas. Bardin (2016) considera esta etapa como sendo uma transformação pela qual passam os dados brutos, que por meio do recorte, agregação e enumeração pode esclarecer ao analista a respeito das características do texto. Acerca desta fase Bardin (2016, p.132) comenta: “A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”.

As categorias desta pesquisa foram definidas de forma a estarem alinhadas aos objetivos propostos neste trabalho. As categorias serão apresentadas e descritas na seção de

Análise e discussão dos resultados da pesquisa. Os dados obtidos serão comparados com o referencial teórico nesta mesma seção.

A terceira fase descrita por Bardin (2016) consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que tem como objetivo trazer à tona os conteúdos expressos e latentes contidos no material coletado. O analista se esforçará a fim de atribuir sentido aos dados podendo formular inferências e interpretações em relação aos objetivos previstos ou sobre outras descobertas que porventura não eram esperadas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção abordará ~~categoriais~~ assuntos importantes para a fundamentação deste estudo: os temas cidadania, informação estatística, o IBGE enquanto principal produtor nacional de informações estatísticas oficiais e o potencial dos bibliotecários na democratização de informações para os cidadãos. Trará também definições de letramento estatístico, letramento informacional e abordará o papel das fontes de informação nesse contexto do letramento.

3.1 A cidadania e a missão do IBGE

O termo cidadania é mencionado com frequência em diferentes contextos discursivos, como no âmbito político, contextos educacionais, e também pelos veículos de comunicação. Segundo Carvalho (2002, p. 7) a “cidadania ~~na~~ boca do povo [...] virou gente, não se diz mais o povo quer isto ou aquilo, diz-se "a cidadania quer".

No entanto, mesmo com sua popularização, seu significado pode carregar ainda certa obscuridade. É muito comum se ouvir especialmente na esfera política afirmações que estereotipam ou colocam ~~termo~~ na seara do senso comum ~~revelam~~ um conceito carregado de conteúdos e projeções dificultando a sua compreensão (Souki, 2006).

O interesse nesta pesquisa em relação a ~~termo~~ se dá visto estar presente no cerne da missão institucional do IBGE, nosso ~~objeto~~ estudo. O Instituto tem como missão ou finalidade institucional: “Retratar o Brasil ~~em~~ informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”. (IBGE, 2024, p. 7). Nota-se na missão do IBGE que sua razão ~~de~~ ser está relacionada com a produção ~~da~~ informação, que possibilitará que a sociedade conheça sua realidade, e a partir da compreensão dessas informações, exerça a cidadania.

A fim de ~~compreender~~ o que está envolvido na missão do IBGE, se faz necessário entender de forma ~~mais~~ aprofundada o significado do termo cidadania, tarefa que não é nada fácil devido à profundidade do tema e os diferentes percursos que podem ser tomados a fim de definir o conceito.

De acordo com Ferreira (2002, p.) , “cidadania é a qualidade ou estado do cidadão”. Definição semelhante é encontrada também nos dicionários Michaelis e Priberam (2024, p.1), que definem cidadania como sendo “a qualidade de cidadão”. Nota-se que em ~~ambas~~ fontes consultadas, traça-se uma relação entre a palavra cidadania e cidadão. Verificando o

significado do termo cidadão, temos definição semelhante tanto no Dicionário Michaelis quanto no Dicionário Priberam, que definem um cidadão como um: “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado”. (Priberam; Michaelis, 2024, p.1)”.

Em ambas as definições apresentadas, cidadania é relacionada ao gozo ou desfrute de direitos civis e políticos. No entanto, alguns autores como Marshall e José Murilo de Carvalho, ampliam essa definição, relacionando-a também à conquista de direitos sociais.

Em seu livro Cidadania, classe social e status, Marshall (1962) relaciona cidadania à conquista de três elementos: direitos civis, políticos e sociais. Mas em que consistem tais direitos e como surgiram?

Vejamos, inicialmente, em que consistem cada um dos direitos citados e que estão vinculados ao significado do termo cidadania. José Murilo de Carvalho, em seu livro Cidadania no Brasil, esclarece em relação aos direitos civis:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso e de não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. [...] São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual (Carvalho, 2002, p. 9).

O mesmo autor ainda entende que possível possuir direitos civis mas não possuir direitos políticos, no entanto, o contrário não é viável. Em relação aos direitos políticos, Carvalho (2002, p.9) afirma que tais direitos estão relacionados à “participação do cidadão no governo da sociedade, [...] consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado”. Além, em relação aos direitos sociais, estes incluem o direito à educação, à saúde, trabalho, à moradia, alimentação, entre outros. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social (Carvalho, 2002).

Após estabelecer a definição teórica do que consistem nos direitos civis, políticos e sociais, avançamos para a questão da cidadania. É importante ter em mente que a cidadania é um conceito dinâmico. De acordo com José Murilo de Carvalho (2002), em seu livro Cidadania no Brasil, os caminhos seguidos pelos diferentes países são distintos e diversos.

Haguet (1981, p.123) apresenta uma rápida incursão histórica do surgimento da cidadania na Europa:

No século XVII, com a emergência estado-nação em toda a Europa, este conceito adquiriu um importante elemento: a qualidade de membro. Pelo simples fato de ser

membro de um estado-nação, todos os habitantes ascendiam ao status de cidadão, apesar de que o mais elevado direito do cidadão – direito político de participar da própria construção da sociedade – se efetivaria somente através do direito de voto. No passado bem recente, - início do século XIX - este direito era reservado a alguns: primeiramente às classes proprietárias, em segundo à população adulta masculina e, finalmente, a toda a população adulta. Está claro que a cidadania representava, não a criação de novos direitos, mas a extensão dos velhos direitos a novas parcelas da população.

Ao se falar em cidadania, uma referência teórica bem conhecida é a obra do sociólogo inglês Tomaz. H. Marshall, *Cidadania, Classe Social e Status*. Marshall (2002) apud Mastrodi e Avelar (2017, p.4) explicam que neste Marshall desenvolveu a ideia de cidadania “a partir do conjunto de três elementos de natureza normativa, uma parte civil, uma parte política e uma parte social”:

T. H. Marshall relaciona o desenvolvimento da cidadania ao desenvolvimento de cada um daqueles três de seus elementos, surgidos e afirmados cada qual em um século diferente: os direitos civis teriam se formado no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX, e os direitos sociais, no século XX. A divisão é didática como adverte o próprio autor, ditada mais pela história do que pela lógica. O autor considera que é por meio dessa construção histórica que se estabelece a ideia de cidadania.

No entanto, José Murilo de Carvalho destaca que o percurso Inglês nos serve apenas para comparar por contraste. O autor defende: “O percurso Inglês foi apenas um entre outros. A França, Alemanha, os Estados Unidos cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção” (Carvalho, 2002, p.11).

Mastrodi e Avelar (2017, p. 5) ainda destacam que as condições históricas diversas entre os países tornam a evolução do senso de cidadania bem particular.

Já no Brasil, as condições históricas foram completamente diferentes: situação de colônia de exploração agrícola objetivamente impedia a evolução do senso de cidadania. A independência política de Portugal e, após a constituição de um império brasileiro, a consolidação de sua dependência econômica à Inglaterra, em aspecto relevante algum contribuiu para o desenvolvimento da compreensão de cidadania ou de direitos.

Carvalho (1998) ainda traz destaque para a herança que a colonização trouxe ao Brasil no que tange às questões cívicas:

Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira.

Carvalho explica a ordem dos acontecimentos no Brasil em seu artigo, Brasileiro: Cidadão?:

Entre nós, as coisas não se deram dessa maneira. A ordem de surgimento dos direitos foi outra. A Constituição imperial de 1824 registrou, de vez, os direitos civis e políticos como apareciam nas principais Constituições liberais européias da

época. Eles surgiram pelo ato de fundação da nacionalidade, realizado quase sem luta, numa transição pacífica do regime colonial para a vida independente. Transição que estava muito distante da longa empreendida pelos ingleses e da dramática experiência da Revolução Francesa. Pressão popular pelo direito de voto, por exemplo, foi quase inexistente no Brasil. No século passado, houve mesmo retrocessos, como o da lei da eleição direta de 1881, que tirou o voto dos analfabetos num país em que eles constituíam 80% da população (Carvalho, 1998, p.35).

O Recenseamento Geral do Império realizado em 1872 revelou de forma mais vívida a situação da população brasileira nesse período. No livro Almanaque do Censo Demográfico (2022) editado pelo IBGE, temos uma ideia da proporção de escravos no Brasil. O país tinha em 1872, aproximadamente 1.510,806 escravos, o que representava cerca de 1 escravo para cada 5 cidadãos livres. Carvalho ainda destaca que mesmo após a independência de Portugal, a escravidão continuava comum no Brasil e a importação de escravos continuou até 1850.

De fato, não há que se falar em cidadania numa sociedade escravocrata. Mesmo a população livre, a falta de condições sobretudo da educação era ampla. Em relação ao alto analfabetismo no período, o livro Almanaque do Censo Demográfico (2022) publicado pelo IBGE destaca os dados do Censo de 1872 que revelam que entre a população livre e com mais de 5 anos de idade, apenas 22,5% era alfabetizada. Em relação à população, Carvalho (2002, p.21) descreve o período:

Escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. Os que fugiam para o interior do país viviam isolados da convivência social, transformando-se, eventualmente, em grandes proprietários. Não se pode dizer que os senhores fossem cidadãos. Eram, sem dúvida, livres, votavam e eram votados nas eleições municipais. Eram os "homens bons" do período colonial. Faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido da cidadania, noção da igualdade de todos perante a lei. Eram simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias. Em suas mãos, justiça, que, como vimos, é a principal garantia dos direitos civis, tornava-se simples instrumento de poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas.

Em relação ao surgimento dos direitos sociais no Brasil, alguns autores como Hullen (2018) e Mastrodi e Avelar (2017) sugerem que esses direitos foram desenvolvidos pelo menos formalmente de forma mais tardia no Brasil. Principalmente a partir da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 é muitas vezes citada como sendo uma Constituição Cidadã, que tem garantido direitos diversos, tais como acesso à saúde, educação, trabalho e moradia aos brasileiros de forma igualitária, conforme expresso no caput de seu 5º artigo

“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Brasil, 1988, cap. 1, art. 5). Porém, na prática, o que percebe-se é a ampliação e aprofundamento das desigualdades e privação de direitos tanto civis quanto sociais. Para Milton Santos, geógrafo de grande relevância no Brasil, a nossa sociedade é marcada pela ampla desigualdade entre os segmentos sociais, na qual grande parte dos cidadãos, teoricamente iguais, são excluídos do direito à cidadania, apesar de tais direitos serem garantidos na Constituição.

Em sua obra *Espaço Cidadão*, Milton Santos (2007) explica que no Brasil os indivíduos têm sido privados continuamente de seus direitos nas mais diversas esferas em grande parte devido ao avanço do modelo econômico capitalista pregado como redentor e que tem incentivado as massas a ampliar cada vez mais o consumo, mas que não prega o exercício de direitos, entre eles do exercício à cidadania. Nesse modelo, a economia, então, tem sido considerada a “técnica das técnicas” (Santos, 2007, p. 16). Milton Santos argumenta sobre a ciência da economia

A ciência da economia se viu atribuir uma aura mística, por confiabilidade, por meio de uma argumentação teórica, a práticas mercantis com diverso conteúdo moral. [...] essa fornece as fórmulas mais adequadas à obtenção do maior lucro, à competição entre firmas e a vitória de algumas, orientando os consumos, justificando o comportamento indutor seletivo do Estado.

Esse modelo econômico que visa o consumo e lucro tem ampliado o fosso da desigualdade e é responsável pelo que Milton Santos define como um pisoteamento e anulação da noção de direitos políticos e de direitos individuais dos cidadãos brasileiros.

Outro aspecto abordado por Milton Santos em relação à ideologia capitalista é a falta da compreensão ou da preocupação em relação à complexidade do homem e de sua natureza, incluindo fenômenos materiais e imateriais que somente o olhar para aspectos econômicos não dará conta. A recuperação do cidadão e de sua cidadania para Milton Santos devem ser orientados principalmente pelo que o autor chama de componentes culturais e territoriais e não definido por aspectos puramente econômicos (Santos, 2007).

A definição por exemplo de qual é o valor mínimo necessário para garantir ao cidadão e sua família uma vida digna atendendo às suas necessidades básicas como educação, saúde, moradia, alimentação, lazer entre outras, não pode ser ditado ou determinado pela economia, mas por aspectos culturais, pela consideração dos indivíduos como seres sociais e pela definição prévia de qual sociedade e qual modo de vida se deseja a todos.

Santos (2007) entende que o espaço territorial é um fator ativo na cidadania e sua adequada organização, gestão e uso deve ocorrer de forma a garantir a todos os cidadãos

redistribuição de bens e serviços essenciais, não importa onde estejam dentro do território. O espaço deve servir como instrumento garantidor da justiça social.

No Brasil, a cidadania se apresenta muitas vezes por classes. Para Carvalho (1998), no Brasil os cidadãos parecem ser divididos em três classes, cidadãos de primeira classe, cidadãos de segunda classe e por cidadãos de terceira classe:

O doutor, o cidadão de primeira classe [...], é ~~uma~~ pessoa rica, educada, branca. É o empresário, o professor universitário, o político, o fazendeiro, o coronel, o profissional liberal. É a pessoa capaz de defender seus direitos e mesmo seus privilégios [...]. O pobre honesto não tem o conhecimento exato de seus direitos civis nem as condições intelectuais e materiais para fazer valer esses direitos. [...] Hoje, apenas igrejas, sindicatos e associações de moradores proporcionam alguma assistência que, ~~no~~ entanto, limita-se a pequena parcela dessa imensa população. Em termos de Brasil, o macumbeiro representa um imenso segmento da população das grandes cidades, trabalhadores sem carteira assinada, domésticas, biscateiros, camelôs, menores de rua e mendigos. Quase sempre, é mulato ~~ou~~ negro, analfabeto ou com educação primária incompleta. Esse brasileiro faz parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Seus direitos civis são desrespeitados sistematicamente. Ele é culpado até prova em contrário. Às vezes, mesmo após prova em contrário (Carvalho, 1998, p.33).

Percebe-se na citação de Carvalho ~~que~~ a cidadania perpassa a questão da consciência, educação, acesso a informação para a fruição efetiva dos direitos. O cidadão de primeira classe é uma pessoa educada e capaz de defender seus direitos e privilégios. O cidadão de segunda ou terceira classe é o sujeito ~~que~~ não tem consciência parcial ou plena de seus direitos, ou ainda que tenha tal consciência ~~mas~~ não os frui por ~~ter~~ condições de fazer valer seus direitos. De fato, a educação e o acesso à informação são um dos fatores que torna possível aos sujeitos ampliarem sua consciência acerca de quais são os seus direitos.

Carvalho (2002) reconhece a importância da educação popular como um ~~discurso~~ que se constitui pré-requisito para a expansão dos outros direitos:

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.

A própria Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo II, lista a cidadania como um de seus princípios fundamentais. (Brasil, 1988, art. 1, inc. II) e relaciona a educação como fator essencial a fim de preparar os indivíduos ~~para~~ o exercício da cidadania. (Brasil, 1988, cap. 3, art. 205). De fato, Milton Santos (2007) ~~afirma~~ a cidadania é algo ~~que~~ pode ser aprendido.

O autor entende ~~que~~ embora ele afirme que os cidadãos têm direito à cidadania, ela não pode garantir tal cidadania por si só. A cidadania será resultado ~~da~~ dos indivíduos por

seus direitos. Esta luta nunca estará completa, está em constante estado de construção. Milton Santos (2012, p. 105) destaca que “a luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição [...] assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania”. Porém, a fim de que os cidadãos exijam seus direitos, é necessário que tenham o entendimento de quais são esses direitos.

Observa-se, muitas vezes, que muitos indivíduos não possuem nem mesmo documentos que atestem sua identidade enquanto cidadãos brasileiros, como uma certidão de nascimento, ou carteira de identidade, que é essencial para se exercer os direitos. Isto se dá, entre outras coisas, devido a falta de conhecimentos e meios de acesso às fontes de informação de qualidade.

3.1.1 Informação e cidadania

A Constituição Federal de 1988 considera o acesso à informação como um direito fundamental de todos os indivíduos. Em seu inciso XIV versa: “é assegurado a todos o acesso à informação” (Brasil, 1988, art. 5º).

Quando se trata de informação pública, podemos afirmar que a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de acesso à informação (LAI), trouxe importantes avanços em democratizar as informações públicas e ampliar sua transparência, assegurando em lei o direito fundamental de acesso à informação.

A relação entre informação e cidadania é confirmada por Targino (1991, p. 55). Em seu artigo Biblioteconomia, informação e Cidadania. A autora afirma que “não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecer os e isto é informação”.

Na atualidade, em razão dos avanços das tecnologias de informação e comunicação, não se pode negar que dados e informações estão cada vez mais disponíveis aos cidadãos. Esses dados e informações quando são de qualidade, podem tornar insumos valiosos para a tomada de decisão, resolução de problemas em diferentes âmbitos, fator de emancipação dos indivíduos permitindo que estes se tornem mais conscientes dos seus direitos enquanto cidadãos, e exerçam a cidadania de forma mais ativa.

Porém, este aumento significativo de dados e informações também traz à tona diversos desafios.

A *Association of College and Research Libraries* (2000) no documento *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* destaca ~~uma~~ abundância de informações não criará, por si só, um ambiente mais informado sem um conjunto complementar de habilidades necessárias para usar informações de forma eficaz.

Em relação ao exercício da cidadania e o papel da informação, Targino ainda destaca:

reitera-se a informação como elemento subjacente ao exercício da cidadania, uma vez que possibilita ao cidadão a ampliação do conhecimento, produção ~~de~~ conteúdo, identidade cultural e organização de ideias que inevitavelmente resultam em profundas mudanças na forma de pensar, estudar, trabalhar e se comunicar. Todo cidadão é merecedor de um nível de participação e apropriação do sentido da informação, dentro de uma linha de ação individual ou coletiva, que o torne mais informado na sociedade na qual está inserido (Targino, 1991, p.156).

A autora ressalta que a manifestação e construção da cidadania pressupõe o acesso à informação:

ser cidadão é ter consciência de seus deveres e acesso a seus direitos. A cidadania se manifesta e se constrói a partir dessa conscientização e da participação política e social dos homens na sociedade, o que pressupõe o acesso a informações variadas e atualizadas, quaisquer que sejam os ~~su~~portes físicos: livros, discos, fitas, filmes, bases de dados CD-ROM, a sofisticada e complexa rede de informações científicas, Internet etc. (Targino, 1991, p.156).

MCGARRY, 1999, p.3) estabelece uma conexão entre a disponibilidade de informação e a tomada de decisões:

Informação é algo de que necessitamos quando deparamos com uma escolha. Qualquer que seja seu conteúdo a quantidade de informação necessária depende da complexidade de escolha se deparamos com um grande espectro de escolhas igualmente prováveis, se qualquer coisa pode acontecer, precisamos de mais informação do que se entrássemos uma simples escolha entre alternativas.

O acesso à informação de qualidade desempenha um papel fundamental em diversas áreas. Permite, por exemplo, que os cidadãos tomem decisões mais embasadas em diversas searas da vida. Torna possível ainda que conheçam seus direitos e sintam-se mais preparados para reivindicá-los, exercendo assim sua cidadania de forma mais plena. Além disso, é uma importante ferramenta na fiscalização das ações do governo, como a aplicação de recursos públicos. Cidadãos bem informados não apenas acompanham, mas participam ativamente de decisões que afetam suas vidas.

Debatendo sobre a necessidade cada vez mais ampla de obtermos informações de qualidade em face das complexidades da vida moderna, Norbert Wiener (1968, p. 15) explica:

o conteúdo daquilo que permutamos com o mundo exterior ao ajustar-nos a ele, e que faz com que nosso ajustamento seja nele percebido. O processo de receber e utilizar informação é o processo de nosso ajuste às contingências ~~do~~ ambiente

ede nosso efetivo viver nesse meio ambiente. As necessidades e a complexidade da vida moderna fazem, aeste processo de informação, exigências maiores do que nunca, e nossa imprensa, nossos museus, nossos laboratórios científicos, nossas universidades, nossas bibliotecas e nossos compêndios estão obrigados a atender às necessidades de tal processo, sob pena de malograr em seus escopos.

Conforme mencionado por Wiener (1968), as bibliotecas são partícipes nesse processo e precisam se adaptar às mudanças constantes impostas pela globalização e pela sociedade da informação de forma que possam continuar atuando como apoiadoras dos cidadãos nos processos informacionais.

Em relação às informações estatísticas a situação não é diferente. O mundo está inundado por uma vasta quantidade de dados e informação de natureza estatística, muitas vezes de qualidade duvidável. A fim de que os cidadãos possam fazer uso de tais dados e informações para se informar, tomar boas decisões, resolver problemas ou exercer a cidadania de forma mais plena, é essencial que conheçam as fontes oficiais ou de reconhecida qualidade na produção de informação estatística, sejam capazes de interpretar e analisar de crítica informações dessa natureza em qualquer formato que se apresentem e gerar conhecimento a partir desses dados e informações para a tomada de decisão e usos práticos na vida.

Uma das maiores fontes de informação oficial sobre o Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A lei 5878 de maio de 1973, que dispõe sobre o IBGE, constituiu como objetivo básico do Instituto, assegurar informações e estudos necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do país. (Brasil, 1973). As informações oficiais produzidas pelo IBGE abrangem diversas temáticas no campo das estatísticas sociais, incluindo por exemplo, temáticas relacionadas à educação, emprego, renda, saúde, habitação, proteção social, entre outras.

Esses dados e informações estatísticas e geográficas são fontes de informação inestimáveis que podem auxiliar os cidadãos a conhecerem sua realidade e a realidade dos outros, entenderem que papel ocupa no mundo e contribuir na resolução de problemas variados e na tomada de decisão para diferentes propósitos. No entanto, a fim de produzir tais efeitos, é necessário haver igualdade de acesso, consciência acerca da importância dessas informações para o exercício da cidadania, compreensão dos dados e informações por meio de linguagem acessível a diferentes públicos e formatos e conhecimento dos canais de disseminação bem das estratégias efetivas de busca e recuperação nestes canais.

Vejamos a seguir mais detalhes acerca da produção de informações estatísticas no Brasil

3.2 Breve apresentação do surgimento das informações estatísticas oficiais

O interesse em informações estatísticas não é algo novo. Desde a antiguidade os levantamentos estatísticos vêm sendo utilizados para o conhecimento da realidade da população e do território, tendo registros de sua ocorrência desde os tempos bíblicos, conforme menciona Cunha ao citar o relato bíblico do nascimento de Jesus Cristo:

Naqueles dias, apareceu um edito de César Augusto, ordenando o recenseamento de todo o mundo habitado. Esse recenseamento foi o primeiro enquanto Quirino era governador da Síria. E todos iam se alistar, cada um na própria cidade. José subiu a cidade de Nazaré, na Galileia, para a cidade de Davi, chamada Belém, por ser da casa e da família de Davi, para inscrever com Maria, sua mulher, que estava grávida (Cunha, 2020, p.132).

Nelson Senra (2005, p.3) explica o interesse e a origem das estatísticas:

Os Estados desde (quase) sempre quiseram enumerar, mensurar, quantificar suas populações, suas riquezas, seus recursos; quiseram as estatísticas. De início, com vistas às guerras, para tributar e para recrutar; depois, para além disso, com vistas a legislar e administrar inúmeros aspectos das esferas pública e privada. No tempo, diversificou e sofisticou a demanda por estatísticas, num movimento contínuo e intenso.

De acordo com Nelson Senra (1999), a palavra estatística vem do grego *statistiké* e foi fixada pelo professor Gottfried Achenwall (1719-72), na cidade de Göttingen, em 1749 e era considerada como ciência do Estado ou que referia ao Estado, tendo como objetivo orientar as decisões públicas. As estatísticas produzidas eram sigilosas, pois além de revelar as potencialidades poderiam revelar também limitações, fragilizando o Estado.

Em relação ao crescente interesse nas informações estatísticas na Europa, Burke em seu livro *Uma história social do conhecimento* explica algumas razões pelas quais isto ocorreu:

Os governantes e seus ministros se interessavam cada vez mais por números, além de fatos. Estavam especialmente interessados em saber quantas pessoas viviam em seus domínios.

Governos anteriores só tinham sido capazes de aproximações muito toscas. [...] Num momento em que o tamanho dos exércitos aumentava rapidamente, como acontecia no século XVII, os governos não podiam mais permitir esse tipo de ignorância. Informações sobre nascimentos, casamentos e mortes também começaram a ser coligidas. A peste que assolou a Itália com impacto particular em 1575 e 1630, e Londres em 1665, por exemplo, foi um dos estímulos para essa coleta. [...] Na Suécia, onde o governo tinha interesse em estimular o crescimento da população com base no princípio de que “o número de pessoas é a maior riqueza de um país”, determinou-se em 1736 que o clero fornecesse anualmente os números de nascimentos e mortes em suas paróquias, um censo nacional foi realizado em 1748. A partir de fins do século XVIII, o censo nacional se tornou um evento regular nos países ocidentais (Burke, 2003, p.125).

No Brasil, a produção da informação estatística pode ser dividida em três momentos, conforme propõe Senra no livro *História das Estatísticas Brasileiras*:

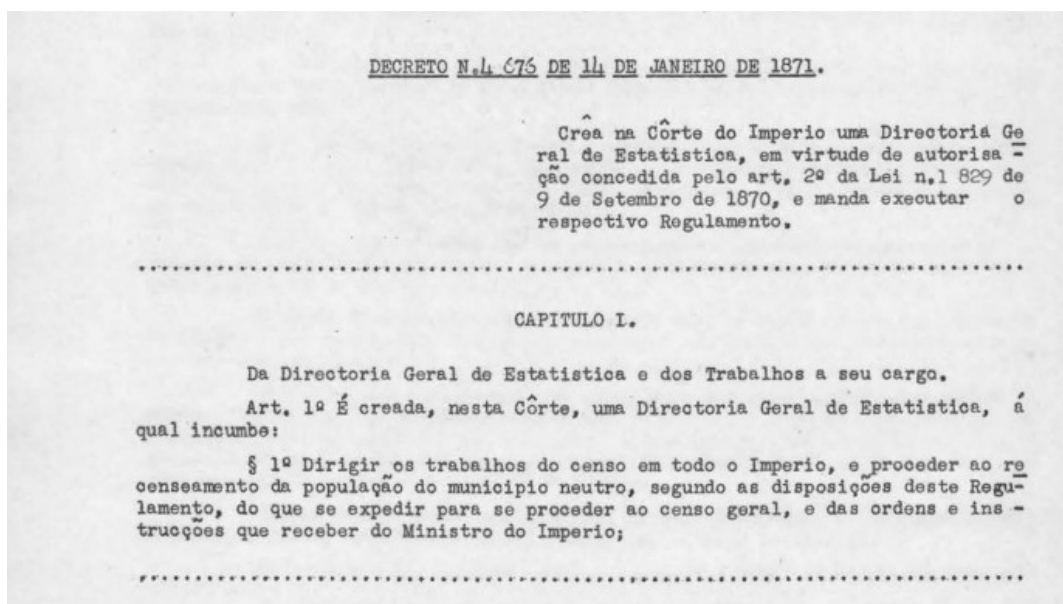
1822 a c.1889: o tempo do Império quando as estatísticas são desejadas, e tidas como desejáveis [Estatísticas desejadas]; c.1889 a c.1936: o tempo da primeira República, até a criação do IBGE, quando é legislada a elaboração das estatísticas [Estatísticas legalizadas]; e c.1936 c.1972: o tempo de atuação do IBGE até sua transformação numa instituição de pesquisa [Estatísticas organizadas] (Senra, 2006, p. 40)”.
 1822 a c.1889: o tempo do Império quando as estatísticas são desejadas, e tidas como desejáveis [Estatísticas desejadas]; c.1889 a c.1936: o tempo da primeira República, até a criação do IBGE, quando é legislada a elaboração das estatísticas [Estatísticas legalizadas]; e c.1936 c.1972: o tempo de atuação do IBGE até sua transformação numa instituição de pesquisa [Estatísticas organizadas] (Senra, 2006, p. 40)”.

Durante o período imperial brasileiro havia somente números esparsos e sem regularidade, conforme explicado por Senra (2022, p. 56):

O Império tinha de si nada além de números esparsos, apenas aqueles poucos que os ministros recebiam das províncias – de algumas delas, não de todas, e sem regularidade, temporal e temática – e divulgavam em seus relatórios enviados à abertura da Assembleia Geral. Esse quadro devia mudar; nenhum país poderia crescer dessa forma.

Esta situação começou a mudar a partir da criação do considerado primeiro órgão oficial estatístico brasileiro. No ano de 1871 por meio do Decreto n. 4 de janeiro de 1871 (Figura 1) criou-se a Diretoria Geral de Estatística, qual teria a incumbência de dirigir trabalhos do primeiro censo geral do império. Esse censo, que ocorreu no ano de 1872 é considerado um marco para a estatística no Brasil.

Figura 1 - Decreto de criação da Diretoria Geral de Estatística.



Fonte: Acervo IBGE

No entanto, antes disso, outras iniciativas de levantamentos estatísticos em escalas menores já haviam sido realizadas no Brasil. No ano de 1870, por exemplo, foi realizado o

Recenseamento da população do Município da Corte do Rio de Janeiro. Em aviso do dia 2 de abril de 1970 é determinado o arrolamento da população da Corte do Rio de Janeiro, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Instruções para arrolamento da população da Côte.

N. 104. — IMPERIO. — AVISO DE 2 DE ABRIL DE 1870.

Expedem-se Instruções para o arrolamento da população do Município da Côte.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 2 de Abril de 1870.

Transmittindo a V. S. o incluso exemplar das instruções desta data, pelas quaes se ha de proceder ao arrolamento da população da Côte, communico-lhe que foi V. S. designado Presidente da Commissão central, a que se refere o art. 3.º das mesmas instruções.

Para levar a effeito este importante trabalho, o Governo conta com a boa vontade daquelles a quem cabe ministrar os dados de que tratão as listas, que se hão de distribuir na fórma do art. 10 das ditas instruções, e com a efficaz coadjuvação da referida commissão central, das commissões de districto, e das autoridades policiaes. Espero, confiado no concurso e no zelo de todos, que farão quanto estiver a seu alcance para que no prazo fixado esteja concluido o mencionado arrolamento, e seja elle o mais exacto e completo que fór possível.

Deus Guarde a V. S. — *Paulino José Soares de Sousa.* — Sr. Conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello.

Fonte: Acervo IBGE

O objetivo do arrolamento foi expresso no próprio documento e citava que este recenseamento seria imprescindível para “regular-se convenientemente a distribuição do ensino primário garantido pelo art. 179 parágrafo 32 da Constituição para effectuar-se uma melhor divisão e organização administrativa do mesmo Município.”

Em relação a este censo, Senra (2000, p. 110) comenta:

A experiência vivida bem poderá ter ajudado na realização do Censo Geral, ao menos, deverão ter ajudado na realização do Censo da Corte no contexto do Censo Geral, mas isso os relatórios do Diretor Geral e futura Diretoria Geral de Estatística não o dizem, não se tendo acesso a outras fontes, como as instruções avisadas às províncias.

Após o primeiro censo geral realizado em 1872, outros censos gerais foram realizados no Brasil. O primeiro censo realizado pelo IBGE, após a criação do Instituto no ano de 1936, foi o recenseamento do Brasil de 1940, configurando o que Senra chamou de período das estatísticas legalizadas.

Souza (1997, p. 208) explica em relação a este primeiro censo:

Este censo teve um planejamento cuidadoso a partir de moldes teóricos e metodológicos modernos, buscando uma abordagem mais detalhada da realidade social do País. Do ponto de vista demográfico, pesquisaram-se itens como: estado conjugal (e não mais estado civil), língua, instrução, fecundidade, migrações internas etc. Este recenseamento abrangeu também variáveis de cunho sócio-econômico, através dos Censos Agrícola, Comercial, Industrial, de Transportes e Comunicações, dos Serviços e Social.

Conforme demonstrado por Senra, (2009), vivemos no período das estatísticas organizadas. Atualmente, os órgãos nacionais de estatística produzem e disseminam informação estatística de forma recorrente, seja através de censos demográficos que ocorrem a cada dez anos, ou outras pesquisas periódicas que tem como objetivo retratar o país com informações sobre sua realidade social, demográfica, econômica e ambiental.

O IBGE (2013, p. 15) no seu Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE define o termo estatísticas públicas como sendo:

informações produzidas e disseminadas por agências governamentais, em bases regulares, regidas pela legislação em matéria de estatística e/ou regulamentos administrativos, sujeitas ao cumprimento de um sistema padronizado de conceitos, definições, unidades estatísticas, classificações, nomenclaturas e códigos, visando: retratar as condições econômicas, sociais e ambientais; fornecer subsídios para o planejamento, a execução e o acompanhamento de políticas públicas; propiciar suporte técnico para tomadas de decisões; e consolidar o exercício da cidadania.

Como se pode notar no fragmento acima, é claro o entendimento de que as estatísticas públicas têm relação direta com o exercício da cidadania. Um marco na história recente das estatísticas foi a adoção por parte da Comissão de Estatística das Nações Unidas dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais que visam garantir que os sistemas estatísticos nacionais produzam dados adequados e confiáveis de acordo com padrões científicos. O primeiro princípio do documento declara em relação às estatísticas públicas oficiais:

As estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública (United Nations, 2013, p.)

De fato, as informações estatísticas oficiais são indispensáveis para diversos atores, pois tem o potencial de servir como insumo para a tomada de decisões, embasar escolhas sobre investimentos de recursos e formular políticas públicas. Além disso, essas informações são fundamentais para apoiar pesquisas acadêmicas em diferentes níveis e promover o exercício da cidadania. Elas garantem que os cidadãos tenham acesso à informação e dados, um direito essencial, permitindo que tirem suas próprias conclusões sobre o desempenho dos

governos e a eficácia de suas ações. Dessa forma, informações ajudam a traçar um retrato da realidade do país, revelando quem somos, como vivemos e quais são nossas condições.

No Brasil, os órgãos produtores de estatísticas oficiais fazem parte do Sistema Estatístico Nacional - SEN. Vejamos a seguir mais informações acerca do SEN e sua atuação na produção de estatísticas públicas.

3.2.1 O Sistema Estatístico Nacional - SEN

Os órgãos produtores de estatística oficial no Brasil fazem parte do que convencionou-se chamar de Sistema Estatístico Nacional - SEN. No Brasil, a Lei 6.183 de 11 de dezembro de 1974 instituiu o Sistema Estatístico e Cartográfico Nacional - SEN, que tem como objetivo possibilitar o conhecimento da realidade física, econômica e social do País. O artigo 1º da referida lei declara:

Art. 1º O Sistema Estatístico Nacional, previsto no artigo 8º, ~~XVIII~~, alínea u, da Constituição Federal, compreende as atividades estatísticas exercidas nas áreas de competência definidas no artigo 3º, itens I, II e V, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, com o objetivo de, nos termos do seu artigo 2º, possibilitar o conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional (Brasil, 1974, art.1).

Em relação aos objetivos do SEN, ~~acitada~~ anteriormente deixamos claro que envolvem o conhecimento da realidade física, econômica e social do Brasil. Nesse mesmo sentido, Oliveira (2005) defendem que o objetivo do Sistema Estatístico é prover a sociedade de informações para o conhecimento e a transformação da realidade social.

De acordo com o IBGE (2021, **p.**), o SEN é composto por um “conjunto de organizações estatísticas e unidades dentro das quais se coletam, processam e disseminam estatísticas oficiais em nome do governo federal e outros níveis de governo”.

O IBGE recebeu a atribuição de coordenador do Sistema, conforme estabelecida pela lei 6.187, citada anteriormente neste trabalho, que em seu parágrafo 4º explica:

No concernente ao Sistema Estatístico Nacional, a atuação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - se exercerá mediante a produção direta de informações e a coordenação, a orientação e o desenvolvimento, em todo o território nacional, das atividades técnicas por ele compreendidas (Brasil, 1974, art.1).

Os produtores de estatísticas oficiais em geral disseminam os dados e informações que coletam e analisam por meio de publicações digitais disponibilizadas em seus portais institucionais, bibliotecas físicas e digitais, bases de dados ou repositórios, que podem ser

acessados potencialmente por qualquer cidadão que conheça a existência de tais fontes de informação e seus canais de divulgação, reconheça a utilidade de tais informações para finalidades diversas, possua acesso à internet e domínio das ferramentas necessárias para a utilização das ferramentas bem como saiba utilizar sistemas de busca e recuperação das informações.

Por exemplo, somente no ano de 2023 a quantidade de usuários que acessaram o portal do IBGE ultrapassou a marca de vinte e três milhões, enquanto o site do Sistema de Bibliotecas do IBGE recebeu mais de 2 milhões de acessos ao catálogo de publicações. Tais dados, apesar de animadores, revelam que ainda há longo caminho pela frente a fim de que todos os cidadãos possam ser beneficiados pelos dados e informações estatísticas produzidos e tão necessários ao pleno exercício da cidadania.

Além da disseminação por meio dos canais oficiais, a divulgação de dados e informações estatísticas também se dá por meio de veículos jornalísticos que atuam como propagadores das informações divulgadas pelos produtores de estatísticas oficiais. Em geral, as mídias jornalísticas publicam essas informações em seus portais e canais das redes sociais que são posteriormente compartilhados por inúmeros outros usuários ampliando assim grandemente o volume e velocidade de circulação dessas informações. Em relação à atuação dos veículos jornalísticos na disseminação de dados e informações estatísticas, o documento Política de Comunicação Integrada do IBGE (2016, p. 17) menciona que “todo produto ou publicação com estudos e/ou pesquisas do IBGE deve ser divulgado através de comunicado para a mídia”.

Independente da forma que é disseminada, as informações estatísticas de qualidade constituem-se insumo valioso que pode possibilitar conhecermos a realidade na qual vivemos tanto no âmbito econômico quanto social, demográfico e ambiental. Pode ser utilizada por atores diversos como insumo para tomada de decisões atuais e futuras, redução da incerteza, alocação de recursos, prospecção de cenários, bem como monitoramento e avaliação de resultados. Em geral é muito utilizada por pesquisadores, empresas privadas bem como gestores públicos, no entanto, tem como potenciais usuários todo e qualquer cidadão, seja este brasileiro ou até mesmo estrangeiro e que tenha interesse em obter dados e informações sobre o Brasil.

Souza (1997, p. 204) afirma que uma informação estatística é o “resultado da observação, registro ou medição dos eventos que afetam, de alguma forma, pessoas e/ou instituições”. Buscando maior entendimento acerca do conceito, obteve-se definição proposta pelo *Australian Bureau of Statistics* (2025, 1), que conceitua informação estatística como sendo

“dados organizados a fim de servir a um propósito específico”. Nessa linha de entendimento o Escritório Nacional de Estatísticas do Canadá (2025, p.1) conceitua informação estatística como “dados que foram registrados, classificados, organizados e interpretados segundo um framework a fim de obter significados”.

É importante diferenciarmos a informação estatística comum da informação estatística oficial. As informações estatísticas oficiais são bens públicos, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir seu provimento.

Jannuzzi e Gracioso (2002, p. 92) explicam em relação das estatísticas públicas:

As estatísticas públicas permitem às empresas fazer estimativas conjunturais de expansão ou contração de consumo, descobrir oportunidades locais para instalação ou exploração comercial, avaliar taxas de crescimento de mercados. No setor público e na sociedade civil, esferas de poder de interesse particular neste projeto, a informação estatística constitui, ademais de recurso básico e estratégico para a elaboração de diagnósticos sociais e econômicos ou dimensionamento do público-alvo de planos e políticas, um instrumento de controle societal do Estado.

Vejamos a seguir mais informações acerca do IBGE e atuação no SEN e na produção de estatísticas públicas oficiais.

3.3 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O IBGE foi criado no ano de 1936 e tem sua evolução histórica descrita no Portal do IBGE:

Durante o período imperial, o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com o advento da República, o governo sentiu necessidade de ampliar essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. Com o passar do tempo, o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições passaram aos ministérios competentes.

A carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Desde então, o IBGE cumpre a sua missão: identifica e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem (IBGE, 2024).

O IBGE é uma entidade da administração pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Embora o IBGE adote em seus materiais e divulgações o

nome Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ~~somente~~ a sigla IBGE, na legislação é utilizado a nomenclatura “Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”. (IBGE, 2024). A missão Institucional do IBGE é de "Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania." IBGE (2024). O IBGE cumpre sua missão por meio do desempenho de suas principais funções:

- Produção e análise de informações estatísticas;
- Coordenação e consolidação das informações estatísticas;
- Produção e análise de informações geográficas;
- Coordenação e consolidação das informações geográficas;
- Estruturação e implantação de um sistema das informações ambientais;
- Documentação e disseminação de informações;
- Coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

De fato, são muitas atribuições do IBGE enquanto “principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal (IBGE, 2024)”. Enquanto coordenador do Sistema Nacional Estatístico, e enquanto zela pelo bom funcionamento do Sistema, o IBGE deve também escutar por assim dizer as demandas não dos produtores de informações estatísticas como também dos usuários dessas informações, promovendo debates que contem com a participação da sociedade como um todo. No artigo 6º da lei de criação do SEN, lei 6.183 de 1974, uma das atribuições do IBGE enquanto coordenador do Sistema envolve promover escuta ativa também das opiniões dos cidadãos:

I - Promover reuniões nacionais, com a participação de representantes dos Ministérios, dos Governos Estaduais, de entidades da administração pública indireta, de entidades privadas, produtores e usuários de informações estatísticas, com vistas à discussão de programas de trabalhos e assuntos técnicos (Brasil, 1974, art.6).

Fica claro que a lei garante aos usuários de informações estatísticas o direito de participar dos debates relacionados à sua produção. De fato, as informações estatísticas são consideradas bens públicos e os cidadãos têm não apenas o direito de acessá-las, mas também de compreendê-las. Nesse sentido, o documento “Código Boas Práticas das Estatísticas do IBGE” destaca:

A produção de estatísticas oficiais é uma atividade que exige responsabilidade e compromisso por parte da instituição produtora, com a credibilidade das estatísticas que é uma premissa fundamental para a concepção, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação de planos e programas governamentais e para consolidar o exercício da cidadania. Não por outra razão informações estatísticas devem ser assumidas como bens públicos, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir seu provimento (IBGE, 2013, p. 8).

Em razão dessa responsabilidade de trabalhar de acordo com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais compreendendo as necessidades de todos os cidadãos, a comunicação tem sido encarada como área estratégica na busca de soluções que visem prover transparência e agilidade nos fluxos de informações.

Algumas das responsabilidades da Comunicação Integrada no IBGE voltadas para os públicos externos ou sociedade em geral e destacadas no documento institucional Políticas de Comunicação Integrada é de “fortalecer interação do IBGE com os diversos segmentos da sociedade, assegurar a todos o atendimento das demandas por informações do IBGE e adequar as mensagens, linguagens e canais aos diferentes públicos (IBGE, 2016, p. 12).

De fato, as informações estatísticas têm o potencial de consolidar o exercício da cidadania, à medida que dão a conhecer a realidade do Brasil e dos brasileiros. No entanto, retomando a questão da missão do IBGE, para cumprir sua missão, é necessário mais do que prover o acesso à informação produzida, necessário também que os cidadãos conheçam a informação, tenham garantidas condições de acesso e tenham condições de compreendê-la. Esse aspecto está relacionado ao direito à informação. Mas será que todos os cidadãos brasileiros têm igual acesso às informações públicas?

Em relação especificamente à informação estatística, o documento “Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais”, editado pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (2011) e adotado também pelo IBGE, estabelece que a divulgação das informações estatísticas precisa ocorrer de forma imparcial, com utilidade prática honrando o direito do cidadão à informação pública. A questão da divulgação imparcial está relacionada à garantia de igualdade de acesso e isenção na apresentação de dados e informações. O documento institucional produzido pelo IBGE “Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais: orientações para divulgações de resultados pelo IBGE” explica:

A imparcialidade é o direito de todos (sociedade e governo) à informação pública de qualidade e de utilidade, com garantia de igualdade de acesso e sem nenhuma interferência no retrato produzido ou na interpretação, que possa influenciar na isenção com que o dado deve ser apresentado. A questão está em assegurar, efetivamente, que o órgão oficial de estatística seja imparcial. Ainda que a apreciação dos usuários com relação aos resultados e suas opiniões sobre as possíveis implicações sejam muito diferentes entre si, todos devem reconhecer os resultados como retrato da realidade. Assim sendo, a análise e a divulgação dos dados devem ser realizadas no sentido de promover esse reconhecimento. (IBGE (s.d.) p. 3)

¹ A Comissão de Estatística das Nações Unidas adotou no ano de 1994 os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais garantindo a produção de estatísticas oficiais com padrões profissionais e científicos.

Embora o documento mencione a garantia de igualdade de acesso às informações públicas produzidas pelo IBGE, tal garantia é ~~desafiador~~ diante das desigualdades e da exclusão digital observadas em nosso país. A falta de acesso à internet e às tecnologias afeta muitas pessoas, criando de certa forma um cenário de exclusão informacional. ~~Em função~~ do papel estatal desenvolver iniciativas nesse sentido, mas iniciativas privadas também podem ser incentivadas.

Nesse âmbito, a Lei 14.533 de 2023 que institui a Política Nacional de Educação Digital - PNED, pode ser considerada ~~uma~~ importante iniciativa visando “potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis”. Além disso, políticas relacionadas a questões legais e éticas no uso da informação precisam ser implementadas e ampliadas no país, como por exemplo as questões relacionadas aos direitos autorais.

Mesmo que preenchidas as condições de garantia de igualdade de acesso às informações estatísticas, isto por si só ~~não~~ garantiria as condições concretas para que todos os cidadãos tenham seu direito à informação garantido. Faz-se necessário ~~além disso~~, que as pessoas aprendam como buscar efetivamente tais informações nos sistemas de disseminação. A busca por informação envolve a compreensão das terminologias e vocabulários adotados, a compreensão de como as informações estão organizadas e categorizadas, conhecimento de estratégias de busca e recuperação da informação ~~nos~~ sistemas e ainda, a compreensão da linguagem estatística, que muitas vezes se apresenta por ~~meio~~ vocabulário estatístico próprio e do uso de gráficos e tabelas.

A fim de reduzir os impactos de tais questões, os produtores oficiais de estatística em geral disponibilizam seus canais de atendimento, auxílio na localização e obtenção de informações. Este auxílio costuma se apresentar por ~~muito~~ canais para envio de dúvidas, ou de informações para contato telefônico. Muitas instituições ~~também~~ possuem o serviço de atendimento presencial ao usuário em bibliotecas ou arquivos, nos quais os cidadãos podem realizar consultas a materiais e pesquisas entre outros serviços e produtos oferecidos.

Garantidas as condições de ~~o~~ acesso igualitário, os cidadãos precisam ainda ser capazes de compreender as informações que acessam. ~~No~~ específico das informações estatísticas, por sua natureza e complexidade, pode-se dizer que nem sempre são facilmente compreendidas por todos os cidadãos.

As informações produzidas pelo IBGE ~~têm~~ potencial de tornar os cidadãos bem informados, entendendo mais amplamente a realidade ao seu redor, e criticamente

conscientes, de forma que possam exercer plenamente a cidadania. No entanto, para que isso de fato ocorra, é necessário aproximar a informação estatística dos cidadãos, democratizar.

De fato, consciente dessa necessidade, o IBGE na sua publicação “Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE” , no princípio 13, seção 7.4 destaca que o Instituto “deve possuir, também, mecanismos para promover a alfabetização ou instrução estatística de seus usuários, tanto por meio de treinamentos, como por meio da publicação de artigos que contemplem questões estatísticas e como essas devem ser utilizadas”. (IBGE, 2023, p.24)”.

Além disso, alinhados à necessidade de democratizar os dados e informações produzidos pelo IBGE por meio de linguagem adequadas públicos diversos, a Política de Comunicação Integrada do IBGE (2016, p.17) comenta:

A relação entre o IBGE e os diversos públicos externos é uma questão primordial. Numa sociedade democrática, é fundamental o relacionamento com o governo (Executivo, Judiciário e Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal), com a comunidade acadêmica, com as instituições de pesquisa nacionais e internacionais, com a mídia e com a sociedade.

Nesse mesmo documento são elencados como objetivos da comunicação externa a necessidade de disseminação ampla e com formato, mídia e linguagem que se adequem a todos os públicos. Nessa mesma linha de entendimento, o documento “Plano de integridade do IBGE” apresenta como um dos valores institucionais, o foco nos usuários. Esse quesito significa que o IBGE busca produzir informações considerando as necessidades da sociedade como um todo (IBGE, 2018).

As informações estatísticas públicas produzidas e divulgadas precisam ser compreensíveis a todo e qualquer cidadão, de maneira imparcial. Isso significa não somente pesquisadores ou pessoas com conhecimentos estatísticos devem ser capazes de fazer uso das informações produzidas, mas deve ser garantido que pessoas de todos os níveis educacionais e camadas sociais compreendam e possam obter e utilizar tais informações.

Em relação à dificuldade de compreensão das informações estatísticas, Gracioso (2004, p. 44) em seu artigo “Produção e disseminação da informação estatística brasileira: uma análise qualitativa”, realizou entrevista com oito respondentes observando em relação a este aspecto:

Seis dos entrevistados caracterizam a dificuldade de interpretação e compreensão das informações pelo usuário como sendo a principal dificuldade quanto às suas práticas de disponibilização. Essa caracterização reflete o patamar de percepção das agências estaduais de estatísticas quanto à necessidade de preparar as informações produzidas para que estas, quando acessadas, possam ser assimiladas e utilizadas pelo usuário.

A UNESCO (2018, p.10, tradução nossa) ressaltou no documento *Recommendations for promoting, measuring and communicating the value of official statistics* a necessidade de compreender as necessidades informacionais não dos que já são usuários de informações estatísticas mas também a necessidade de compreender os que não são usuários, ou são potenciais usuários:

Podemos melhorar o valor das estatísticas colocando os usuários verdadeiramente no centro. Por mais especialista e profissional que sejam os produtos estatísticos oficiais, eles não têm utilidade a menos que atendam às necessidades de alguém. Isso requer entender os usuários (e não usuários que são potenciais usuários) e suas necessidades de informação. Também significa reconhecer que essas necessidades não permanecem constantes e mudam ao longo do tempo.

A abordagem adotada pela UNESCO destaca a importância de se considerar não somente os usuários reais, ou seja, os que já consomem informação estatística, mas também os potenciais, ou seja, os que não são usuários ainda mas que poderiam vir a ser. Ao colocar os usuários ao centro se torna necessário também considerar os desafios do ambiente informacional no qual estão inseridos. Um fenômeno complicador que tem tomado cada vez mais comum nos ecossistemas informacionais complexos atuais, é o fenômeno da desinformação. Paixão, Cerveró e Linhares (2022, p. 536) destacam em relação a este tema:

O paradoxo das sociedades contemporâneas é que, ao mesmo tempo em que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) permitem cada vez mais possibilidades de acesso a informações, a falta do domínio destas acarreta ainda mais os desníveis socioinformacional, haja vista que o excesso de informações digitais exige capacidades específicas para que os sujeitos assumam uma posição ativa no processo de construção do conhecimento, capazes de formar consciência crítica e aplicá-la ao longo de sua vida.

Vejamos a seguir de que forma a desinformação tem atingido as informações de natureza estatística.

3.4 A desinformação no âmbito das informações estatísticas

Atualmente informações de todo tipo estão disponíveis em superabundância tanto em formato físico quanto digital. As formas de acesso se multiplicam, especialmente com a popularização da internet e das mídias sociais. Essas informações podem surgir nos mais diversos tipos de suportes e formatos e ter um alcance gigantesco, especialmente quando surgem em formatos mais amistosos, como imagens, vídeos e memes.

Em razão desse ecossistema de informação tão complexo, e da vulnerabilidade e impactos que este cenário pode ocasionar, especialmente em relação à proliferação de informações de baixa qualidade, faz-se necessário que os cidadãos sejam capazes de

identificar e avaliar a qualidade das informações que têm acesso, para suas diversas necessidades, de forma autônoma, crítica, ética e responsável.

O que significa, porém, o termo *desinformação*? No livro *Jornalismo, fake news & Desinformação* (UNESCO, 2016, p.7) conceitua o termo como se tratando “tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas”. O mesmo livro enfatiza o dano que tal fenômeno pode causar especialmente em razão de ser elaborado com bons recursos e ter seus danos acentuados devido às tecnologias de informação e comunicação que ampliam a velocidade e difusão desses fenômenos.

Em relação à desinformação e seus danos, Araújo (2021, p. 7) destaca:

O outro uso da expressão desinformação diz respeito aos efeitos dessas ações, isto é, ao estado de caos, de confusão, dúvida, gerado em amplas parcelas da população que justamente necessitam ou buscam informação para definir suas opiniões e tomar suas decisões.

Ao se falar em desinformação, em geral, outro termo que vem à mente é “*fake news*” que tem se tornado uma expressão popular. Vale ressaltar o entendimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO em relação ao termo no livro *Jornalismo, fake news e desinformação*:

evita-se admitir que o termo *fake news* (“notícias falsas”) possua um significado direto ou comumente compreendido. Isso ocorre porque “notícias” significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias (UNESCO, 2019, p. 7).

Borges (2022) destaca que alguns tipos de desinformação como as *fake news* têm ganhado crescente espaço pois os indivíduos não têm o hábito de conferir a veracidade das informações que consomem ou compartilham, e entre os brasileiros isso também não costuma ocorrer. Porém, a autora enfatiza que esse cenário muda quando o indivíduo adquire consciência da importância que tem saber utilizar diversas fontes de informação e saber manusear ferramentas de verificação da informação.

A situação não é diferente em relação a informações estatísticas, pois estas têm se tornado rotineiras no cotidiano dos cidadãos, diariamente por meio dos mais diversos meios de comunicação recebemos informações de natureza estatística mesmo que não nos damos conta disso, podendo tornar os indivíduos suscetíveis à desinformação.

Para Gal (2002) os contextos de recepção de informação estatística são cada vez mais diversos. Os cidadãos podem receber informação estatística em atividades cotidianas, como assistir televisão, acessar websites, ler notícias ou por meio de propaganda em geral. Os meios

de disseminação também são múltiplos, podendo surgir por meio de material textual, impresso ou oral, por meio de números, símbolos gráficos, podendo ter estes componentes combinados de forma impressa ou digital.

Especialmente no contexto da pandemia, enxurradas de informações sobre saúde com conteúdo estatístico foram produzidas e compartilhadas, levando muitos a basear nessas informações para tomar decisões em relação à saúde e à vacinação. Esse cenário recente confirmou a urgência em relação a necessidade dos cidadãos terem acesso a condições estruturais e aos meios para avaliar de forma crítica e consciente as informações.

Carzola e Castro (2007, p.46) confirmam esse risco informacional em seu artigo *O papel da estatística na leitura do mundo*

os números passam a ideia de cientificidade, de isenção, de neutralidade. Quando discursos, propagandas, manchetes e notícias veiculadas pela mídia, utilizam informações estatísticas (números, tabelas ou gráficos), essas ganham credibilidade e são difíceis de serem contestadas pelo cidadão comum, que chega até a questionar a veracidade dessas informações, mas ele não está instrumentalizado para arguir e contra argumentar.

As informações de natureza estatística podem ser disseminadas por meio de diferentes formatos. Apesar das formas usuais serem por meio de números, tabelas e gráficos, conforme citado no parágrafo acima, é cada vez mais comum a disseminação de informações de natureza estatística junto a imagens ou até mesmo memes. Especialmente nas redes sociais, este tipo de formato é bem comum pois torna a informação mais amistosa.

Alguns autores têm tratado este tema dentro do campo do letramento visual ou imagético. Silvino (2014) e Rocha (2018), por exemplo, abordam acerca da leitura competente de imagens digitais. Outros autores têm tratado da leitura de imagens mais no campo do letramento ou alfabetização midiática (Grizzle, 2016).

Independente disto, o fato é que imagens atreladas a informações estatísticas oficiais têm sido disseminadas por veículos jornalísticos ou outros produtores de informação e muitas vezes carregam consigo vieses ou discursos preconceituosos implícitos. Devido a isto, se torna premente que os cidadãos sejam capazes de avaliar criticamente as informações que tem acesso, independente do formato, sejam estas textuais ou imagéticas.

Além disso, um entendimento mais amplo sobre as características das fontes de informação especialmente referente às fontes de informação primárias e secundárias é uma compreensão que pode evitar a desinformação. A seguir, exemplo de imagem veiculada nas redes sociais que atribui autoria ao “censo” ou ao IBGE de determinada informação estatística, porém, esta informação não foi produzida de forma primária pelo Instituto e nem

configura o tipo de informação que o IBGE divulgaria, conforme visto anteriormente, as informações estatísticas oficiais prezam pelo princípio da imparcialidade das informações.

Figura 3 - Informação divulgada atribuída ao IBGE.



Fonte: UOL, 2024

Traçando críticas ao fazer jornalístico atual, Prado e Becker (2022, p. 35) comentam:

É baseada na posição de reprodução dos fatos a partir do mito da neutralidade e da imparcialidade que o jornalismo, em particular os noticiários, constroem informações com certa liberdade, omitem, aumentam, diminuem e até criam notícias através de discursos pouco marcados pela pluralidade de ideias, mais ordenadores do que representativos, valorizando assim mesmos como atores relevantes na mediação das relações e interesses sociais.

Se torna essencial a ampliação de ações educativas relacionadas à informação estatística. O IBGE, por exemplo, incorporou recentemente às suas diretrizes institucionais o desenvolvimento de ações que visem fortalecer o acesso democrático e inclusivo às informações produzidas. O evento institucional 1º Encontro do projeto Diálogo IBGE 90 (2023, p. 9) anos instituiu como diretriz:

Aprimorar e ampliar políticas, projetos e ações transversais de comunicação, ensino, formação e letramento estatístico e geocientífico para todos os níveis territoriais institucionais, fazendo uso intensivo de tecnologia, com foco na inovação, para fortalecer o acesso democrático e inclusivo às informações no exercício da cidadania.

Além disso, ações em âmbito institucional são divulgadas no site de Agências de Notícias do IBGE, como exemplo, o oferecimento de cursos de formação sobre dados e estatísticas de pesquisas oficiais direcionados a gestores públicos e divulgados no site da agência de notícias do IBGE conforme Figura 4.

Figura 4 -Programa Censo Demográfico.



Fonte: IBGE, 2024

Nota-se que o IBGE tem também reconhecido a importância do letramento estatístico e de outros letramentos como o letramento informacional e o letramento midiático na democratização dos dados e informações produzidas. Em conferência recente organizada pelo Instituto, a Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados, foi gerado um documento institucional intitulado 1º Encontro do projeto Diálogos IBGE90 sendo o letramento estatístico citado especificamente como objetivo do Instituto e relacionado ao acesso democrático e inclusivo para o exercício da cidadania.

Em relação ao letramento estatístico, Gal (2002) no artigo *Adults' Statistical Literacy: Meanings, Components, Responsibilities* afirma que o letramento estatístico pode contribuir de diversas formas como por exemplo na participação dos indivíduos em debates públicos ou ações comunitárias, a compreender fenômenos de importância social como taxas de criminalidade, crescimento populacional, desempenho educacional, propagação de doenças, entre outros.

De acordo com Knight *et al.*, (2022 *apud* Porciúncula, 2022, p.42) o letramento estatístico é garantidor de justiça social pois “uma educação crítica pode provocar uma compreensão dos fenômenos sociais, evocando uma mudança social por meio da conscientização [...] como cidadãos, devemos aprender a criticar os dados, considerando a natureza consequente de seu uso (e abuso), por meio do questionamento sócio-histórico desses dados”.

Não há dúvidas de que existe a necessidade de fortalecer o acesso democrático aos dados e informações estatísticas produzidas a fim que todos os cidadãos possam exercer plenamente a cidadania.

Nesse contexto, o letramento estatístico surge como um conjunto de saberes essenciais para a formação em nossa sociedade. Mas que é o letramento estatístico? Existe relação entre o letramento estatístico e o letramento informacional?

3.5 Letramento estatístico: conceitos inter relacionados?

Já comentamos neste trabalho como cada vez mais as informações de natureza estatística tem permeado o cotidiano dos sujeitos. Iniciativas como a cultura de governo aberto, tem resultado na ampliação da transparência, como o Portal Brasileiro de Dados Abertos. Repositórios institucionais de acesso aberto também têm contribuído para a aceleração da cultura de dados e informações estatísticas. Em relação a este aspecto, Prado e Marzal (2013, p. 123) comentam:

arecente presença de dados abertos é de enorme importância para pesquisadores e o público em geral. O movimento de dados abertos, herdeiro em parte dos movimentos OpenSource e Open Access, incentiva a publicação gratuita de dados de diferentes domínios sob licenças que favoreçam sua reutilização.

Especialmente a partir da popularização da internet e a rápida propagação de notícias e conteúdos, cada vez mais dados governamentais têm sido disponibilizados. No entanto, grande parte desses dados e informações são apresentados em formatos não muito amigáveis, em geral por meio de sistemas de informação estatísticos que utilizam gráficos e tabelas, o que pode demandar certo conhecimento específico para que a compreensão aconteça.

Além disso, dados e informações sobre temas que impactam tanto a vida pessoal quanto profissional muitas vezes exigem domínio de terminologia estatística básica, como por exemplo questões relacionadas a mudanças climáticas, a administração de finanças pessoais, decisões relacionadas à saúde, entre outros aspectos. Pessoas despreparadas ou com intenções duvidosas podem utilizar de maneira indevida tais dados e informações para obter vantagens ou para outros propósitos.

Por isso não é suficiente apenas que o cidadão tenha acesso à internet e domine as ferramentas tecnológicas para seu uso, preciso que desenvolva consciência e reflexão crítica para compreender que não há neutralidade nesse ambiente e que cada um de nós tem responsabilidade ética e legal frente às informações que dissemina e produz no ambiente físico ou no ambiente digital.

De que forma então o letramento estatístico pode contribuir nestas questões e qual é a definição da literatura para este tipo de letramento? Um autor muito citado no campo do letramento estatístico é Iddo Gal. Em seu artigo *Adults' Statistical Literacy: Meanings, Components, Responsibilities*, Gal (2002) defende que o letramento estatístico é uma habilidade essencial em vários contextos da vida tornando os cidadãos mais informados e conscientes acerca dos fenômenos de natureza social política na atual sociedade e também mais capazes de tomar boas decisões em diferentes áreas. Ainda explica que o mercado de trabalho tem trazido crescentes demandas em relação à compreensão de informações estatísticas, incluindo a compreensão sobre dados.

Gal (2002, p.3) define letramento estatístico da seguinte forma:

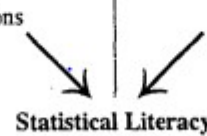
a capacidade das pessoas de interpretar e avaliar criticamente informações estatísticas, argumentos relacionados a dados ou fenômenos estocásticos, que podem encontrar em diversos contextos e quando relevantes; b) a capacidade de discutir ou comunicar as suas reações a tais informações estatísticas, tais como a sua compreensão do significado da informação, ou as suas preocupações relativamente à aceitabilidade de determinadas conclusões.

Gal sugere um modelo (Figura 5) do que seria necessário a fim de adultos serem estatisticamente letrados. O modelo envolve um componente de conhecimento e um componente disposicional. Os elementos de conhecimento envolvem habilidades de letramento, conhecimento estatístico, conhecimento matemático, conhecimento contextual, perguntas críticas. Já o componente disposicional envolveria crenças e atitudes e postura crítica.

Figura 5 - Modelo de letramento estatístico proposto por Gal.

Table 1

A model of statistical literacy.

Knowledge elements	Dispositional elements
Literacy skills	Beliefs and Attitudes
Statistical knowledge	Critical stance
Mathematical knowledge	
Context knowledge	
Critical Questions	
	
Statistical Literacy	

Fonte: Gal, (2002).

Importante mencionar que Gal (2002) trata em seu artigo das habilidades necessárias aos cidadãos enquanto consumidores de informação estatística e de dados, o que ele chama de “*reading contexts*” ou seja, contextos de leitura. No entanto, outros autores como Gould (2007), citado mais adiante, defende que na atual sociedade, os cidadãos precisam desenvolver habilidades não somente a fim de serem consumidores de informação estatística e de dados, mas também a fim de serem produtores e disseminadores.

Outra definição para letramento estatístico é de Wallmann, que o define como a [...] “habilidade de compreender e avaliar criticamente informações estatísticas que permeiam a nossa vida cotidiana combinado com a habilidade de perceber as contribuições que o pensar estatístico pode trazer nas decisões pessoais ou públicas, seja nível profissional ou pessoal” (Wallmann, 1993, p. 1, Tradução nossa).

A fim de ilustrar e contextualizar de que forma informações e dados estatísticos costumam ser apresentados aos cidadãos na vida cotidiana, especialmente nas mídias, a Figura 6 ilustra um extrato de uma notícia de um jornal grande de circulação nacional que traz elementos estatísticos e de dados.

Figura 6 - Notícia de jornal abordando a alta de preços dos alimentos.

O principal “vilão” da inflação de alimentos será o café, segundo analistas. Parte do aumento será resultado de altas que já ocorreram na indústria, mas que ainda não chegaram na ponta. Outro fator é a estimativa é de uma safra um pouco menor neste ano, já que o solo ainda se recupera da estiagem que afetou a produção brasileira no Brasil, maior produtor mundial do grão, e estimulou o aumento de preços.

— No ano passado, esse grupo chegou a registrar deflação, mas a expectativa para 2025 é de alta. O tomate pode subir 15% no ano. Temos notícias piores para safras no Sul, mas os modelos climáticos indicam um caminho de transição para a neutralidade.

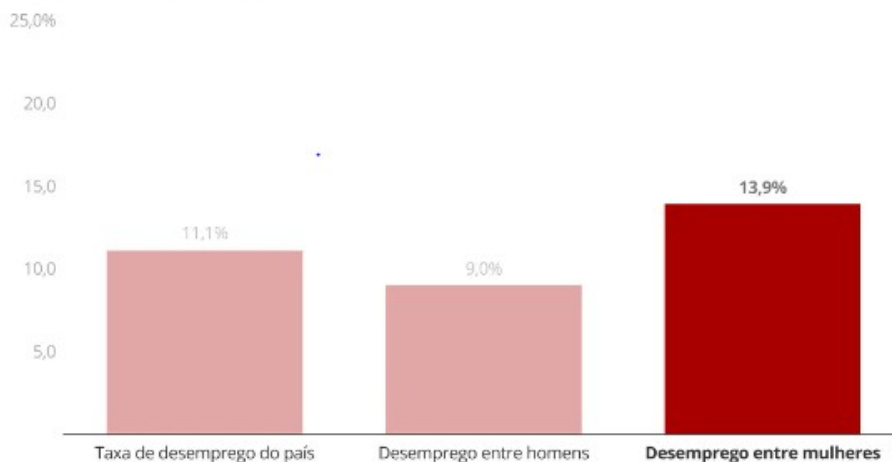
Fonte: Nalim (2025)

Percebe-se que essa notícia jornalística trata de alimentos essenciais da cesta básica e utiliza termos e conceitos estatísticos, como “inflação”, “deflação” e porcentagens, para explicar o aumento dos preços desses produtos. Para que o leitor compreenda plenamente a notícia, é fundamental que ele conheça essa terminologia.

Na Figura 7, observa-se num jornal de grande circulação nacional uma notícia sobre o desemprego feminino que inclui gráficos, o que torna necessário a compreensão de tais elementos para a interpretação adequada dos dados apresentados.

Figura 7 - Desemprego é maior entre as mulheres.**Desemprego é maior entre as mulheres**

Taxa de desocupação no 4º trimestre de 2021, em %



Fonte: Pnad/IBGE

Fonte: Alvarenga, 2022.

A compreensão de informação estatística pode influenciar na aceitabilidade das informações apresentadas. Gal (2002, p.7) destaca em relação a este aspecto: “A aceitabilidade das informações presentes nestes gêneros pode influenciar naquilo que as pessoas aceitam como verdade e, conseqüentemente, refletir em seu modo de vida”.

O letramento estatístico pode então ser considerado essencial a fim de compreendermos informação de cunho estatístico que temos acesso no dia a dia e também sermos capazes de avaliar esta informação para determinar se é de fato uma informação de qualidade. Essa habilidade de avaliar informação estatística é especialmente importante em tempos de fake news e desinformação em geral, conforme mencionado anteriormente.

Porciúncula (2022, p.87) entende acerca do letramento estatístico e sua relação com o exercício da cidadania:

Entendemos por letramento estatístico a capacidade de ler o mundo e tomar decisões a partir de informações estatísticas para além de uma alfabetização estatística restrita ao cálculo de alguns conceitos. Nesse sentido, o letramento estatístico revela-se como uma competência para o exercício da cidadania na medida em que oferece subsídios para as escolhas de um cidadão.

Ademais, o letramento estatístico está relacionado também a uma atitude mais ativa e crítica do indivíduo. Nessa linha de pensamento, Watson (1997, p.2) entende que para um indivíduo ser considerado competente estatisticamente é necessário possuir habilidades: “entendimento básico de terminologia estatística e probabilística; entendimento de linguagem

e definições estatísticas e probabilísticas nas discussões sociais e atitude questionadora a fim de contradizer afirmações sem base estatística adequada”.

Ainda em relação ao letramento estatístico e sua relevância na atual sociedade, Gal (2002) afirma que o letramento estatístico é uma capacidade fundamental necessária aos cidadãos nas sociedades atuais na qual a informação é disseminada e produzida em grandes quantidades, sendo considerada pela autora uma habilidade crítica, mas muitas vezes negligenciada. O autor destaca que em geral os adultos são consumidores e não produtores de informação estatística, e nesse caso, o letramento estatístico tem importância pessoal e social contribuindo para a capacidade de escolhas por parte dos cidadãos notando por exemplo as escolhas baseadas no acaso (previsão do tempo) ou em probabilidade como a aposta em bilhetes de loteria ou apólices de seguros e a compreensão de fenômenos sociais tais como o crescimento populacional, propagação de doenças, desempenho educacional, taxas de emprego e desemprego, taxas de crimes entre outros. Pode também contribuir para uma participação mais informada nos debates públicos que permeiam as sociedades.

Já para Gould (2007, p.22), a vida moderna exige que todos sejam educados não somente para serem consumidores de informação estatística, mas também para serem produtores. Nesse sentido, o autor defende que o letramento estatístico deveria abranger também aspectos relacionados à compreensão crítica sobre o uso de dados, conforme listado abaixo:

- compreender quem recolhe dados sobre nós, por que os recolhe, como os recolhe;
- saber analisar e interpretar dados provenientes de amostras aleatórias e não aleatórias;
- compreender questões de privacidade e propriedade de dados;
- saber como criar representações descritivas básicas de dados para responder perguntas sobre processos da vida real;
- compreender a importância da proveniência dos dados;
- compreender como os dados são armazenados;
- compreender como as representações em computadores podem variar e por que os dados devem às vezes ser alterados antes da análise; e
- compreender alguns aspectos da modelagem preditiva.

Importante mencionar que existe na literatura internacional um debate acerca de uma possível inter-relação entre o letramento estatístico, o letramento em dados e o letramento informacional. Scheild (2004), Klare (2017) e Sorgo (2017), por exemplo, defendem a existência de uma inter-relação entre tais letramentos.

Vejamos antes de prosseguir nesta discussão, algumas definições que ocorrem na literatura para o letramento informacional, o letramento estatístico e o letramento em dados.

Iniciando pelo letramento informacional, ressalta-se que este trabalho não pretende discutir outra tradução para o termo, que surge muitas vezes por meio de diversas possibilidades, como competência em informação, alfabetização informacional, literacia entre outros. A adoção do termo letramento informacional neste trabalho se dá puramente em razão de uma aceitabilidade que este termo já possui no IBGE, instituição de atuação profissional da autora.

Campello(2003) explica que o conceito é proveniente do termo *information literacy*, e foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1974 por Paul Zurkowsky num relatório no qual ele exortava a necessidade de garantir que a população desenvolvesse competências informacionais que lhes permitissem usar os diversos produtos informacionais para resolução de problemas. O termo foi assimilado pelos bibliotecários americanos, e posteriormente se tornou de interesse da classe bibliotecária de outros países especialmente relacionado à necessidade de se repensar a atuação de bibliotecas e bibliotecários e ampliar a sua função pedagógica atuando de forma mais proativa. Esta competência teve como antecessora a educação de usuários, que tinha como característica “instrutor no uso da coleção, treinando-o para manusear fontes de informação consideradas apropriadas e relevantes para a aprendizagem de determinado tópico” (Campello, 2003, p. 29). Campello ainda destaca que na década de 80 o conceito que estava até relacionado à localização e recuperação de informação passou a englobar o desenvolvimento do pensamento crítico e do aprender a aprender.

Em relação à ocorrência do termo no Brasil, Campello pontua que o termo foi mencionado pela primeira vez no ano 2000 por Caregnato:

No Brasil, o termo está em fase de construção. Foi mencionado pela primeira vez por Caregnato que o traduziu como “alfabetização informacional” em um texto em que propunha a expansão do conceito de educação de usuários e ressaltava a necessidade de que as bibliotecas universitárias se preparassem para oferecer novas possibilidades de desenvolver nos alunos habilidades informacionais necessárias para interagir no ambiente digital (Campello, 2003, p.28).

Schild (2004, p. 6) define quem possui *Information Literacy* da seguinte forma:

avalia cuidadosamente e de forma sábia as informações para determinar sua qualidade. Esse estudante compreende os princípios tradicionais e emergentes para avaliar precisão, validade, relevância, completude e imparcialidade da informação. O estudante aplica esses princípios de maneira perspicaz em diferentes fontes e formatos de informação, utilizando lógica e julgamento informado para aceitar, rejeitar ou substituir informações a fim de atender a uma necessidade específica.

A UNESCO em seu livro *Alfabetização midiática e informação* (Grizzle, 2016, p. 48) lista algumas atitudes e habilidades práticas de pensamento necessárias ao lidar com informação:

reconhecer a necessidade informacional, ser capaz de localizar e acessar a informação relevante; avaliar o conteúdo criticamente em termos de autoridade, credibilidade e finalidade atual, extrair e organizar a informação, sintetizar, comunicar, de maneira ética e responsável de maneira apropriada e por um meio apropriado e estar capacitado a usar as tecnologias para processar a informação.

De acordo com *American Library Association* (1989, p., *apud* Campello, 2009, p.72):

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas.

De acordo com definição proposta pela ALA, pode-se inferir que o letramento informacional traz independência e autonomia ao cidadão para adquirir conhecimentos ao longo da vida e para gerir seu conhecimento pessoal. É interessante também destacar que a definição proposta pela ALA provoca a reflexão sobre as questões práticas acerca do letramento informacional especialmente quando cita o uso efetivo da informação, ou seja, quem é competente em informação utiliza a informação de forma efetiva, seja para a solução de problemas ou tomada de decisão.

As autoras Vitorino Eucca (2020) no livro “As dimensões da Competência em Informação”, relaciona a cidadania com a questão da informação e propõe quatro dimensões para a competência em informação. São as dimensões técnica, estética, ética e política que quando estão em equilíbrio permitem que as pessoas exerçam plenamente a cidadania: A dimensão política está relacionada ao empoderamento por meio da informação, contempla a participação política, o exercício da cidadania, a capacidade de ver além da superfície do discurso, fatores tão necessários a fim de garantir sociedades democráticas.

Passando agora para a compreensão em relação ao letramento em dados, Prado e Marzal (2013, p.124) definem este letramento como sendo “um conjunto de competências relacionadas à aquisição, avaliação, manuseio, análise e interpretação de dados que estão fora do escopo das competências estatísticas.

Em relação ao letramento em dados, Schield (2004, p. 8) menciona a necessidade de se conhecer determinadas ferramentas:

Os alunos precisam compreender uma ampla variedade de ferramentas para acessar, converter e manipular dados. Estes podem precisar compreender linguagem de consulta estruturada (SQL), bancos de dados relacionais (por exemplo, MS Access), técnicas de manipulação de dados, software estatístico (por exemplo, SPSS, STATA, Minitab e MS Excel) e software de apresentação de dados (por exemplo, MS Excel e MS PowerPoint).

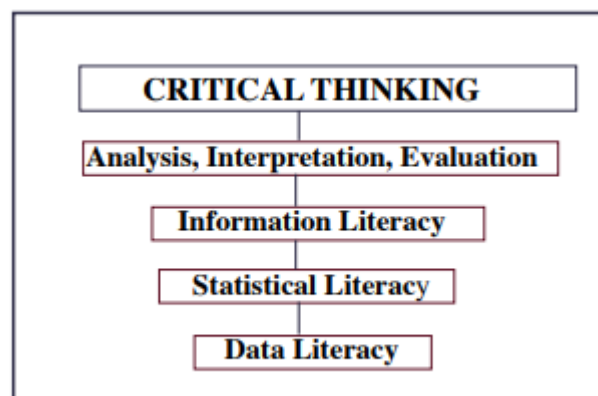
Alguns autores vinculam o letramento informacional, o letramento estatístico e o letramento em dados apontando a existência de ~~hierarquia~~ hierarquia entre os conceitos. No entanto, alguns autores simplesmente relacionam os conceitos sem apontar a questão de existir ou não hierarquia entre estes.

Schiold (2004, p.8, tradução nossa) explica de que maneira os três letramentos estão relacionados:

Com o advento do computador pessoal e da web, a alfabetização informacional requer tanto alfabetização estatística quanto alfabetização em dados. Os alunos devem ter literacia informacional: devem ser capazes de pensar criticamente sobre conceitos, afirmações e argumentos: ler, interpretar e avaliar informações. A alfabetização estatística é um componente essencial da alfabetização informacional. Os alunos devem ser alfabetizados em estatística: devem ser capazes de pensar criticamente sobre estatísticas descritivas básicas. Analisar, interpretar e avaliar estatísticas como evidências é uma habilidade especial. E os alunos devem ser alfabetizados em dados: devem ser capazes de acessar, avaliar, manipular, resumir e apresentar dados. A alfabetização em dados é um componente essencial tanto da alfabetização informacional quanto da alfabetização estatística.

O autor propõe alguns modelos relacionais para os três letramentos, que podem variar conforme a perspectiva do interessado. O modelo baseado na perspectiva do raciocínio crítico pode ser visualizado na Figura 8:

Figura 8 - Critical Thinking Perspective.



Fonte: Schiold (2004, p. 8)

Este modelo traz a compreensão segundo Schiold (2004) de que o letramento estatístico é uma habilidade especial necessária para se desenvolver o letramento

informacional. E visto que as estatísticas resumem os dados e são influenciadas por estes e pela forma na qual são selecionados, convertidos e manipulados, o letramento em dados necessita ser um componente essencial tanto da literacia informacional como da literacia estatística.

Para o autor, a perspectiva irá mudar de acordo com o olhar da área, mas ainda assim, os letramentos estarão interligados:

O ponto principal é que a literacia informacional, a literacia estatística e a literacia de dados estão ligadas por um conjunto comum de problemas e por um nível de abordagem semelhante. Todos três são gerais do que específicos, cada um deles envolve estudo interdisciplinar e tratam de fundamentos. Eles podem úteis para estudantes de qualquer área de especialização. Como tal eles devem ser elementos centrais em uma educação universitária (Schield, 2004, p. 9).

Ainda, na perspectiva do autor, o letramento estatístico, o letramento informacional e o letramento em dados têm como ponto em comum a avaliação da informação e o pensamento crítico em relação à informação, e por isto, pode-se afirmar que estão inter relacionados.

Em seu artigo *Information Literacy, Statistical Literacy and Data Literacy*, Schield explica:

A avaliação da informação é um elemento essencial para o letramento informacional, o letramento estatístico e o letramento em dados. Sendo assim, os letramentos estão inter relacionados. É difícil promover o letramento informacional ou letramento em dados sem promover o letramento estatístico. [...] Mais atenção é necessária em como esses três letramentos se relacionam e como eles podem ser ensinados com sinergia (Schield, 2004, p.6).

Ademais, Schield (2004) defende ainda que é necessário prestar mais atenção a como essas três literacias se relacionam. O autor comenta que bibliotecários, arquivistas e bibliotecários de dados deveriam considerar oferecer o letramento estatístico como um serviço a estudantes ou a quem precise avaliar criticamente informação.

O autor defende que o ensino dos três letramentos deve ser encarados como elementos centrais na educação universitária e esta demanda pode ser atendida por bibliotecários por em sua visão serem mais generalistas em sua formação. O autor explica:

Eles são generalistas, não especialistas. Seu foco não se limita a uma disciplina específica. Assim, estão iminentes qualificados para ensinar os alunos a pensar criticamente, a se tornarem alfabetizados em informação, estatisticamente literatos e a ter literacia em dados. Em uma função de ensino, eles podem obter um status diferente em relação à missão final da educação superior do que teriam como membros da equipe da biblioteca. Ao ajudar os alunos a pensar criticamente sobre informações, estatísticas e dados, seu papel pode ser considerado essencial, dada a importância do pensamento crítico como um objetivo estratégico da educação superior e as dificuldades que alguns alunos enfrentam para pensar criticamente sobre palavras — quanto mais sobre números. (Shield, 2004, p.9).

Nessa mesma linha de perspectiva, Kläre (2017) afirma que o letramento estatístico combina tanto habilidades estatísticas quanto habilidades informacionais no que tange a busca, uso e avaliação de informação estatística. Inclusive, a autora sugere que as bibliotecas poderiam atuar como multiplicadoras no desenvolvimento do pensamento crítico em relação às informações estatísticas, assim como já atuam no desenvolvimento do pensamento crítico em relação à informação em geral.

Peter e Kellam (2013, p.3) no artigo *“Incorporating Statistical Literacy into Information Literacy Instruction”* fornecem exemplos práticos de como integrar o letramento estatístico nos programas de letramento informacional já existentes na biblioteca fazendo uso de abordagens similares das utilizadas na avaliação de informação estatística, conforme demonstrado nas etapas abaixo:

Peça aos alunos que investiguem:

Autoridade: Quem é o autor e/ou quem criou o gráfico, gráfico ou figura? Quais são suas qualificações?

Público: Quem é o público-alvo?

Conteúdo: O que está sendo comunicado pelas estatísticas ou pela apresentação estatística? As estatísticas "fazem sentido" logicamente? Ou seja, eles parecem razoáveis ou existem outros fatores que possam explicar melhor ou contribuir para as descobertas? Para estatísticas de pesquisas, como foram as perguntas formuladas? Eles incluíram termos carregados? Como as estatísticas são apresentadas? A apresentação representam com precisão as estatísticas? Eles são apresentados de forma neutra?

Cobertura: Quem (ou o que) está sendo representado por as estatísticas? Por exemplo, as estatísticas representam todos nos Estados Unidos ou apenas eleitores registrados, adultos ou outra subpopulação?

Moeda: Quando foram recolhidas as estatísticas?

Que período(s) de tempo eles representam? Foram eventos ocorrendo ao mesmo tempo que pode ter influenciado as respostas ou resultados? Existem dados mais recentes disponíveis?

Objectivo: Porque é que as estatísticas foram recolhidas? Se for uma pesquisa de opinião pública, que patrocinou ou pagou a pesquisa?

Os bibliotecários possuem grande potencial para desenvolver ações de letramento estatístico e letramento em dados para diferentes públicos. Usova e Laws (2021, p.85) comentam que devido à experiência que os bibliotecários já possuem na área do letramento informacional, poderiam expandir seus programas de letramento a fim de incluir o letramento em dados e o letramento visual para estudantes. Os autores explicam:

Os serviços de letramento informacional evoluíram. Tecnologias emergentes, como ferramentas de criação gráfica, software de gestão de dados e acesso a grandes quantidades de dados, têm oferecido novas formas de trabalhar com a informação. Em resposta às mudanças no panorama da informação, as bibliotecas empenham-se na promoção de competências de meta-alfabetização, tais como a literacia visual

de dados. Estas literacias são cada vez mais vistas como conhecimentos críticos que os estudantes precisam de dominar para terem sucesso no mundo de hoje.

Prado e Marzal (2013) no artigo *Incorporating Data Literacy into Information Literacy Programs* entendem que o letramento informacional e o letramento em dados fazem parte de um continuum de competências dos indivíduos que vão se aperfeiçoando ao longo da vida. Para os autores o letramento em dados é hoje tão importante quanto o letramento informacional sendo em sua perspectiva letramentos complementares que deveriam fazer parte do papel educacional das bibliotecas. Prado e Marzal defendem ainda a inclusão do letramento em dados nos programas instrucionais das bibliotecas apesar de notarem que o letramento em dados não tem recebido tanta atenção por parte dos bibliotecários, tendo despertado maior interesse por profissionais que atuam no ensino superior.

Abordando a questão da desinformação, Sorgo também defende a existência de uma inter relação entre os letramentos:

Tipicamente, estudantes com habilidades de alfabetização informacional devem reconhecer os sinais de fontes defeituosas e informações tendenciosas. No entanto, mesmo se as melhores fontes forem encontradas, elas são inúteis se os usuários não conseguirem compreender, manipular e sintetizar dados, habilidades que podem ser vistas como constituindo o letramento estatístico e em dados. Todas essas literacias estão interconectadas e podem ser consideradas habilidades transferíveis, não apenas em projetos futuros, mas também como uma estratégia ao longo da vida (Sorgo, 2017, p.12)

Smonikolva (2020) apresenta um ponto de vista um pouco diferente dos demais autores, no sentido de estabelecer que letramento em dados é um pré-requisito para o letramento informacional. A autora explica:

Primeiro precisamos aprender a lidar com o volume e as características dos dados, antes de conseguirmos extrair informações deles. É aí que se demarca uma linha entre o letramento de dados e o letramento informacional. [...] A diferença surge da relação entre dados e informações, na qual a informação desempenha o papel de resultado do processamento de dados, durante o qual significado é atribuído aos dados. Assim, em um mundo repleto de dados, a literacia de dados é um pré-requisito para a literacia de informação.

Smonikolva (2020) também entende que o letramento em dados, embora baseado métodos estatísticos, se diferencia do letramento estatístico, que em sua visão, diz respeito somente ao consumo de produtos estatísticos. Já no caso do letramento em dados, na visão da autora, capacitaria também o indivíduo a ser tanto produtor quanto consumidor de dados.

Alguns autores também destacam a necessidade de promover a familiaridade com a informação estatística que é de forma frequente apresentada nas mídias, e para isso traçam uma relação de proximidade entre o letramento estatístico e letramento midiático. O artigo *Statistical Literacy as an Aspect of Media Literacy* explica:

O letramento estatístico representa um aspecto do letramento midiático, especialmente devido a uma percentagem crescente de informação estatística nas reportagens midiáticas. Ser alfabetizado estatisticamente significa ser capaz de interpretar e utilizar corretamente a informação estatística disponível quer através dos meios de comunicação social, ~~qu~~através de serviços de estatísticas oficiais, para efeitos de desenvolvimento pessoal e de efeitos diretos ou indiretos no desenvolvimento das instituições e do Estado. A informação estatística fornece uma visão geral da situação em diferentes domínios, permitindo acompanhar as mudanças nos fenómenos ao longo do tempo e deve ser a base para a tomada de decisões na esfera económica, política, cultural e pessoal da vida (Sušec; Muravec; Stančić, 2014, p.131).

Observou-se que o letramento estatístico se relaciona de ~~fato~~ outros tipos de letramento, como o letramento informacional e o letramento em dados. Independentemente da abordagem adotada, ~~os~~ estudos citados destacam o papel fundamental das bibliotecas e dos bibliotecários nesse campo, devido à sua expertise consolidada no ~~campo~~ letramento informacional. Essa experiência pode ser explorada por bibliotecários também ~~na~~ área letramento estatístico e do letramento em dados.

3.6 O papel das bibliotecas e bibliotecários na democratização da informação estatística

Somente em tempos mais recentes as informações deixaram de ser restritas às esferas públicas produtoras e passaram a circular mais amplamente. Lara, Camargo, Rocha (2002, p.86) comentam em relação a este aspecto:

No Brasil os serviços públicos de divulgação ~~de~~ informação começaram a aparecer no final da década de 70, ainda que de forma muito incipiente, com base em critérios mais pragmáticos do que técnico-científicos, conhecendo maior desenvolvimento com o processo ~~de~~ democratização brasileira. De início, a existência desses serviços era restrita aos ~~centro~~próximos do poder, situação que se modifica gradativamente em razão do uso das novas tecnologias, em particular da Internet.

Ortega y Gasset (2005) no livro *A missão d*~~B~~*Bibliotecário*, defende que a necessidade social deve determinar a missão profissional do bibliotecário. Precisamos enquanto profissionais identificar e acompanhar ~~a~~ evolução das demandas informacionais ~~da~~ sociedade a ~~finde~~ que nossa atuação seja de fato produtiva. É essencial também acompanhar a evolução das demandas informacionais dos locais de atuação profissional, ~~de~~ para a estar alinhados aos objetivos institucionais das organizações nas quais se inserem. Em relação a isto, Ribeiro *et al.*, (2017) comenta em relação à necessidade das bibliotecas de instituições públicas se tornarem como organismos vivos, adequando-se constantemente às novas demandas

informacionais e prestarem serviços que sejam imprescindíveis aos seus usuários com o perigo de fecharem suas portas caso não o façam.

Em relação ao potencial de atuação dos bibliotecários estadunidenses frente às demandas relacionadas ao letramento estatístico, Fontichiaro e Ohrli (2016) no artigo *Why data literacy matters* comentam o que consideram ~~uma~~ oportunidade incrível à frente dos bibliotecários:

Poucas escolas de biblioteconomia incorporam dados ou alfabetização estatística em cursos de alfabetização informacional, e poucos programas de biblioteca escolar exigem cursos em métodos de pesquisa, onde a alfabetização estatística seria um objetivo de aprendizagem central. Se você ~~está~~ entre os poucos que são bem versados em dados e estatísticas, nós saudamos. Todos os outros, continuem lendo — vemos uma oportunidade incrível à frente para bibliotecários.

No livro *Bibliotecas do IBGE: 80 anos de disseminação e democratização de informações sobre o Brasil*, é citada a necessidade das bibliotecas se adaptarem às necessidades da sociedade:

Bibliotecas públicas, de acesso gratuito, especializadas nas áreas de atuação do instituto — as ciências estatísticas e as geociências — têm como objetivo atuar como instrumentos de disseminação de informações demográficas, socioeconômicas, geográficas, cartográficas, geodésicas e ambientais, prestando com isso uma contribuição fundamental, a partir de sua atuação técnica específica, ao pleno cumprimento da missão legalmente atribuída ao IBGE: Retratar Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania. Bibliotecas dotadas de historicidade, formando-se e transformando-se ao longo do tempo consoante o devir e as vicissitudes da própria sociedade brasileira. (Prado; Braga; Malavota, 2019, p.11)”.
da

Os indivíduos apresentam diferentes perfis e necessidades informacionais podendo ter ou não familiaridade com informação estatística e possuir diferentes níveis de educação formal. Por isso, é necessário que as bibliotecas pensem em formas de democratizar as informações e dados para diferentes perfis de cidadãos. Sabe-se também que muitos não possuem competências digitais e informacionais, e para estes, é necessário desenvolver produtos e serviços que melhorem o acesso às informações e dados. Esta necessidade é atualmente uma demanda social. Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, recentemente foi publicada a lei 14.533 de 2023 que instituiu a Política de Educação Digital no Brasil e entre suas estratégias prioritárias, menciona em seu artigo segundo:

- I- promoção de competências digitais e informacionais por intermédio de ações que visem sensibilizar os cidadãos brasileiros para a importância das competências digitais, midiáticas e informacionais;
- II - promoção de ferramentas on-line de autodiagnóstico de competências digitais, midiáticas e informacionais;
- III - treinamento de competências digitais, midiáticas e informacionais, incluídos os grupos de cidadãos mais vulneráveis;

IV - facilitação ao desenvolvimento e ao acesso a plataformas e repositórios de recursos digitais;

V - promoção de processos de certificação em competências digitais;

VI - implantação e integração de infraestrutura de conectividade para fins educacionais, que compreendem universalização da conectividade da escola à internet de alta velocidade e com equipamentos adequados para acesso à internet nos ambientes educacionais e fomento ao ecossistema de conteúdo educacional digital, bem como promoção de política de dados, inclusive de acesso móvel para professores e estudantes. (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Diante dessa comprovada necessidade social, é essencial que as bibliotecas desenvolvam ações a fim de democratizar as informações para seus públicos. Além da demanda social, as bibliotecas também precisam ficar atentas às condições do ambiente interno no qual atuam, identificando as necessidades da organização na qual estão inseridas. Nesse sentido, Santos e Mello (2015) defendem ser “necessário que o bibliotecário saia das suas atividades cotidianas e tradicionais e busque identificar quais são as informações vitais para a instituição”.

Targino (1991, p. 149) aponta a necessidade “transformar o bibliotecário em instrumento de democratização da informação, contribuindo para que a todos seja legado o exercício da cidadania”. Em relação ao papel dos bibliotecários na democratização das informações, Targino aponta:

É urgente transformar o bibliotecário em instrumento de democratização da informação. [...] Não podemos mais reduzir a democracia à dimensão de um sistema estritamente político. Ela refere-se à participação não privilegiada da sociedade. A participação esta que se dá através de informações que assimilamos, produzimos, recebemos e, sobretudo, através dos benefícios conquistados em decorrência das mesmas. A informação, então, além do seu aspecto democratizante, exerce papel educativo que concorre para mudanças de significação social e cultural (Targino, 1991, 157).

Essa democratização da informação precisa ocorrer para todos os cidadãos. Em geral, quando se fala em letramento estatístico as ações são direcionadas em sua maioria a estudantes e as propostas permeiam a esfera da educação escolar, no entanto, em vista da importância do tema, é essencial se investir também em ações para cidadãos que não estão mais nos bancos escolares. As bibliotecas, por já atuarem na democratização e disseminação de informação generalista, e em programas de letramento informacional para públicos diversos, tem grande potencial para também empreender ações de letramento estatístico de forma a tornar as informações de natureza estatística compreensíveis pelos cidadãos.

A American Library Association (ALA) no documento “*ALA’s Core Competences of Librarianship*” (ALA, 2023, p. 3) apresenta uma lista de competências essenciais aos bibliotecários distribuídas em nove categorias, a saber:

1. Portal de conhecimento
2. Recursos de informação
3. Aprendizagem ao longo da vida e educação continuada
4. Gestão e Administração
5. Organização do Conhecimento e Informação Registrados
6. Referência e serviços ao usuário
7. Pesquisa e prática baseada em evidências
8. Justiça Social
9. Conhecimentos e Habilidades Tecnológicas

Na categoria 7 são citadas habilidades relacionadas ao uso de dados como sua geração, análise, avaliação e apresentação, além da sua utilização de maneira ética.

Na categoria 3 que aborda o tema *lifelong learning* aprendizagem ao longo da vida, é destacada a necessidade dos bibliotecários continuarem aprendendo novas habilidades e se desenvolverem profissionalmente a fim de servirem melhor suas comunidades. A questão da justiça social é mencionada na categoria 8 sendo abordada a necessidade dos bibliotecários trabalharem para reparar passado e mitigar “desigualdades atuais dentro das bibliotecas e para abordar questões de opressão, privilégio e poder dentro de nossas bibliotecas e entre a biblioteca e sua comunidade”.

Iniciativas nesse sentido já têm sido desenvolvidas por bibliotecas ou instituições bibliotecárias de outros países. A American Library Association - ALA, por exemplo, oferece um curso de introdução a dados censitários direcionado a bibliotecas públicas que tem por objetivo ensinar os bibliotecários a demonstrar a utilidade dos dados para as suas comunidades. O texto explicativo disponível no website da ALA (2021, p.1) destaca o propósito do curso:

apresenta o importante papel que as bibliotecas públicas podem desempenhar na assistência a indivíduos, grupos e organizações na localização, acesso e uso de dados do censo para planejamento e tomada de decisões. São abordados recursos e ferramentas para busca em fontes básicas do censo. Os bibliotecários que oferecem programas de alfabetização de dados em suas bibliotecas para atingir diversos públicos, incluindo pequenas empresas e empreendedores, historiadores locais, estudantes e organizações sem fins lucrativos e agências governamentais.

Outra iniciativa interessante é a biblioteca da Universidade Duisburg-Essen, na Alemanha. A biblioteca oferece um curso online intitulado “Pesquisando e usar dados e estatística”. O curso é direcionado a estudantes da universidade nas áreas de economia, política e ciências sociais que desejam usar dados ou estatística em seus trabalhos de bacharelado, mestrado, artigos ou provas e faz parte do programa “Alfabetização de dados” oferecido pela biblioteca da universidade, conforme Figura 9:

Figura 9 - Curso de alfabetização de dados.



Fonte: Universidade Duisburg Essen (2025)

Ações como esta podem inspirar bibliotecários que atuam no Brasil a também pensarem em como implementar ações de letramento em dados e letramento estatístico em suas bibliotecas. Percebe-se que o curso não é direcionado para bibliotecários que atuam em bibliotecas especializadas nas áreas de estatística, mas é direcionado à bibliotecas públicas em geral. Isto demonstra a importância da informação estatística para todos os bibliotecários e consequentemente os cidadãos.

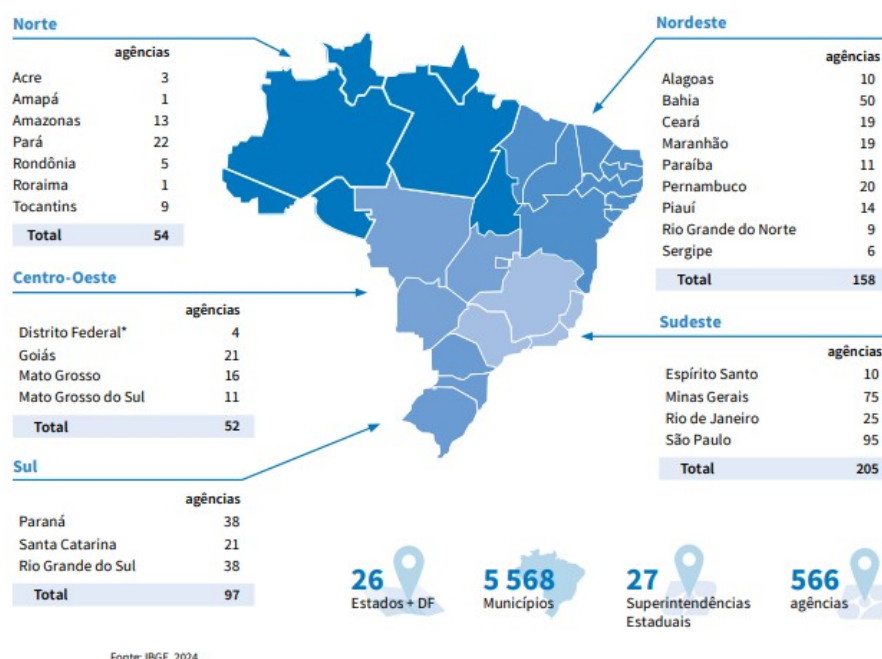
4 O IBGE E SEU SISTEMA DE BIBLIOTECAS

De acordo com Gonçalves (1994), a carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. Dois anos após, o INE passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio do Decreto Lei nº 8, de 26.01.1938:

“Art. 1º O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficando ambos os seus órgãos colegiais de direção - o de Geografia e o de Estatística - com a denominação de "Conselho Nacional".

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é uma entidade da Administração pública federal que é vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento - MPO e tem como missão “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”. Adota como visão de Futuro “Consolidar a posição do IBGE como referência nacional e internacional na produção e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais públicas, relevantes, tempestivas e de fácil acesso” (IBGE, 2025) e seus valores estabelecidos são ética, integridade, profissionalismo, respeito à confidencialidade, imparcialidade, independência, qualidade, transparência, foco nas demandas da sociedade, respeito ao informante e valorização dos talentos. A fim de cumprir sua missão institucional, o IBGE conta com uma rede nacional de pesquisa e disseminação composta conforme demonstrado na Figura 10:

Figura 10 - Onde estamos.



Fonte: IBGE, 2024.

A formação do Sistema de Bibliotecas IBGE caminhou junto com a criação do próprio Instituto. A Biblioteca Central do Conselho Nacional de Estatística - CNE, primeira unidade criada, segundo Prado, Braga e Malavota (2019), teve desde os primeiros tempos do Instituto, a mobilização clara para sua formação. Foi publicada a Resolução n. 84 da Assembleia Geral do CNE, de 18.07.1938, que criou as bases para a formação de uma biblioteca de grande porte no Instituto, a partir do material que compunha o acervo da antiga Diretoria Geral de Estatística e também a partir de doações de outros órgãos do serviço público.

Podemos tomar o dia primeiro de setembro de 1939, data de publicação da Resolução no 78 da JEC, como um marco inicial da Biblioteca Central, posto que o ato oficialmente criou, integrado à estrutura da Secretaria-Geral, um Setor de Biblioteca. [...] Para o público externo, ao menos, sabe-se que o acesso foi aberto em janeiro de 1940 (BIBLIOTECA..., 1940, p. 182). Observamos que esses primeiros anos foram marcados por dificuldades, grande volume de trabalho e um significativo esforço institucional no intuito de garantir o funcionamento dos serviços bibliotecários (Prado; Braga, Malavota, 2019, p.20).

A Resolução do Conselho Direto do IBGE, nº 25 de 19 de setembro de 2016, dispõe sobre a estrutura das bibliotecas do IBGE atualmente:

Art. 1º - Definir que a rede de bibliotecas do IBGE é formada pela biblioteca do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), pela biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), pela biblioteca da Diretoria de Geociências (DGC) e pelas bibliotecas localizadas nas Supervisões de

Documentação e Disseminação de Informações (SDI) nas Unidades Estaduais do IBGE.

Art. 2º - Todas as bibliotecas do IBGE e salas de leitura das Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações estão sob a supervisão da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais (GEBIS) do CDDI, exceto as bibliotecas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e Diretoria de Geociências (DGC) (IBGE, 2016, p.).

O Sistema de Bibliotecas do IBGE foi instituído pelo Despacho N. 3 do Conselho Diretor do IBGE no ano de 2024. Definiu também as bibliotecas que comporiam o Sistema, conforme apresentado no artigo 1:

Art. 1º Definir que o Sistema de Bibliotecas do IBGE é formado pela biblioteca do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, denominada Biblioteca Isaac Kerstenetzky, pela Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE e pelas bibliotecas e salas de leitura das Seções de Disseminação de Informações – SDIs nas Superintendências Estaduais do IBGE.

O Sistema de Bibliotecas do IBGE é formado por unidades espalhadas por todo o território nas Seções de Disseminação de Informações. Atualmente é composta por 26 bibliotecas e/ou salas de leitura distribuídas nas Superintendências de Disseminação de Informações - SDI's. Dentre estas, apenas sete bibliotecas possuem ao menos um profissional bibliotecário à frente dos serviços de informação. Essas bibliotecas localizam-se no Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esta pesquisa abrangerá somente as bibliotecas que possuam ao menos um profissional com formação em nível superior em Biblioteconomia e que seja responsável pela unidade de informação.

Conforme a resolução de criação do Sistema citada acima, todas as bibliotecas do IBGE, com exceção de duas, e salas de leitura estão sob a supervisão técnica da Gerência de Biblioteca, Informação e Memória - GEBIM, do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. São atribuições da GEBIM, conforme o Boletim de Serviço do IBGE, n. 3227 de 2024:

a) planejar e gerenciar os produtos e serviços do Sistema de Bibliotecas do IBGE; b) atuar como repositório institucional do IBGE por meio do recebimento, organização, preservação e disseminação de todas as publicações institucionais e da produção intelectual dos servidores do IBGE, em seus diversos suportes; c) selecionar e adquirir recursos informacionais para desenvolvimento e atualização do acervo; d) apoiar a realização das atividades técnicas institucionais; e) gerir coleção especializada em estatística e geociências sob sua responsabilidade; f) aplicar técnicas de controle bibliográfico à produção editorial do IBGE; g) apoiar a divulgação e disseminação das pesquisas do IBGE, e participar do processo de divulgação dos produtos institucionais por meio do tratamento técnico e disponibilização no catálogo da Biblioteca; h) atender pedidos informacionais dos usuários internos e externos presencialmente, por telefone e por e-mail; i) realizar treinamentos e capacitações para utilização dos produtos e serviços do Sistema de Bibliotecas do IBGE; j) supervisionar a organização e preservação dos acervos das Bibliotecas e Salas de Leitura das Seções de Disseminação de Informações das

Superintendências Estaduais do IBGE, bem como contribuir com a organização da informação institucional; j) participar e cooperar com redes nacionais e internacionais de disseminação de informações; k) construir, preservar e disseminar a memória institucional; l) fortalecer laços de identidade e pertencimento entre os servidores; m) fomentar e disseminar a imagem, a identidade e os valores institucionais; e n) subsidiar a gestão do conhecimento.

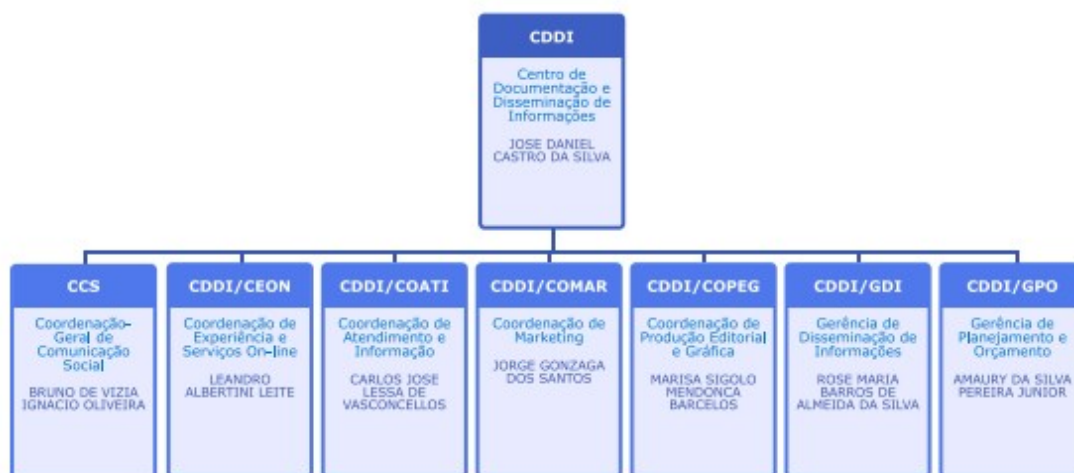
Atualmente, a Biblioteca do CDDI está subordinada à Coordenação de Atendimento e Informação (CDDI/COATI). O Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) é o órgão do IBGE que atua como Centro de referência de informações estatísticas e geográficas que planeja, coordena e executa atividades de organização e provimento de informações aos usuários. Desenvolve produtos e serviços de informação, promovendo sua divulgação e comercialização e também divulga a imagem do IBGE e preserva a memória institucional.

O CDDI tem como objetivos:

- atender os clientes e usuários, utilizando as mais modernas tecnologias de informação;
- desenvolver produtos e serviços de informação adequados aos vários segmentos de clientes e usuários;
- desenvolver estratégias de marketing e comercialização dos produtos institucionais;
- editar e co-editar publicações técnico-científicas, pedagógicas de divulgação, do IBGE e de autores externos, compatíveis com as linhas e selos editoriais da Instituição;
- preservar e disseminar a memória institucional; e
- promover e apoiar iniciativas que desenvolvam a cultura das informações estatísticas e geográficas, junto aos vários segmentos de usuários do IBGE (IBGE, 2025).

O organograma do CDDI pode ser visualizado na Figura 11:

Figura 11 – Organograma do CDDI.



Fonte: IBGE, 2024.

O Sistema de Bibliotecas do IBGE oferece aos seus usuários acesso às publicações produzidas pelo IBGE e diversos serviços e produtos, conforme demonstrado no material de divulgação do sistema, representado na Figura 12.

Figura 12 - O Sistema de Bibliotecas do IBGE.



Fonte: Acervo IBGE

O Sistema de Bibliotecas do IBGE é um importante canal de disseminação das pesquisas e produtos produzidos pelo IBGE além de se constituir como o repositório de dados informações do Instituto.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, serão apresentados os dados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com os bibliotecários e sua categorização. Os convites para as entrevistas foram encaminhados via correio eletrônico a 7 bibliotecários integrantes do Sistema de Bibliotecas do IBGE. Após sucessivos contatos obteve-se retorno positivo de 5 bibliotecários. Apesar das cinco entrevistas terem sido realizadas, devido a problemas técnicos no notebook da pesquisadora, o conteúdo de uma das entrevistas foi perdido. Devido a isto, neste trabalho serão apresentados somente os dados de quatro entrevistas realizadas.

As entrevistas aconteceram de maneira voluntária e individual. Os participantes foram avisados previamente que as entrevistas seriam gravadas e teriam a duração aproximada de uma hora. Foi apresentada a opção de concordar ou não com esta gravação. Foi explicado ainda que o anonimato seria garantido de acordo com o previsto no TCLE. Cada entrevistado foi identificado com a letra E e um número sequencial (E1, E2). Após a finalização das entrevistas foram realizadas as transcrições integrais dos áudios.

Conforme apresentado na seção da metodologia, a apreciação dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo. A partir dessa análise, foram definidas quatro categorias de conteúdos com base nos objetivos propostos na pesquisa a serem atingidos por cada bloco de perguntas. Buscou-se inferir, a partir dos dados gerados, a percepção dos bibliotecários entrevistados acerca dos temas das categorias.

De acordo com Sampaio e Lycarião (2021, p.46) “categorias são elementos que nos dão meios para descrever o fenômeno sobre investigação, aumentando o conhecimento. Essencialmente, os códigos são agrupados em categorias quando são relacionados em termos de conteúdo ou contexto”.

Em específico, no que tange à análise de conteúdo, para esta pesquisa optou-se pelo estabelecimento de quatro categorias: **1) Perfil, Letramento estatístico e letramento informacional; 2) compreensão, 3) atuação e 4) potencial.**

Foram também delimitadas unidades de registro tendo como base o tema. Para Franco (2005, p. 35), uma unidade de registro é “a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas”. Em relação ao tema, Bardin (2016, p.134) explica:

“Uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.”

Retornando as explicações sobre as categorias, primeira, nomeada “perfil” diz respeito ao perfil profissional dos entrevistados bem como ao perfil educacional. Considerou-se importante mapear os perfis dos entrevistados a fim de compreender se suas percepções têm relação com sua formação e experiências profissionais. As unidades de registro dessa categoria são: Tempo de formação, formação continuada e área de atuação.

A categoria letramento informacional e letramento estatístico: “compreensão” diz respeito ao grau de compreensão que os bibliotecários entrevistados possuem em relação ao tema da pesquisa, a saber, letramento informacional e letramento estatístico. Nesta categoria definiu-se como unidades de registro os temas: Reconhecimento e dificuldades de reconhecimento.

A categoria letramento informacional e letramento estatístico: “atuação” teve como objetivo identificar ações diretas ou indiretas de letramento por parte dos entrevistados. Nesta categoria definiu-se como unidades de registro os temas: ações diretas e indiretas.

Por fim, a categoria letramento informacional e letramento estatístico: “potencial” teve como objetivo conhecer o ponto de vista dos entrevistados sobre o potencial de atuação das bibliotecas em ações de letramento informacional e letramento estatístico. Nesta categoria definiu-se como unidades de registro os temas: sugestões e exemplos. Consideramos a seguir as categorias na visão dos entrevistados:

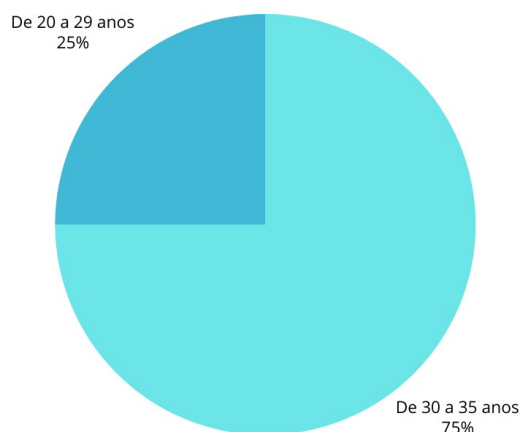
5.1 Perfil dos entrevistados

A pergunta que iniciou a entrevista visou traçar o perfil dos bibliotecários em relação ao tempo de formação na área de biblioteconomia, tempo de atuação no IBGE, assim como o grau de instrução e identificar possíveis formações continuadas (especializações pós graduação). Os gráficos de 1 a 4 demonstram os resultados obtidos a partir dessa verificação. Do universo dos entrevistados, 100% dos bibliotecários que participaram da entrevista são sexo feminino.

Em relação ao tempo de formação em biblioteconomia, 75% dos profissionais que responderam ao questionário possuem mais de 30 anos de conclusão do curso de graduação em biblioteconomia, enquanto 25% possuem entre 20 a 30 anos de formação. Este aspecto se torna relevante e esclarecedor quando consideramos o que Campello explica sobre o surgimento do termo letramento informacional no Brasil. Segundo a autora, somente no ano 2000 o termo foi mencionado pela primeira vez na literatura brasileira e era considerado pela

autora ainda em fase de construção. Isso significa que pelo menos 75% dos entrevistados não teve durante o período de formação em biblioteconomia acesso a esta temática.

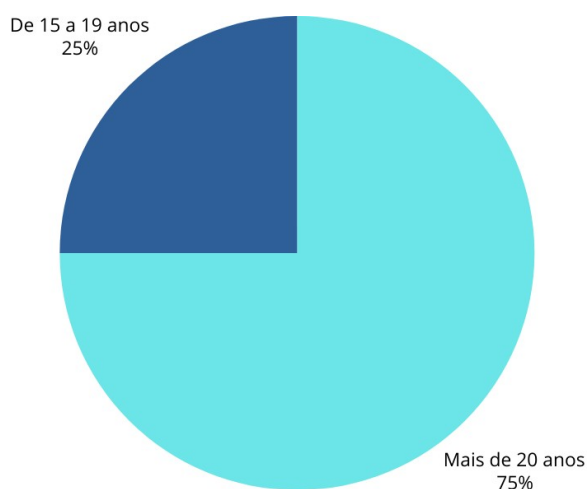
Gráfico 1 - Tempo de formação.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação ao tempo de atuação no IBGE, 75% dos profissionais que responderam ao questionário possuem mais de 30 anos de atuação no Instituto, enquanto 25% possui mais de 10 anos de atuação. Este amplo tempo de atuação na área estatística atuando na biblioteca é fator importante para o tema desta pesquisa pois implica em amplo tempo de experiência por parte dos entrevistados no atendimento de usuários de informação estatística e dados.

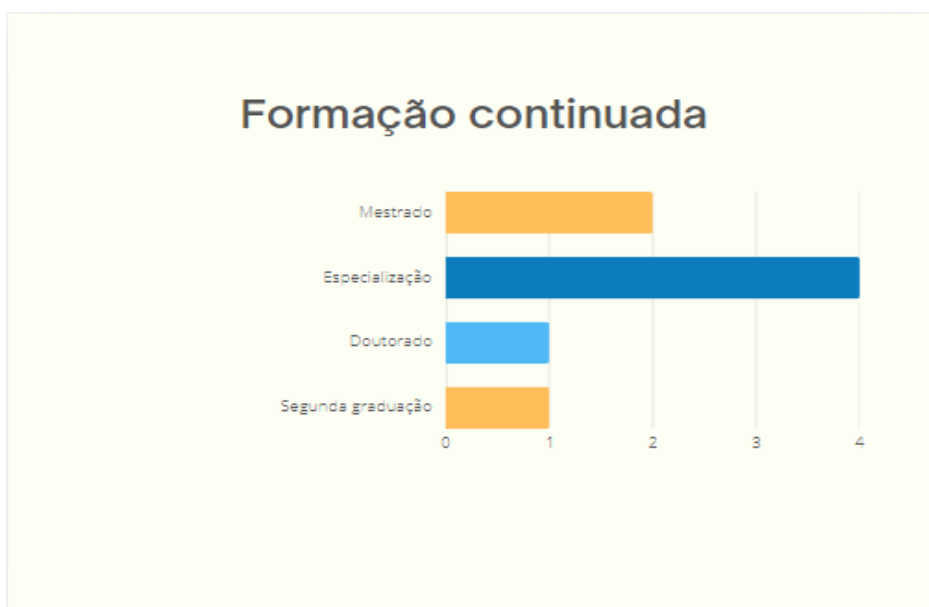
Gráfico 2 - Tempo de atuação no IBGE.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

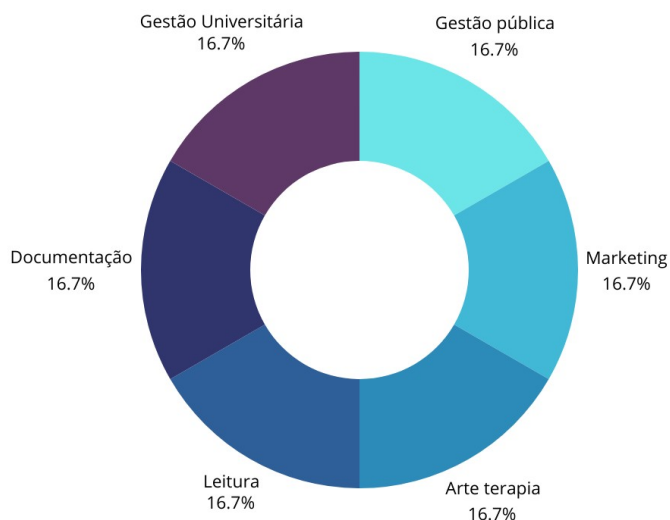
Foi indagado aos bibliotecários possuíam algum tipo de formação continuada, tendo 100% deles respondido que possuem ao menos especialização, sendo que metade dos entrevistados afirmaram possuir ainda o curso de mestrado, conforme apresentado no Gráfico 3. A depender das áreas abrangidas nas formações, é possível inferir que os entrevistados podem ter tido contato com a temática do letramento informacional ou estatístico em suas formações continuadas.

Gráfico 3 - Formação Continuada.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A fim de compreender de forma mais aprofundada esta questão, foi indagado aos entrevistados quais seriam as temáticas abordadas nos cursos de especialização. É possível verificar as áreas de concentração no Gráfico 4. Alguns dos bibliotecários cursaram mais de uma especialização. Nota-se pelos temas, que a temática letramento informacional e estatístico aparentemente não foi abordada pelo menos de forma central nos cursos de especialização.

Gráfico 4 - Áreas de especialização.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir dos dados obtidos, foi possível notar que os resultados são bem homogêneos em relação ao tempo de formação e de atuação no IBGE, tendo a maioria mais de 20 anos de formados e atuantes no Instituto. Além disso, observa-se que a formação continuada é uma preocupação constante dos bibliotecários do IBGE, uma vez que todos os entrevistados possuem no mínimo um curso de especialização. Além disso, 50% por cento dos entrevistados também possui mestrado em áreas relacionadas à sua atuação profissional, ficando evidente que a busca por atualização é uma preocupação de todos os profissionais participantes.

5.2 Letramento estatístico e letramento informacional: compreensão

A segunda pergunta do roteiro visava avaliar o nível de compreensão dos entrevistados em relação aos conceitos de letramento estatístico e letramento informacional, além de identificar se na visão dos entrevistados ações de letramento são relevantes para o público do IBGE e se ambos os letramentos possuem alguma relação entre si. Todos os respondentes afirmaram acreditar que os letramentos estão de alguma forma interligados.

A pesquisadora solicitou que cada participante explicasse com suas palavras o que compreende pelo termo letramento informacional e letramento estatístico conforme o roteiro de perguntas.

Em relação ao seu entendimento sobre a definição de letramento informacional, uma das entrevistadas (entrevistada A) expressou que para ela o letramento é:

um processo de mudança, de possibilidade, de mudança [...] Acho que o letramento, ele te dá a possibilidade de você lutar pelos direitos, porque você vai ter conhecimento. É de você ter as informações que você precisa para exercer a sua cidadania e incluir nisso a informação estatística nestetrabalho que a gente fez agora na biblioteca.

Esta fala se aproxima das definições propostas pelas autoras Vitorino e Lucca (2020) no livro “As dimensões da Competência em Informação”, na qual as autoras propõem quatro dimensões para a competência em informação. A dimensão política está relacionada ao empoderamento por meio da informação, contemplando participação política, o exercício da cidadania, a capacidade de ver além da superfície do discurso, fatores tão necessários a fim de garantir sociedades democráticas.

Ainda em relação ao letramento informacional, a entrevistada B comentou:

E o letramento eu vejo como uma questão de você repassar informações para alguém para adquirir conhecimento sobre um determinado assunto, por exemplo, a gente explicar qual é o papel do IBGE, como é que funciona as bases de dados do IBGE [...] No fundo são as fontes de informação da própria pesquisa, né?

Percebe-se na fala desta entrevistada uma relação entre letramento informacional e a geração de conhecimento, além da habilidade de saber localizar determinada informação e utilizá-la eficazmente. Além disso, infere-se também preocupação na questão do domínio da tecnologia da informação e aptidão no uso de ferramentas e suportes tecnológicos sendo citada a necessidade de saber utilizar as bases de dados. A utilização dessas bases implicam na compreensão de terminologia estatística, entendimento do funcionamento de gráficos e tabelas e extração e filtragem de dados nesses suportes tecnológicos.

Entre as quatro dimensões propostas pelas autoras Vitorino e Lucca (2020) para a competência em informação, está a competência técnica que é vinculada à ação, são as habilidades de encontrar, avaliar e usar a informação que precisamos e está relacionada à ideia de ser capaz de acessar com sucesso a informação de que necessita dominando as novas tecnologias. A entrevistada ainda menciona o termo “fontes de informação” como estando este conhecimento das fontes relacionado ao letramento informacional.

A entrevistada C relaciona em sua fala o letramento informacional à habilidade de aprender a aprender:

É, eu entendo que letramento informacional é a forma que você aprende a aprender [...] Eu comecei a vivenciar esse letramento quando cheguei no IBGE, porque o IBGE tem umas coisas muito diferentes do que a gente aprende na universidade. [...]

Aí você tem que tentar aprender. [...] Eu acho que até [letramento] geográfico eu tive que aprender, as informações dos mapas, das cartas, coisas muito específicas que a gente nunca tinha visto.

Na fala desta entrevistada nota-se a relação entre o letramento informacional e o aprendizado autônomo, no qual a própria bibliotecária precisou aprender de forma autônoma a realizar busca e localizar informação de natureza geográfica e estatística, temas novos para a entrevistada, a fim de poder ajudar seus usuários nas suas necessidades informacionais. Nota-se então que muitas vezes os próprios bibliotecários precisam desenvolver tais habilidades especialmente quando se trata de informação estatística.

Ainda, uma das entrevistadas (entrevistada D) destaca que a biblioteca por meio do letramento informacional constitui-se:

“A porta de entrada para o usuário, para o solicitante ou como o IBGE gosta de chamar, o informante. Então a gente está nesse campo de ação o tempo todo”.

Nesta resposta, podemos perceber a relação entre a biblioteca e a democratização das informações produzidas pelo IBGE, sendo considerada a porta de entrada ou por assim dizer o primeiro contato entre o usuário e o próprio IBGE. Nesse sentido, notamos o papel mediador da informação e até mesmo educador que bibliotecários desempenham no IBGE. Dudziak (2001, p. 73) em *A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas* destaca esta questão quando aponta:

As bibliotecas enfrentam o desafio de se transformarem de mero repositório de informações em agentes provocadores de mudanças educacionais. Para se constituírem em organizações e espaços aprendentes, têm de buscar sua própria evolução.

Apesar de todos os entrevistados terem apresentado definições tanto para o letramento informacional quanto para o letramento estatístico, notou-se que alguns ainda tinham certa dificuldade ou insegurança em definir os conceitos de forma técnica. As definições partiram mais da experiência e prática, conforme pode ser percebido na fala da entrevistada A:

Talvez eu não consiga definir tecnicamente [...] mas nós sabemos na prática o que é letramento estatístico e informacional, tem uma relação sim, é no dia a dia. É o acúmulo de funções de trabalho. A gente tem que dar conta de vários trabalhos, gente não consegue parar para se preparar, a gente tá fazendo bem intenso. A gente já vem com o acúmulo de trabalho.

Esta percepção também ocorre a partir da fala da entrevistada B:

Quando a gente atende, a gente tem. Eu tento implementaresse letramento. Ensinando, orientando as pessoas, né? Eu não falo que é um letramento, né? Não, não coloco isso como uma atividade, mas isso não deixa de ser letramento [...] Há muitos anos a gente ~~faz~~ letramento, só que o termo, como é um pouco mais atual, né? Houve essa mudança, mas essa questão do estudo de usuários, de mostrar quais são as fontes de informações, isso aí, a gente já faz há muito tempo e eu acho altamente importante isso, saberem o que é.

A entrevistada D também comenta nesse sentido:

“Não vou conseguir te passar um conceito bonitinho. Estou falando muito da experiência, né?”

Passando para a segunda parte da pergunta roteiro, em relação à opinião dos bibliotecários sobre uma possível relação entre o letramento informacional e o letramento estatístico, o Gráfico 5 nos detalha os resultados.

Gráfico 5 - Relação entre os letramentos estatístico e informacional.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Podemos perceber a partir do gráfico 6 que para todos os entrevistados o letramento estatístico está relacionado ao letramento informacional ou ao menos deveria estar relacionado, evidenciando que entre os participantes é homogêneo o entendimento de que ambos os letramentos possuem forte conexão.

Em relação à conexão existente entre o letramento informacional e o letramento estatístico, a entrevistada B expressou:

“ eu acho que o letramento informacional é mais abrangente, [...] e o letramento estatístico é como estivesse dentro do informacional”.

Percebe-se no comentário da entrevistada A o entendimento de que o letramento informacional seria um tema mais amplo que o letramento estatístico, sendo este segundo letramento de certa forma um subtema do letramento informacional.

A entrevistada A também comenta sobre ambos os letramentos e sua relação:

“Mas nós sabemos na prática o ~~q~~ue letramento estatístico e informacional, tem uma relação sim, é o nosso dia a dia”.

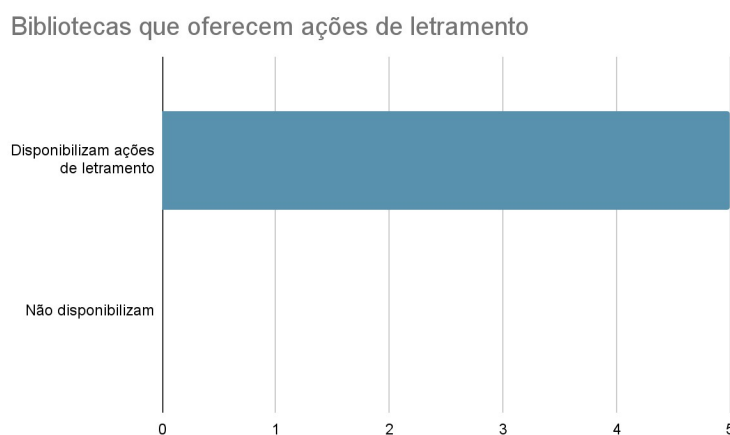
Ainda em relação à conexão entre os letramentos, a bibliotecária D, destaca sobre ambos:

O letramento é você ter as informações que você precisa para exercer a sua cidadania e inclui nisso a informação estatística nesse trabalho que a gente faz agora na biblioteca [...] Saber entender a informação estatística, como é importante realizar o censo. Estamos chamando agora de letramento, mas antigamente a gente nem deveria ter essa ideia, esse conceito. Porque para que cada brasileiro consiga se ver, ele precisa entender a realidade dele, e aí estamos falando de letramento estatístico.

Nota-se na fala dessa entrevistada que o conceito do letramento estatístico e informacional é algo novo no IBGE, percepção que também se destaca pela autora ao longo desta pesquisa. Além disso, nota-se novamente a relação entre acesso à informação e compreensão crítica desta informação como requisitos para exercício de cidadania.

5.3 Letramento estatístico e letramento informacional: atuação

A terceira, quarta e quinta pergunta do roteiro diz respeito ao oferecimento de ações voltadas à promoção do letramento informacional e estatístico nas Bibliotecas do IBGE e suas características.



Fonte: A autora

Nota-se a partir da terceira pergunta do roteiro que bibliotecas em sua maioria não nomeiam as ações oferecidas como ações de letramento informacional ou de letramento estatístico, porém, todas as bibliotecas entrevistadas possuem ações que podem se enquadrar nessas tipologias. Isto pode significar compreensão parcial por parte dos bibliotecários acerca dos conceitos de letramento informacional e letramento estatístico e sua relevância, Considerando o que foi pontuado por Campello (2003) de que o termo *letramento* ainda em construção no Brasil por volta do ano 2000 e considerando o fato de que a maioria dos entrevistados concluiu a formação em biblioteconomia há mais de 20 anos, pode ser que isto tenha influenciado na compreensão parcial acerca das definições técnicas.

Além disso, a questão pode ainda originar-se no fato do próprio IBGE estar somente em tempos recentes abordando institucionalmente a temática do letramento estatístico e informacional em seus documentos institucionais como seu plano de trabalho e no planejamento estratégico. Fato este que somente no Plano de trabalho de 2023 o termo letramento estatístico surge de forma explícita e posteriormente, no Plano de trabalho de 2025, surge a menção de projetos de letramento informacional e letramento estatístico no âmbito das bibliotecas. Verificou-se também nos relatórios de gestão do IBGE dos últimos cinco anos, e o termo letramento estatístico aparece formalmente apenas no relatório de gestão de 2023, ainda assim não ocorrendo no âmbito das bibliotecas da instituição. Nota-se que das bibliotecas entrevistadas somente 1 delas nomeia as ações oferecidas como se enquadrando no âmbito de atividades de letramento informacional estatístico.

A redução dos quadros de funcionários do IBGE citada por um dos entrevistados e consequente acúmulo de tarefas pode também impactar no tempo disponível para educação

continuadatornando inviável ou ao menos limitando desenvolvimento e implementação de novas ações por falta de pessoal.

Em relação às atividades oferecidas, a entrevistada A comentou:

“ É, gente tem na biblioteca, nós damos vários treinamentos. O treinamento sobre o portal do IBGE eu vejo como dentro do letramento estatístico e do informacional”.

Ainda em relação a este tópico, a entrevistada B explica:

A gente tem treinamentos em fontes de informação, essas coisas assim que também estão relacionadas à letramento, né, eu não ofereço uma atividade assim de letramento, mas quando a gente vê, a gente tem, eu tento implementar esse letramento . [...] não coloco isso como uma atividade, não falo ~~que~~ letramento, mas isso não deixa de ser um letramento né [...] você ensinar a pessoa a mexer num banco de dados, mexer no sidra, isso é letramento.

Nota-se também na fala da bibliotecária B compreensão deque apesar da atividade oferecida não ser conceituada como atividade de letramento, estão relacionadas.

A bibliotecária C também comenta nesse mesmo sentido:

Essa ação que a gente não chama necessariamente letramento, mas é uma ação de letramento, está envolvida nessas ações diárias de atendimento. É letramento informacional, né? Nós indicamos as fontes para consulta, tanto o jornalista quanto o público em geral que nós atendemos, prefeituras, né, ~~agentes~~ públicos de toda ordem, a gente também monta ações de disseminação que nós chamamos disseminação e sempre vai estar envolvido alguma atividade que é de letramento estatístico, de mostrar como entender o PIB, como entender o cálculo da inflação, né?

Vejamos a seguir que tipos de atividades voltadas à promoção do letramento informacional e estatístico foram mencionadas pelos entrevistados:

Tabela 1 - Atividades citadas pelos entrevistados.

Atividades	Quantitativo de bibliotecas
Treinamento em fontes de informação do IBGE (portal do IBGE, site cidades, portal de mapas entre outros)	4
Oficina de desinformação e fake news	1
Treinamento no uso de bancos de dados do IBGE (SIDRA, PGI)	4
Orientação na montagem de tabelas	4
Atendimento a usuários externos e internos	4
Indicação de fontes para consulta	4
Realização de ações de disseminação	4
Orientação na compreensão de terminologia estatística (o que é o PIB, o que é inflação, IPCA, o que é amostra e universo)	2
Apresentação dos dados do IBGE em colégios e universidades	4
Envio de mailing list com os lançamentos do IBGE para bibliotecários	1
Visitação a públicos diversos na Casa Brasil IBGE	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme pode-se notar, as atividades citadas englobam diversos aspectos abrangidos tanto do letramento informacional quanto do letramento estatístico. Revisitando o conceito de letramento informacional definido pela UNESCO em seu livro Alfabetização midiática e informação (Grizzle , 2016, p. 48) notamos que algumas práticas são citadas pelos bibliotecários. Por exemplo, “ser capaz de localizar e acessar informação relevante” é uma habilidade que pode ser desenvolvida a partir do treinamento em fontes de informação e no uso de banco de dados desenvolvido pelas bibliotecas.

O reconhecimento da necessidade informacional também pode acontecer a partir das atividades pró-ativas de apresentação dos dados do IBGE em colégios e universidades, envio de mailinglist aos bibliotecários e por meio de atividades de disseminação mais abrangentes. A habilidade de “avaliar conteúdo criticamente em termos de autoridade, credibilidade e finalidade” e “comunicar de maneira ética e responsável” pode ser abordado na atividade de oficina de desinformação e fake news.

Em relação ao letramento estatístico, este mesmo letramento em dados, embora este último não tenha sido mencionado na entrevista de forma explícita, é possível notar que tais habilidades estão contidas nas ações oferecidas. Em relação ao letramento em dados

definidos por Prado e Marzal (2013, p.124) como sendo “um conjunto de competências relacionadas à aquisição, avaliação, manuseio, análise e interpretação de dados”, nota-se que na atividade “Treinamento no uso de banco de dados do IBGE (SIDRA e PGI) e orientação montagem de tabelas, estas habilidades estão parcialmente contempladas, como por exemplo a aquisição de dados, seu manuseio e análise”.

Em relação ao letramento estatístico, uma das atividades que se destaca é de orientação na compreensão de terminologia estatística (o que é o PIB, o que é inflação, IPCA, o que é amostra e universo). Esta atividade está ao encontro da definição proposta por Watson (1997, p. 2) que cita a necessidade de haver o “entendimento básico de terminologia estatística e probabilística; entendimento de linguagem e definições estatísticas e probabilísticas nas discussões sociais e atitude questionadora a fim de contradizer afirmações sem base estatística adequada”.

Percebe-se também a partir das entrevistas que o público alvo dessas atividades são os mais diversos, demonstrando a compreensão por parte dos bibliotecários de que todo cidadão deve ser alvo das informações do IBGE, visto serem informações essenciais para o exercício da cidadania.

Ainda assim, a partir da fala de alguns entrevistados percebe-se que há muito trabalho a ser feito nesse campo. De acordo com a bibliotecária A:

Eu acho que a gente atinge muito pouco, a gente não chega no público externo [...] é um trabalho de formiguinha que não aparece.

Também percebemos declaração semelhante na fala da bibliotecária B que cita ainda cita como questão a baixa promoção dos serviços oferecidos por parte dos bibliotecários:

É feito, mas a quantidade é bem pequena e o trabalho é muito grande para a quantidade de pessoas atingidas. Eu acho que a gente tem pouca promoção da Biblioteca, entendeu? Acho que a gente não faz tanto isso. Quem não aparece não é lembrado, né? Então a gente tem que dizer, olha, estamos aqui, fazemos isso.

Em relação às atividades de letramento em ênfase na desinformação, somente um dos entrevistados afirmou realizar ações de letramento nesse âmbito. Alguns entrevistados reconheceram a importância do tema mas ainda não realizaram atividades nesse sentido. A entrevistada 1 e 3 comentaram:

A gente sempre reforça que o IBGE é a fonte oficial mas tá implícito, a gente não chega a abordar fake news, ou abordar fake news, acredito que talvez seja uma forma de abordagem que seja necessária atualmente porque isso tá muito presente.

Você ensinar a pessoa a mexer nos bancos de dados, a mexer no sistema porque tem gente que às vezes não conhece. Saber pegar informação, então não deixa de ser um letramento, mas eu nunca incluí essa coisa de desinformação.

5.4 Letramento estatístico e letramento informacional: potencial

A sexta, sétima e oitava perguntas do roteiro tiveram como objetivo conhecer o ponto de vista dos entrevistados sobre o papel e potencial das bibliotecas em ações de letramento informacional e letramento estatístico no IBGE. Visou também compreender a concordância ou não acerca da institucionalização de uma política de letramento informacional e estatístico no âmbito do Sistema de Bibliotecas do IBGE.

Em relação ao potencial dos bibliotecários em desenvolver ações de letramento estatístico informacional no IBGE, todos os entrevistados foram unânimes em expressar que acreditam que as bibliotecas são plenamente capazes de desenvolver ou continuar desenvolvendo tais ações por seu caráter educativo e também por já atuarem amplamente na educação de usuários.

Mas foi revelada a preocupação em relação a se manter na instituição um quadro suficiente de profissionais bibliotecários além da necessidade de se oferecer capacitação regular aos bibliotecários em relação às informações estatísticas produzidas pelo IBGE. A entrevistada 1 expressou sua preocupação em relação à reposição de servidores nos quadros das bibliotecas:

Como eu garanto que vai ter uma vaga para o meu setor, se deixar para a administração é sempre menos vagas no nosso setor, tem que ter x pessoas fazendo as atividades definidas, que é fundamental pra gente garantir a continuidade da biblioteca quando do profissional bibliotecário. Quem vai defender a biblioteca? Isso tem que estar definido na estrutura do IBGE.

A entrevistada comenta também em relação à necessidade constante de capacitação:

É fundamental termos um quadro de profissionais, desenvolver especialização, se a gente quiser falar em letramento a gente vai ter que colocar isso como uma atividade, uma função, uma formação do quadro, alguém vai ter que fazer um curso de letramento dentro das SDI's direcionado. Tem que ter uma formação continuada,

A entrevistada 3 também expressa preocupações em relação ao oferecimento de capacitação:

O IBGE lança produtos todos os dias, e lança base de dados [...] Então é muito importante considerar ensinar as pessoas, os usuários a lidar com a informação, né? A lidar com os bancos de dados, E quem vai trabalhar com esses dados? Sim,

por exemplo, para os bibliotecários, porque nós somos solicitados. Somos nós que somos solicitados. É ensinar para que nós estejamos capacitados. Não vejo isso, o IBGE muito preocupado com isso, sabe? ahça alguma coisa, mas não se preocupa em realmente ensinar funcionamento daquilo.[...] Ensinar como é que funciona a base, os setores, é isso, o PGI.

Voltando a atenção acerca do ponto de vista dos bibliotecários acerca da institucionalização de uma política de letramento informacional estatístico no âmbito do Sistema de Bibliotecas do IBGE, todos os entrevistados afirmaram acreditar que esta institucionalização seria positiva. Foi mencionado também que esta ação poderia fortalecer a classe bibliotecária no IBGE, dando maior visibilidade ao trabalho desempenhado e até mesmo garantindo nossa “sobrevivência”, já que muitas vezes nosso trabalho é encarado pelo público interno como relacionado exclusivamente a atividades de organização de acervos físicos. Mas para que realmente atinja tais objetivos foi citada a necessidade de promover de forma mais frequente os serviços e atividades realizadas.

A entrevistada 2 comentou:

Eu acho muito importante, interessante também, porque eu acho que dá um fortalecimento à classe bibliotecária dentro do IBGE. E a partir do momento que a gente coloca isso também no papel, né? Dá uma visão maior ao nosso trabalho então assim, olha os bibliotecários não são só guardadores de livros, né?

A entrevistada 3 acredita que tal institucionalização será algo revolucionário no IBGE além de garantir a valorização e sobrevivência das bibliotecas:

Eu acho que eu acho que seria inovador, sabe? Revolucionário ao longo de todos esses anos, né? Stivesse uma política de letramento, não seria mais fácil, não é? Muita coisa, né? [...] E para as outras pessoas, que virão e para toda a comunidade, né? Porque a comunidade só virá a se beneficiar, né? É muito importante, sim, até mesmo pra nossa sobrevivência né? Da biblioteca e dos bibliotecários. Porque muita gente acha que é um monte de livro [...] então, mas eu não acho que seja dessa forma, né? Então assim é importante, sim, para a valorização do trabalho e valorização da biblioteca.

A entrevistada 1 também comentou:

Das SDI's que eu conheço todo mundo faz um pouquinho, mas cada um fazendo seu jeito, então tendo uma política, [...] com uma proposta, eu acho bem legal, é importante, a gente precisa disso. Assim as pessoas vão conseguir aderir mais às propostas, isso é fundamental para o nosso trabalho.

eu acho que isso é fundamental para nós no IBGE, a gente faz isso sem levar esse crédito, é importante a gente ter essa clareza.

Foi citada também a importância dos bibliotecários darem mais visibilidade às atividades que desempenham no campo do letramento. A entrevistada 2 comentou:

Eu acho que a gente tem pouca promoção da Biblioteca, então acho que a gente não faz tanto isso. Quem não aparece não é lembrado, né? Então a gente tem que dizer, olha, estamos aqui, fazemos isso.

Com base na análise e discussão dos dados coletados, ~~assim~~ no referencial teórico abordado neste trabalho, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nesta pesquisa que cada vez mais as informações de natureza estatística têm permeado o cotidiano dos sujeitos, especialmente a partir da popularização da internet e a rápida propagação de notícias e conteúdo. No entanto, grande parte desses dados e informações são apresentados em formatos não muito amigáveis, com o uso de terminologia estatística, em geral por meio de sistemas de informação que utilizam gráficos e tabelas, o que pode demandar conhecimentos mais específicos para que a compreensão aconteça. Aliado a isto o fenômeno da desinformação tem se intensificado exigindo dos sujeitos maior criticidade e conhecimentos específicos.

Apesar dos desafios envolvidos, constatou-se ser essencial investir em ações neste campo visto que o tema está diretamente relacionado ao efetivo exercício da cidadania.

A partir da literatura analisada nesta pesquisa, pode-se considerar que ainda escassas no Brasil iniciativas teóricas e práticas que tratam do letramento estatístico no campo da Biblioteconomia. Outrossim, a carência de literatura pode justificar-se pela questão de que os próprios bibliotecários ainda podem não conhecer esta temática e sua relação com o letramento informacional. De fato, até mesmo fora do Brasil poucos os artigos que tratam da temática no campo desta pesquisa. Nesse caso, torna-se essencial desenvolver ações de sensibilização para a importância da questão, a fim de trazer diferentes atores para o debate.

A compreensão das necessidades e demandas informacionais dos usuários faz parte do trabalho do bibliotecário. A literatura abrangida também indica que o profissional bibliotecário tem grande potencial para atuar em ações de letramento estatístico e em dados, devido à sua sólida expertise no campo do letramento informacional. Essa experiência pode e deve ser melhor aproveitada pelos bibliotecários em seus espaços de atuação.

A pesquisa buscou responder especificamente a respeito da atuação dos bibliotecários no IBGE em relação a ações de letramento estatístico e informacional. Quanto aos objetivos propostos inicialmente nesta pesquisa, seguiu-se o percurso delineado nos procedimentos metodológicos e por meio da análise de conteúdo e categorização foram extraídos os aspectos mais importantes das falas de cada um dos entrevistados com o propósito de responder aos questionamentos que nortearam a pesquisa apresentada na introdução deste trabalho.

A partir da análise dos dados, algumas questões tornaram-se mais evidentes. Identificou-se a necessidade dos bibliotecários no IBGE aprofundarem seus conhecimentos teóricos acerca das temáticas abordadas, no entanto, ressalta-se que a função educativa já é prática comum em bibliotecas concretizando-se a partir do serviço de referência e

ampliando-se a partir dos estudos em educação de usuários, tema que é considerado antecedente da competência em informação.

Evidenciou-se também a necessidade de uma capacitação mais ampla desses profissionais na área do letramento informacional e estatístico a fim de sentirem-se confiantes no desempenho de ações formais nesse campo.

Constatou-se também a importância dos bibliotecários da Instituição ampliarem suas estratégias de comunicação e divulgação de seus produtos e serviços, tanto para alcançarem um maior número de usuários quanto para promoverem e fortalecerem sua atuação na instituição. Foi mencionada ainda por parte dos entrevistados a percepção de que a relevância das bibliotecas não é devidamente reconhecida na instituição, o que gera a necessidade de justificar e “defender” sua existência.

Considera-se que as ações de letramento informacional e estatístico promovidas pelos bibliotecários no IBGE são de grande relevância e que sua atuação é pioneira e já consolidada. No entanto, observa-se que, na maioria dos casos, essas iniciativas não são explicitamente denominadas como ações de letramento estatístico ou informacional, o que traria maior visibilidade ao trabalho desempenhado pelos bibliotecários bem como maior valorização dos profissionais. Acerca das ações de letramento já realizadas, percebe-se a necessidade de se investir mais em ações voltadas à identificação e combate à desinformação no âmbito das informações estatísticas e dados.

Observou-se ainda a ausência de um documento ou política que sistematize e formalize essas ações no âmbito do Sistema de Bibliotecas do IBGE, ficando a biblioteca responsável por estruturar e elaborar conteúdos para as suas atividades. As entrevistas permitem afirmar que os entrevistados acreditam que a criação de uma política estruturada poderia contribuir para uma atuação mais sistematizada e como também resultar em maior visibilidade e valorização dos profissionais.

Na intenção de elaborar um documento no formato de cartilha que contenha sugestões de ações de atuação e que promova o letramento informacional e o letramento estatístico no IBGE, foram analisados exemplos dos artigos abordados na revisão de literatura. Adicionalmente, foram consideradas as ações, sugestões e exemplos mencionados pelos entrevistados uma vez que eles possuem um conhecimento mais profundo das necessidades e dinâmicas da comunidade em que estão inseridos.

A institucionalização do programa de Letramento estatístico informacional tem potencial para trazer muitos benefícios, como parcerias e financiamento para a execução das ações; a ampliação dos públicos atendidos, a constituição de um calendário de atividades; o

comprometimento da instituição como um todo na promoção desse programa, e a consagração do Sistema de Bibliotecas como um importante espaço de aprendizagem no IBGE na promoção da cidadania e justiça social. Acredita-se que este trabalho obteve êxito em atingir seu objetivo geral, qual seja, lançar bases para a institucionalização de uma política de letramento informacional estatístico e em dados no IBGE, pois trouxe à atenção dos bibliotecários participantes sobre o tema e obteve respostas positivas nesse sentido.

De fato, o caminho para o letramento informacional estatístico dos cidadãos consiste no desenvolvimento de habilidades informacionais dos próprios bibliotecários e essa aprendizagem precisa se dar ao longo da vida.

Em termos de futuras investigações percebe-se a necessidade de investir em trabalhos cujo foco sejam mais práticos, como a elaboração de recursos educacionais com propostas de temas e conteúdos programáticos sistematizados que possam ser usados em oficinas de letramento tanto estatístico quanto informacional e em dados.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). Information Literacy Competency Standards for Higher Education. 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALVARENGA, Darlan. Mulheres são a maioria dos desempregados; 45,7% das que têm idade de trabalhar estão ocupadas. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-sao-a-maioria-dos-desempregados-457percent-das-que-tem-idade-de-trabalhar-estao-ocupadas.ghtml> . Acesso em: 21 jan. 2025.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-1SF/Canrobert/Pesquisa_Quantitativa.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). (2009). **Ala's core competences of librarianship**. [S. l.]: ALA, 2023. Disponível em: https://www.ala.org/sites/default/files/educationcareers/content/2022%20ALA%20Core%20Competences%20of%20Librarianship_FINAL.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.
- AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS. **What statistics are** . Disponível em: <https://www.abs.gov.au/statistics/understanding-statistics/statistical-terms-and-concepts/what-statistics-are>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- BARBOSA, Maria Tereza Serrano; ALVES, Davi da Silveira Barroso. As bases de dados oficiais e as bibliotecas do r: instrumentos para o ensino de uma estatística cívica. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.79, n. 246, p.40-63, jan-jun, 2021. Disponível em: https://rbes.ibge.gov.br/images/doc/Volume_79_246_Completo.pdf . Acesso em: 10 jan. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** . São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARREIROS, D. S.; BRITO, L. L. de; LAU, L.; BRAGA, G. Proposta de um modelo preliminar de letramento estatístico para a Biblioteca Isaac Kerstenetzky, do IBGE. **Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação** v. 18, n. 3, 1–21. 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1912>. Acesso em: jan. 2024.
- BORGES, Jussara. Por que promover competências infocomunicacionais? In BORGES, Jussara; BRANDÃO, Gleise; BARROS, Susane Santos (Org.). **Educação para a informação: como promover competências infocomunicacionais** São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. cap. 2, p. 37-51.
- BRASIL.[Constituição (1988).] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** . Brasília, DF: Presidente da República,.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15878.htm#:~:text=LEI%20No%205.878%2C%20DE.Art. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.183 de 11 de dezembro de 1974. Dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, dez. 1974. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6183.htm. Acesso em:

BRASIL. Lei nº 14.533 de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Diário Oficial da União**, jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14533.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.html. Acesso em: 18 out. 2023.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento** : de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALIL JUNIOR, Alberto; SÁ, Nysia Oliveira de; ZATTAR, Marianna. A extensão universitária e o exercício da práxis no campo informacional: práticas para apropriação da informação e do saber. **The International Review of Information Ethics**, Edmonton, Canada, v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irrie/article/view/399>. Acesso em: 3 fev. 2025.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional no Brasil** práticas educativas de Bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Brasileiro: cidadão? **Revista do legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 23, p. 32-39, jul./set. 1998. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1203>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/CARVALHO-Jos%C3%A9-Murilo-de.-Cidadania-no-Brasil1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CAZORLA, Irene Mauricio; CASTRO, Franciana Carneiro de. O papel da estatística na leitura do mundo: o letramento estatístico. **Publicatio Uepg** : Ciencias Humanas, Ciencias Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 45-53, 21 jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2834>. Acesso em: 13 mar. 2025.

CIDADANIA. In: Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=Zo7M>. Acesso em: 10 julho 2024.

CIDADANIA. In: Priberam. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/#google_vignette. Acesso em: 10 julho 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de Fontes de Informação** 2. ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2020.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. A Information Literacy e o Papel Educacional das Bibliotecas. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/D.27.2001.tde-30112004-151029. Acesso em: 2025-03-13.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed., rev., atual. e ampl. Curitiba: Positivo, 2010.

FONTELLES, M. J., SIMOES; M. G., FARIAS, S. H. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*, 23(3), 1-8., 2009.

FONTICHIARO, K.; OEHRLLI, J. Why data literacy matters. **Knowledge Quest** , [S. L.]. v. 4, n. 5, p. 21–27, 2016. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1099487.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2024.

Franco, M. *Análise de conteúdo*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GAL, Iddo. Adults' Statistical Literacy: meanings, components, responsibilities. **International Statistical Review / Revue Internationale de Statistique** , [S.L.], v. 70, n. 1, p. 1, abr. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/1403713> . Acesso em: 18 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. IBGE: um retrato histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 59 p. (Documentos para disseminação. Memória institucional, 0103-6459, n. 5). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25506.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GOULD, Robert. Data Literacy Is Statistical Literacy. **Statistics Education Research Journal**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 22–25. Disponível em: [https://iase-web.org/documents/SERJ/SERJ16\(1\)_Gould.pdf](https://iase-web.org/documents/SERJ/SERJ16(1)_Gould.pdf). Acesso em:

GRIZZLE, Alton. Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégia. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Os direitos de cidadania no nordeste brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 12/13, n.1/2, 1981/1982, p.121-145. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9720/1/1982_art_tmfhaguette.pdf . Acesso em: 16 dez. 2023.

HULLEN, Angélica Cristina Nagel. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais. **Rev. Secr. Trib. Perm. Revis.** , [S.L.], v. 6, n. 11, p. 213-227, 26 abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.16890/rstpr.a6.n11.p213> . Acesso em: 10 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Diretor. Resolução do Conselho Diretor n.º 25, de 19 de setembro de 2016. Dispõe sobre a estrutura das bibliotecas do IBGE e sobre a classificação de seus itens. Rio de Janeiro, 2016. **Boletim de serviço**, Rio de Janeiro, n. 2836, set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diálogos para o futuro: plano de trabalho 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/flf2bc78c86dadd599fcb48a83dae8e7.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Plano de trabalho 2025** [Rio de Janeiro: IBGE, 2025]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/Plano_de_trabalho_2025.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Código de boas práticas das estatísticas**. [Rio de Janeiro: IBGE], 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101744>. Acesso em: 06 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Política de comunicação integrada**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 37 p. ISBN 2409549200. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95492.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Gerência de biblioteca e acervos especiais**. Almanaque do censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101931.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>>. Acesso em: 04 fev. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino; GRACIOSO, Luciana de Souza. Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

KLÄRE, Christina Quantitative information literacy: designing an online course at the interface between information literacy and statistical literacy. **o-bib: Das offene Bibliotheksjournal**, Munique, v. 4, n.1, 2017. Disponível em: <https://www.o-bib.de/bib/article/view/2017H1S117-131/5764>. Acesso em: 01 nov. 2023.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CAMARGO, Joice Claudia C.; ROCHA, Silvia Gagliardi. Informação estatística e cidadania. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 86-91, jul. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392002000300012>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MCGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação. Brasília,, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/999642/mod_resource/content/1/MARSHALL%2C%20T.%20H.%20Cidadania-Classe-Social-e-Status.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

MASTRODI, Josué; AVELAR, Ana Emília Cunha. O conceito de cidadania a partir da obra de T. H. Marshall: conquista e concessão. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 17, p. 3-27, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa social** teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. Fundamental Principles of Official Statistics. **Portal das Nações Unidas**, 2014b. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>. Acesso em: 9 dez. 2023.

NALIM, Carolina. Café, carnes, ovos em alta veja o que vem por ai nos preços de alimentos. Rio de Janeiro: O Globo, 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/07/cafe-carnes-ovos-em-alta-veja-o-que-vem-por-ai-nos-precos-de-alimentos.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2025.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. Cidadania: história e política de uma palavra. Sínteses – Revista dos Cursos de Pós-Graduação, [S. L.], v. 10, p. 419-430, 2005. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/article/view/6350>.

ORGANIZAÇÃO PAN- AMERICANA DE SAÚDE. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19. Washington, D.C.: OPAS, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>. Acesso em: 19 ago, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel> . Acesso em: 12 fev. 2025.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário** Brasília: Brinquet de Lemos, 2006. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/434> . Acesso em: 12 fev. 2025.

PAIXÃO, P. B. S.; CERVERO, A. C.; LINHARES, R. N. A alfabetização informacional para uma educação libertadora: uma abordagem transdisciplinar entre a ciência da informação e a educação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação** , v. 15, n. 2, p. 534-551, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/202535> . Acesso em: 10 dez. 2024.

PETER, K; KELLAM, L. Statistics & the Single Girl: Incorporating Statistical Literacy into Information Literacy Instruction. **LOEX Quarterly**, [S. l], v. 40, n. 1, p. 2-3, 2013. Disponível em: <https://commons.emich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1192&context=loexquarterly>. Acesso em 10 dez. 2024.

PRADO, Claudia Rodrigues do; BRAGA, Gerlaine; MALAVOTA, Leandro M. (Orgs.). **Bibliotecas do IBGE: 80 anos de disseminação e democratização de informações sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101663.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PRADO, Javier Calzada; MARZAL, Miguel Ángel. Incorporating Data Literacy into Information Literacy Programs: core competencies and contents. **Libri** , [S.L.], v. 63, n. 2, p. 124-134, jan. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1515/libri-2013-0010> . Acesso em: 10 dez. 2023.

PRADO, José Luiz Aidar; BECKER, Beatriz. Das modalidades para consumidores à reterritorialização de cidadãos politizados. **Jornalismo Contemporâneo** : figuras, impasses e perspectivas, Salvador, v. 33, p. 1-20, 2011.

POLJIČAK SUŠEC, M.; JERAK MURAVEC, N.; STANČIĆ, H. Statistical literacy as an aspect of media literacy. **Medijska istraživanja** , [S. l.], v. 20, n. 2, p. 131-155, 2014. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/133811>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PORCIÚNCULA, M. **Letramento Multimídia Estatístico - LeME: Projetos de Aprendizagem Estatísticos na Educação Básica e Superior**. Curitiba: Ed. Appris, 2022.

RIBEIRO, Ana Carolina *et al* . Introdução. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; PEREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). **Biblioteca do século XXI** : desafios e perspectivas. Brasília, DF: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7426/1/Biblioteca_do_seculo_xxi.pdf

SAMPAIO, Rafael Cardoso; Lycarião, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial** : manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf . Acesso em: 20 jan. 2025.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio. (Ed). O preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1996/1997. Disponível em: http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007

SCHIELD, Milo. Information literacy, statistical literacy and data literacy. **IASSIST Quarterly**, [S. l.], v. 28, n. 2-3, p. 1-11. 2004. Disponível em: https://iassistquarterly.com/public/pdfs/iqvol282_3shields.pdf. Acesso em: 03 out .2023.

SENRA, Nelson de Castro. **Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 474 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42899.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras: v.1 estatísticas desejadas (1822-c.1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. [614 p]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=282656&view=detalhes> . Acesso em: janeiro, 2023.

SENRA, Nelson de Castro. Informação estatística: política, regulação, coordenação. **Ciência da Informação**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 124-135, maio1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/cPZvHbFSbyt9QDc9r6ZdrKn/?lang=pt> . Acesso em: 10 dez. 2023.

SENRA, Nelson de Castro. Informação Estatística como objeto de estudo. Uma primeira tentativa de formalização. **DataGramaZero, Revista de Ciência da Informação** , v.6, n.4 ago/2005. Disponível em: www.dgz.org.br . Acesso em: 10 dez. 2024.

SENRA, Nelson de Castro. **Uma Breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

SILVINO, F. F.. Letramento Visual. In: Anais dos Seminários Teóricos Interdisciplinares do SEMIOTEC – I STIS, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/stis/article/view/2116/2714>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SOUKI, L. G. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 39–58, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/21>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SMOLNIKOVA, M. Next Step: Data Literacy Measurement. In: PROCEEDINGS OF THE 12th International Joint Conference on Knowledge Discovery, Knowledge Engineering and Knowledge Management, 2020. Disponível em: <https://www.scitepress.org/Papers/2020/101464/101464.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

SOUZA, Leonardo Pelegrino de. A informação estatística: bem econômico e social. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 203 - 222, jul./dez.1997. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23239/18794> . Acesso em: 10 dez. 2023.

SORGO, Andrej. Information, data and statistical literacy as foundation stones of project-based education. In: MARTIN RUSEK; KAREL VOJÍŘ (Eds.). Project-based education in science education: empirical texts XV, p. 12-20. Praga:Charles University – Faculty of Education, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/41374681/PROJECT_BASED_EDUCATION_IN_SCIENCE_EDUCATION_EMPIRICAL_TEXTS_XV. Acesso em: 10 dez. 2023.

STATISTICS CANADA. **Definitions - Chapter 1: What is Statistics?** Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/edu/power-pouvoir/ch1/definitions/5214853-eng.htm> . Acesso em: 20 mar. 2025.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **R. Esc. Biblioteconomia**. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul. dez, 1991. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/88946> . Acesso em: 10 dez. 2023.

United Nations Statistics Division. *UN Fundamental Principles of Official Statistics Background*. 2025. Disponível em: <https://unstats.un.org/fpos/>. Acesso em: 01 jan. 2025.

UNECE. **Recommendations for Promoting** , Measuring and Communicating the Value of Official Statistics. Nova York: Nações Unidas, 2019. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210451895>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UOL. **Brasil tem mais estabelecimentos religiosos do que a soma de saúde e educação, diz Censo**. Levantamento também mostra quais estados possuem mais igrejas, escolas e hospitais. *UOL Notícias* , 02 fev. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2025.

USOVA, Tatiana; LAWS, Robert. Teaching a one-credit course on data literacy and data visualisation. **Journal Of Information Literacy**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 84-95, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://journals.cilip.org.uk/jil/article/view/449/420> . Acesso em: 15 set. 2024.

VITORINO, Elizete Vieira; LUCCA, Djuli Machado de (Org.). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política**. Porto Velho: EDUFRO, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf> Acesso em: 15 set. 2024.

WALLMAN, Katherine K.. Enhancing Statistical Literacy: enriching our society. **Journal Of The American Statistical Association**, [S.L.], v. 88, n. 421, p. 1-8, mar. 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2290686>. Acesso em: 03 nov. 2023.

WATSON, J. M. Assessing statistical thinking using the media. In: GAL, I.; GARFIELD, J. B.(eds.). **The assessment challenge in statistics education** . Amsterdam: IOS Press, 1997, p.107-121. Disponível em: <https://iase-web.org/documents/book1/chapter09.pdf?1402524893>. Acesso em: 01 nov. 2023.

WIENER, N. Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos. Trad. José Paulo Paes. 2a. ed. São Paulo: Cultrix, 1954.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

Baseado na Resoluções 466/12 e/ou 510/16 apresenta-se a pesquisa:

TÍTULO DO ESTUDO: AÇÕES DE LETRAMENTO ESTATÍSTICO NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IBGE

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: DANIELLE SAMPAIO BARREIROS

OBJETIVOS DO ESTUDO: O objetivo geral desta pesquisa é lançar as bases para a criação de uma política institucionalizada de letramento estatístico no Sistema de Bibliotecas do IBGE.

Os objetivos específicos visam:

- Identificar e mapear no Sistema de bibliotecas do IBGE ações e práticas de letramento estatístico direcionados aos cidadãos;
- Elaborar uma cartilha informativa de apoio aos bibliotecários para o desenvolvimento de ações de letramento estatístico no Sistema de bibliotecas do IBGE;
- Promover o conhecimento das fontes de informação do IBGE pelos cidadãos e pelos próprios bibliotecários;
- Revelar o potencial dos bibliotecários na promoção de ações de disseminação das informações produzidas pelo IBGE contribuindo ao atingimento dos objetivos institucionais.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: A participação nas entrevistas não é obrigatória sendo direito do participante da pesquisa interromper a pesquisa a qualquer momento que desejar. A participação na pesquisa é um convite que poderá ser recusado.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: O participante da pesquisa será convidado a participar de uma entrevista semiestruturada, com perguntas pré-selecionadas. A entrevista será gravada somente mediante anuência prévia do entrevistado. O convite aos participantes ocorrerá por meio do envio de e-mail que conterá o arquivo do termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE- assinado pelo pesquisador responsável. Os participantes da pesquisa serão contactados por meio de e-mail. O endereço dos e-mails será obtido por meio de pesquisa realizada na internet. As entrevistas serão realizadas por meio de reunião virtual, sendo o link de participação enviado aos participantes na carta convite. Será oferecido a mesma opção de software para participação na reunião online. A coleta de dados somente será iniciada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

O Link para a reunião virtual será gerado pelo Google Meet e o endereço previsto para o link será: <https://meet.google.com/rtx-qdeq-uhs>

Caso o entrevistado não tenha acesso ao Google meet será dada como opção a reunião virtual por meio de outro aplicativo de preferência do entrevistado.

GRAVAÇÃO: A entrevista realizada por meio de reunião virtual será gravada a partir do início da entrevista somente após a anuência do participante. O aviso de início da gravação será dado antes da gravação ser iniciada. Caso o participante não aceite, a gravação não será realizada. A qualquer momento o participante da pesquisa poderá solicitar a interrupção da gravação ou exclusão da gravação já finalizada.

RISCOS:

Um dos possíveis riscos aos participantes da pesquisa seria de natureza psicológica relacionado ao possível constrangimento ou desconforto ao responder às perguntas realizadas na entrevista. Ainda, um possível risco seria o cansaço e o estresse de participar de uma entrevista gravada e a preocupação com a quebra de sigilo e anonimato. Esses desconfortos podem ser minimizados por se limitar o tempo da entrevista ou dividir a entrevista em mais de um encontro, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões consideradas pelo respondente como constrangedoras. Em relação a quebra do sigilo, é garantido ao participante da pesquisa o anonimato e que este jamais será violado, bem como a privacidade e proteção da imagem e não estigmatização dos participantes da pesquisa e garantia da não utilização das informações em prejuízo dos participantes da pesquisa.

BENEFÍCIOS: Um dos benefícios da pesquisa é que poderá gerar um conhecimento realidade em relação ao tema da pesquisa e poderá ser subsídio para o desenvolvimento de ações futuras em promoção ao objeto de estudo.

Outro benefício é que a pesquisa pretende gerar um produto de informação que poderá ser de relevância social e destinação sócio-humanitária.

CONFIDENCIALIDADE:

Os pesquisadores asseguram o atendimento a todos os direitos dos participantes de pesquisa, bem como reconhecem os seus deveres, de acordo com o que se estabelece nas resoluções 466/2012 e/ou 510/2016". Os dados e informações gerados a partir desta entrevista não serão divulgados de forma a identificar o participante e nem gerar danos. O anonimato será garantido. O participante tem o direito de interromper sua participação a qualquer momento, mesmo após o consentimento, sem qualquer prejuízo. Os dados e informações coletados serão divulgados de forma anônima e desidentificada por meio da publicação da dissertação que será gerada em base de dados da instituição de origem e em outras bases de dados coletores de trabalho acadêmicos como teses e dissertações.

RESSARCIMENTO E DANOS: A participação neste estudo não gerará custos diretos ao participante. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Nos comprometemos a seguir todas as recomendações do Conselho Nacional de Saúde e às Resoluções 466/12 e 510/2016 que versam sobre a ética em pesquisa com seres humanos.

Caso você aceite participar dessa pesquisa, você receberá uma via do TCLE e, caso queira, pode entrar em contato com o pesquisador e/ou o Comitê de Ética responsável pela autorização da pesquisa.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: No caso de dúvidas ou reclamações por parte do participante da pesquisa, ou potencial participante, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por meio do e-mail daniellebarreirosibge@gmail.com ou por meio do telefone 21 97209-1565, que estará disponível a qualquer dia e horário para contato. Poderá ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIRIO por meio do telefone: 21- 25427796 ou por meio do E-mail: cep@unirio.br .

CONSENTIMENTO

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, firmada abaixo, concordo em participar do estudo intitulado AÇÕES DE LETRAMENTO ESTATÍSTICO NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IBGE.

Eu fui completamente orientado por Danielle Sampaio Barreiros, pesquisadora que está realizando o estudo, de acordo com sua natureza, propósitos e duração. Eu pude questioná-la sobre todos os aspectos do estudo. Além disso, ela entregou uma via da folha de

informações para os participantes, qual li, compreendi e me deu plena liberdade para decidir acerca da minha espontânea participação nesta pesquisa.

Depois de tal consideração concordo em cooperar com este estudo e informar a equipe de pesquisa responsável por mim sobre qualquer anormalidade observada.

Estou ciente que sou livre para sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar.

Minha identidade jamais será publicada. Os dados colhidos poderão ser examinados por pessoas envolvidas no estudo com autorização delegada do investigador e por pessoas delegadas pelo patrocinador.

Estou recebendo uma via assinada deste Termo.

Investigador: Nome: Danielle Sampaio Barreiros

Data: 19/08/2024

Assinatura: _____

Participante: Nome: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Responsável: Nome: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Contato do CEP/UNIRIO

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Avenida Pasteur, 296 subsolo prédio da Nutrição – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240, no telefone 2542-7796 ou e-mail cep@unirio.br

APÊNDICE B - CATEGORIAS DE ANÁLISE

Categoria de análise: Perfil dos entrevistados

E1

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Tempo de formação	<i>Eu sou formada, sou graduada em biblioteconomia e documentação, lá em 1992.</i>
Formação continuada	<i>Logo depois de formada, eu fiz uma especialização [...] O mestrado foi em ciência da informação e Comunicação [...]</i>
Área de atuação	<i>Trabalho no IBGE há 21 anos.</i>

E2

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Tempo de formação	<i>Eu tenho 33 anos de formada</i>
Formação continuada	<i>Eu tenho especialização em marketing de serviços de informação e também gestão pública.</i>
Área de atuação	<i>Eu só tenho 22 anos de IBGE, então eu já trabalhei em outras instituições, né? Sempre na biblioteca, porque o meu concurso a vaga era para bibliotecário, né?</i>

E3

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Tempo de formação	
Formação continuada	<i>E eu tenho uma especialização.</i>
Área de atuação	<i>Estou no IBGE desde 2002, sempre na biblioteca do IBGE.</i>

E4

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Tempo de formação	
Formação continuada	<i>Fiz pós-graduação e fiz mestrado.</i>
Área de atuação	<i>Eu sou bibliotecária no IBGE já vai fazer 20 anos</i>

Categoria de análise: Letramento estatístico e letramento informacional: compreensão

E1

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Reconhecimento	<i>Letramento estatístico é nossa área de atuação, a biblioteca é a porta de entrada para o usuário, o solicitante ou como o IBGE gosta de chamar, o informante. A gente está nesse campo de ação o tempo todo.</i>
Dificuldade de reconhecimento	<i>Talvez eu não consiga definir tecnicamente [...] mas nós sabemos na prática o que é letramento estatístico e informacional, tem uma relação sim, é o nosso dia a dia. É o acúmulo de funções e trabalho. A gente tem que dar conta de vários trabalhos, a gente não consegue parar para se preparar, a gente tá fazendo [...] tem sido bem intenso. A gente já vem com o acúmulo de trabalho.</i>

E2

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Reconhecimento	<i>O letramento eu vejo como uma questão de você repassar informações para alguém para adquirir conhecimento sobre um determinado assunto, por exemplo, <u>a gente explicar qual é o papel do IBGE, como é que funciona a as bases de dados do IBGE</u> Então eu acho que o <u>letramento informacional ele é mais abrangente</u> na minha vida, Eu Acredito que sim, (estão interligados) Porque embora é letramento estatístico, leva também a questão da informação, não é? [...] <u>É como estivesse dentro do informacional.</u> entendeu?</i>

	<i>O fundo <u>é Fontes de informação e também da própria pesquisa, né?</u> Levantamento de pesquisas dos dados da pesquisa, utilizando-se o Sidra.</i> <i>[...]</i> <i>Uma turma de biblioteconomia, que era exatamente a turma de fontes de informação que eu não sei se aí no Rio também chama assim é, né? Então a gente ia para exatamente apresentar as fontes de pesquisa do IBGE, né? <u>A s fontes de informação do ibge. Isso que é letramento também, informacional, né?</u></i> <i><u>Há muitos anos a gente faz o letramento, só que o termo, como é um pouco mais atual, né? Houve essa mudança, mas essa questão do estudo de usuários, né? De mostrar quais são as Fontes de informações, É isso aí, a gente já faz há muito tempo e eu acho altamente importante isso, saberem o que é.</u></i>
Dificuldade de reconhecimento	<i>Embora até por conta da minha própria graduação, eu não domino tanto os termos estatísticos , né?</i>

E3

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Reconhecimento	<i>Eu entendo que o letramento informacional é a forma que você <u>aprende a aprender, não é?</u></i> <i>Você ensinar a pessoa a mexer nos bancos de dados, a mexer no sidra porque tem gente que às vezes não conhece, <u>Saber pegar informação,</u></i> <i><u>É, deveria estar relacionado, não é, não importa em qual área, você tem que aprender a aprender.</u></i> <i><u>Para mim, é o letramento estatístico de mostrar a ela como que ela vai. levantar tal informação, ou no Sidra. ou na biblioteca, então, para mim, isso é um letramento, mas não que eu fale que isso seja como uma atividade implantada, né?</u></i> <i><u>É manipular os bancos de dados p orque tem gente que não conhece ou não sabe, ou mesmo que conhece, não sabe como montar as tabelas, né?</u></i> <i><u>São 2 coisas que são interligadas. Eles não tem como dissociar uma coisa da outra do letramento informacional, do letramento estatística.</u></i>
Dificuldade de reconhecimento	<i>Eu vivi isso desde que eu cheguei no IBGE, não é, <u>Eu comecei a vivenciar esse letramento sem saber que estava fazendo isso , né?</u></i> <i><u>É porque IBGE tem umas coisas muito diferentes do que a</u></i>

	gente aprende na escola, na universidade. E aqui você se depara com coisas totalmente novas, não é? <u>Eu tive que aprender, muita coisa ao mesmo tempo, eu tive que correr atrás de me informar e até hoje pra gente exercer a nossa função da melhor maneira possível.</u> <u>Todo dia o IBGE lança coisas e aí você de repente você não sabe. Aí você tem que tentar aprender, aprender muitas vezes, no nosso, no meu caso daqui, você tem que tentar aprender.</u> <u>É por você, sozinha, mexendo, é perguntando, errando ou acertando, não é?</u> <u>Eu acho que até o letramento geográfico que eu tive que aprender a informações dos mapas, das cartas, tudo muito coisas muito específicos que a gente nunca tinha visto esse material, assim, de perto, e aí, de repente, eu me vi com um monte de usuários que precisava. então é eu tive que aprender a aprender, não é?</u> <u>Eu não oferecia uma atividade assim de letramento, mas é quando eu atendo, né? Quando a gente atende, a gente tem. Eu tento implementar esse letramento. Ensinando, orientando as pessoas, né? Eu não falo que é um letramento, né? Não, não coloco isso como uma atividade, mas isso não deixa de ser um letramento.</u> <u>Você ensinar a pessoa a mexer nos bancos de dados, a mexer no sidra porque tem gente que às vezes não conhece, Saber pegar informação, então não deixa de ser um letramento, mas eu nunca incluí essa coisa de desinformação, não é?</u>
--	--

E4

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Reconhecimento	Bem, é, eu posso começar pelo letramento informacional que é maior. Para mim, eu estudando mais, até por conta do projeto no IBGE, eu entendi, <u>passsei a entender o letramento como um processo</u>, um processo que eu via só com um processo de aprendizado. <u>Possibilitando acesso à informação, né? É criando essa oportunidade para que as pessoas entendam, compreendam como acessar aquela informação, a importância dela para a vida dela</u>, [...] Na Biblioteconomia trabalhei muito tempo numa área técnica e aí fica muito nessa situação de que a gente dá alguma coisa, não é? Mas eu percebi nos últimos, nas últimas experiências de letramento, a troca, o meu aprendizado também. Então, pensando nesse processo, como experiência que você

vive, eu acho que é um processo de mudança, de possibilidade, de mudança. É para que as pessoas tenham acesso, ou a informação ou a informação estatística, né? Um exemplo que eu acho que é bonito, falando do letramento como experiência é, foi o dia em que a gente fez a atividade com adolescentes do censo.

E aí, a gente perguntou, sabe o que é o censo? E eles responderam tranquilamente, não sei. E aí eles saíram daquele estágio, por isso que eu falei desses estágios. Você vê que a pessoa saiu daquele nível e aí eles saíram desse estágio de “não sei o que é o censo” para defender o censo na dinâmica que foi realizada.

Só que ele não é entendido como um direito, para muitas pessoas, por conta da fake news é entendido como uma coisa que pode me prejudicar, mas é um direito. Se as pessoas entendessem o motivo do censo, e aí voltando pro letramento estatístico, elas lutariam pelo censo, né?

Acho que o letramento, ele te dá a possibilidade de você lutar pelos seus direitos, porque você vai ter conhecimento.

Na área da inclusão [...] um dos grandes motivos das pessoas não conseguirem ter os benefícios e conseguir seus direitos é por desconhecimento. E aí você pode pensar assim, nossa, mas tem tantas pessoas, tem tanta informação, né ? Tantas pessoas com acesso ao computador, rede social, mas a rede social não tem isso, não tem como você conseguir um benefício, em que secretaria que você tem que ir? Então são essas informações para você prover essas informações. E aí já estou voltando lá pro letramento informacional, não é?

É de você ter as informações que você precisa para exercer a sua cidadania e incluir nisso a informação estatística neste trabalho que a gente fez agora na biblioteca.

[...]

Assim é você pensar que para uma instituição se desenvolver, ela deveria fazer isso na base [...] se você for retratar, pensando na missão do IBGE, se eu for retratar para todas as pessoas, né? Para que cada brasileiro consiga se ver, ele precisa entender o que eu estou tratando, a realidade dele, mas ele precisa entender. E aí a gente está falando de letramento, está falando de, principalmente, letramento estatístico, não é?

[...]

Então eu entendo hoje, (o letramento estatístico e informacional) olhando o cenário do bibliotecário dentro do IBGE que é essencial, essencial como catalogar é essencial, como indexar.

[...]

Pensei nessa lógica de transformação, não é mesmo?

Provocar essa transformação, porque a pessoa, quando ela sabe o que é pelo menos ela já consegue criticar, como é que

	<i>eu vou criticar se nem sei o que que é.</i>
Dificuldade de reconhecimento	<i><u>Não vou conseguir te passar um conceito bonitinho. Estou falando muito da experiência , né?</u></i> <i>Na Biblioteconomia trabalhei muito tempo numa área técnica e aí fica muito nessa nessa situação de que a gente dá alguma coisa, não é? Mas eu percebi nos últimos, nas últimas experiências de letramento, a troca, o meu aprendizado também.</i>

Categoria de análise 3: Letramento estatístico e letramento informacional: atuação

E1

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Ações de letramento	<i>Eu acabo me envolvendo com todas as atividades do setor, a biblioteca é uma delas. <u>Essa ação que a gente não chama necessariamente de letramento mas é uma ação de letramento</u> não está diretamente relacionada só à biblioteca, [...] como a gente tem um setor que faz atendimento, o letramento tá envolvido nessas ações diárias de atendimento, informacional né, indicando as fontes para consulta, tanto jornalistas quanto público em geral, que nós atendemos, prefeituras, agentes públicos de toda ordem, <u>a gente também monta ações de disseminação, e sempre nessa disseminação vai estar envolvido alguma atividade que é de letramento, que é de mostrar como entender o PIB, como entender o cálculo da inflação</u> e os públicos são variados, desde jornalista que é um público especializado, alunos, professores, dos ensino fundamental, ensino médio, universitários, nós tivemos participação num curso na faculdade de medicina, que uma professora nos chamou para participar de uma aula dela sobre economia, usando os dados do IBGE, isso no nosso entendimento já é letramento, embora a gente não tenha uma formação, isso é um ponto, eu acho que a gente precisa falar disso com mais clareza, com mais definição, [...]eu acho que isso é fundamental para nós no IBGE, <u>a gente faz isso sem levar esse crédito, é importante a gente ter essa clareza.</u> <u>E até pra aprimorar, a gente vai fazendo muitas vezes com a experiência própria,</u> eu me lanço porque já tenho certo tempo no iBGE, perdi esse receio, mas eu sempre procuro atender da melhor forma <u>mas isso estando num plano, num programa como atividade, vai ficar claro para quem está entrando, aderir à proposta.</u> Das SDI's que eu conheço todo mundo faz um pouquinho, mas cada um faz do seu jeito, <u>então tendo uma política, [...] com uma proposta, eu acho bem legal, é importante, a gente precisa disso.</u> Assim as pessoas vão</i>

	conseguir aderir mais às propostas, isso é fundamental para o nosso trabalho. A gente sempre reforça que o IBGE é a fonte oficial mas tá implícito, <u>a gente não chega a abordar fake news, ou a abordar fake news, acredito que talvez seja uma forma de abordagem que seja necessária atualmente porque isso tá muito presente.</u> A gente sempre trabalhou da forma mais tradicional, o IBGE é a fonte oficial, mas essa linguagem de fake news eu pelo menos não costumo adotar tanto. [...] Eu acabei de ouvir uma fake news no rádio que eles estavam citando “segundo o IBGE”, eu não lembro pelo menos desse resultado apontar por aí, os casais se reproduzem mais nessa época de festa de natal e ano novo, segundo o IBGE, até pode ser uma interpretação do registro civil, nas datas de nascimento e 9 meses atrás coincide mas eu não lembro do IBGE ter dito isto. Pode ser um viés não tão correto mas não chega a ser uma fake news né, [...] é uma análise que a gente não fez.
Públicos atendidos	<u>Tanto jornalistas quanto público em geral, que nós atendemos, prefeituras, agentes públicos de toda ordem. E os públicos são variados, desde jornalista que é um público especializado, alunos, professores, dos ensino fundamental, ensino médio, universitários,</u> nós tivemos participação num curso na faculdade de medicina, que uma professora nos chamou para participar de uma aula dela sobre economia, usando os dados do IBGE. Eu acho que a gente atinge muito pouco, a gente não chega no público externo, porque essa linguagem que a imprensa coloca que é ótima, eles ficam aguardando a prévia da inflação, [...] pra esse público eu acho que nós atendemos muito bem, que é todo o resto, é um trabalho de formiguinha que não aparece.
Formatos das ações	A gente não tem um calendário de eventos, de ações, <u>elas acabam acontecendo sob demanda,</u> nos pedem ou tem a necessidade agora do censo agro de desenvolver alguma atividade, a gente já vai pensando, em tal evento a gente pode participar, é sob demanda, <u>ou uma demanda interna ou de usuários externos que nos convidam</u>, nos chamam, [...] a gente tem um limite, [...] é pouca gente, além de serem poucas pessoas para fazer tudo, tem a questão da aderência, a pessoa que está no setor entender que é uma atividade também o letramento, uma ação dessa voltada para disseminação. <u>A atividade em si está na nossa programação, nós sabemos que temos que fazer isso,</u> inclusive entrou no DFT essa atividade. É do setor. Todas nós fizemos atendimento.

E2

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Ações de letramento	<i>Porque a gente <u>apresenta muito a questão do Sidra faz muito, muito treinamento</u> , então algumas coisas a gente tem que melhorar, na questão do uso de termos metodológicos da área de estatística.</i> <i>Você explica, por exemplo, quando a gente vai falar do censo, né? Tem a parte do dados, dados do universo [...] Essa parte_a gente já explica o que é o universo que é amostra, qual é a metodologia que é usada para tirar os dados para a amostra. É, a gente tem na Biblioteca, nós damos vários treinamentos. Sobre o portal do IBGE que eu vejo como dentro do letramento estatístico e do informacional , porque a gente também entra um pouco na área de geodésia.</i> <i>Geralmente quando saem os dados do ano, da pesquisa estatística, do registro civil, a gente faz a apresentação e aí faz toda uma lembrança, como é que foi que coleta esses dados, né?</i> <i>[...] mostra como a pesquisa é feita e aí a gente faz a colaboração pessoal da da supervisão, da pesquisa.</i> <i>Quando a gente vai fazer demonstrações eu gosto sempre de utilizar, lógico. Eu uso, utilizo Sidra para dizer que vai até em nível de bairro, né? Porque é a única pesquisa que vai em nível de bairro, é o censo.</i> <i>Mas eu gosto sempre de pegar outras pesquisas, por exemplo, registro civil, ipca,</i> <i>O IBGE, que calcula, todo mês você ouve falar no IPCA? Inflação e tal a gente explica, né?</i> <i>Então é, eu acho muito importante ter essa divulgação maior dessas obras de referência do IBGE.</i> <i>E a gente fez uma, acho que foi em novembro, que foi [...] na maior universidade particular do estado, né? É, então a gente também fez lá e foi para um público bem eclético. Assim, não era de um curso específico e foi a biblioteca de lá que promoveu.</i>
Desafios	<i><u>É o teletrabalho, né?</u></i> <i>E eu, por exemplo, no meu caso, eu vou 2 vezes por semana só para para o IBGE, presencialmente, então houve uma certa quebra e também a gente não teve mais, é o estagiário de biblioteconomia, mas a gente sempre fazia.</i> <i>A gente convidava o leitor, é autores para apresentar os seus livros, né? Então a gente fazia uma discussão daqueles livros. É, então a gente trabalhava um pouco também nessa área de divulgação, pessoas que iam falar sobre, sobre doenças, né?</i> <i>Explicar como se prevenir e tal, então a gente usava muito isso, fazia muito evento nesse sentido, com o teletrabalho.</i>

	<u>Houve essa quebra, não é como eu disse, porque só 2 dias não tem a quantidade de pessoas que tinha antes não?</u> <u>É feito, mas a quantidade é bem pequena e o trabalho é muito grande para a quantidade de pessoas atingidas.</u> <u>Eu acho que a gente tem pouca promoção da Biblioteca, entendeu? Acho que a gente não faz tanto isso.</u> <u>Quem não aparece não é lembrado, né? Então a gente tem que dizer, olha, estamos aqui, fazemos isso.</u>
Públicos atendidos	<u>A gente encaminha para as instituições, para as universidades, até para escolas, né? [...] empresas instituições.</u> <u>Todo semestre, a gente recebe uma turma de biblioteconomia, todo semestre a gente tem isso, já faz parte do planejamento, né?</u> <u>Tem a parte dos colégios que a gente também está intensificando mais na divulgação do IBGE.</u> <u>Uma turma de biblioteconomia, que era exatamente a turma de fontes de informaçã o que eu não sei se aí no Rio também chama assim é, né? Então a gente ia para exatamente apresentar as fontes de pesquisa do IBGE.</u>
Formato das ações	<u>É forma, é forma esporádica, porque a gente vai muito pela questão da demanda também.</u> <u>Todo semestre, a gente recebe uma turma de biblioteconomia, todo semestre a gente tem isso, já faz parte do planejamento, né?</u> <u>[...]</u> <u>Mas a gente também já tem alunos de Geografia, que também vão para lá também.</u> <u>É um trabalho, que é semestral.</u> <u>Faz parte do planejamento, os alunos que de 6 em 6 meses, [...] da prefeitura, que é uma vez por ano e do IBGE, é que é mais assim por demanda, né?</u>

E3

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Ações de letramento	<u>Eu não ofereço uma atividade assim de letramento, mas quando eu atendo, quando a gente atende, a gente tem . Eu tento implementar esse letramento.</u> <u>Ensinando, orientando as pessoas, né? Eu não falo que é um letramento, né? Não, não coloco isso como uma atividade, mas isso não deixa de ser um letramento.</u> A gente sempre procura trabalhar com dado oficial do IBGE Então, às vezes o pessoal tem isso, ah, mas eu vi que IBGE tem essa idade, então então a gente fala, olha esse dado aí, a gente vai atrás. Às vezes a pessoa manda, falou que viu isso na notícia no jornal. Aí vou atrás da notícia, Às vezes a gente pede o link e aí não é um dado do IBGE. O dado é tal e a gente tenta orientar as pessoas. [...] E ela dá informação para Brasil. grandes regiões unidades da federação e distrito, quando houver distrito, subdistrito, porque sabe que tem lugares que tem é bairro, tem lugares que têm distrito e subdistrito e assim por diante, por exemplo, São Paulo não é dividido em bairro, é dividido em distritos, são 96 distritos, né? Aí tem gente que fala assim, ai eu quero um informação do bairro. [...] <u>Então assim, e a partir de quando a pessoa monta uma tabela bem fácil, ela consegue montar qualquer uma das outras tabelas.</u>
Públicos atendidos	Porque os nossos usuários às vezes nos procuram hoje, e o outro vai nos procurar amanhã, não é? Não é como uma biblioteca da universidade que o aluno tá ali todo dia, da escola, né? Então os nossos usuários eles não são assim, né? Então, às vezes é um empresário ou uma pessoa que está fazendo pesquisa, né? Então ele está fazendo para aquele momento e a gente tem que oferecer aquilo naquele momento e aí depois vem, um outro, e procura uma outra informação de uma outra coisa, de um outro período, de um outro ou a mesma informação de outro lugar.
Formato das ações	Então é uma coisa que <u>eu vejo que é contínua</u>sabe, na minha

	<i>visão, é uma coisa que é contínua, que <u>é uma atividade, apesar da gente não falar que é letramento, mas é todo dia a gente está envolvido com esse letramento</u> que todo dia a gente está mostrando ao usuário onde que ele vai buscar informação, o que o IBGE oferece. treinamentos para os jornalistas, não é?</i> <i>É que eu acho que tudo o que IBGE divulga, né? É fonte de informação, assim, todas as pesquisas do IBGE são fontes, que são fontes confiáveis, não é verdade. E então, assim, se você quiser, um usuário quer uma série histórica de alguma coisa, a gente tem para informar, né?</i>
--	--

E4

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Ações de letramento	<i>As atividades foram de treinamento em fontes de informação. É a dinâmica para receber usuários na casa Brasil IBGE. [...]</i> <i><u>Porque quando a gente fala da Casa, tanto do treinamento quanto dessa recepção, né, desse momento lá de letramento, a gente tem públicos diferenciados, então a gente tem grupo de pesquisadores, a gente tem alunos de graduação, a gente tem grupos de bibliotecários.</u></i> <i>[...]</i> <i><u>Inicialmente, a gente só pontuava essa questão, né (fake news) falava da importância de entender da informação, da importância de saber onde buscar a fonte, mas aí, com o tempo, acho que até por conta é da maturidade do projeto e das profissionais, e com relação à temática, porque fui estudar mais, né?</u></i> <i>[...]</i> <i>Mas eu acho que essa maturidade é a maturidade como profissional, mesmo em relação ao tema, sabe? Então assim, <u>hoje eu tenho coragem para fazer, para falar de desinformação, porque eu aprendi dentro desse processo [...]</u> Então acho que é uma maturidade do grupo que está trabalhando com isso, então isso é, acarretou que agora a gente tem uma parte do treinamento que fala sobre desinformação, e eu acho que a gente chegou num momento, acredito que a gente vai sempre melhorar, porque nosso usuário pede isso. A gente chegou num num momento assim, é num ponto que a gente não só diz, não só mostra o que é importante, mas a gente explica antes, por que que é importante?</i>

	<u>Os treinamentos da bibliotecanê, o envio de material de informações sobre os lançamentos do censo para as bibliotecas.</u> E também acho isso uma atividade de letramento importante porque você dá conhecimento, mesmo que você não tenha uma detalhamento da pesquisa, você vai ali, coloca uma sementinha do que olha isso aqui foi lançado, certo? [...] Surgiu de uma situação que <u>a gente acha que as pessoas sabem acessar, mas as pessoas não sabem, e às vezes a gente não sabe,</u> a gente vai estudar e vai aprender Sempre falo que quando eu faço um treinamento, eu aprendo mais. Eu acho que é tão importante que quando eu comento dentro do IBGE, com servidores do IBGE que a biblioteca faz isso, alguns servidores dizem: nossa, eu não sabia, porque é de tamanha importância, de mostrar como acessar as fontes de informação. Acho que tem muito para explorar e dependendo do objetivo da pessoa, tem caminhos dentro da fonte de informação que são diferentes para cada público, não é?
Públicos atendidos	[...] A gente atende muita <u>escola e universidade</u> . [...] Então a gente tem <u>grupo de pesquisadores</u> , a gente tem alunos de graduação, a gente tem <u>grupos de bibliotecários</u> . [...] É isso para os treinamentos, mas a gente também tem <u>adolescente</u> . Eu não participei, mas eu soube que teve um grupo de <u>criança</u> , mas isso eu não participei. Esteve <u>lá grupo de adultos</u> também.
Formato das ações	<u>Eu acredito que é de forma contínua, mas tem muito a ver com a demanda, né?</u> Então, por exemplo, no período de férias, como a gente atende muita escola e universidade, acabou que a gente tem pouca demanda. Elas são previstas no planejamento, considerando que a gente tem isso como plano de atividade, mas elas são realizadas por demanda, porque o usuário pode vir e pedir, não é? Mas ela está no plano. A gente busca que essas atividades aconteçam, tanto que há um plano de fazer uma oficina, né? Então a gente está batalhando para isso virar concorrência cada vez mais.

Desafios	<i>Em algum momento talvez fosse possível ter dúvida disso (da importância do letramento estatístico) Assim, por exemplo, <u>tem tanta coisa para fazer do bibliotecário, tem tanto para fazer para o seu usuário interno</u> que a gente vai focar nisso. Mas só que é o cenário que a gente está vivendo, né?</i>
-----------------	---

Categoria de análise 4: Letramento estatístico e letramento informacional: potencial dos bibliotecários

E1

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Necessidades e sugestões	<i>Eu acho que a gente não pode esquecer que se existe informação, se existe o documento, se existe pesquisa, <u>a biblioteca é parte desse processo, eu sei que na instituição não tem esse foco de desenvolver isso nas unidades</u> [...] Existe uma prioridade na casa de atender a coleta e não esse serviço de informação. Como eu garanto que vai ter uma vaga para o meu setor, <u>se deixar para a administração é sempre menos vagas no nosso setor</u>, tem que ter x pessoas fazendo as atividades definidas, que é fundamental pra gente garantir a continuidade da biblioteca quando do profissional bibliotecário. Quem vai defender a biblioteca? <u>Isso tem que estar definido na estrutura do IBGE</u>. Tem biblioteca, essa invenção da sala de leitura, eu acho que foi uma saída muito oportuna até pela falta de bibliotecários no mercado [...] <u>a gente fica muito aquém do desenvolvimento profissional</u> [...] A biblioteca está dentro da SDI, isso tudo nos enfraquece como órgão, como unidade. Eles veem que tem uma pessoa para atendimento e está bom. Não é só atendimento, estar de porta aberta, tem que desenvolver tudo o que estamos falando. <u>É fundamental termos um quadro de profissionais, desenvolver especialização, se a gente quiser falar em letramento a gente vai ter que colocar isso como uma atividade, uma função, uma formação do quadro</u> <u>alguém vai ter que fazer um curso de letramento dentro das SDI's direcionado</u>. Tem que ter <u>uma formação continuada</u>, [...] um ano um vai fazer, no próximo semestre faz o outro.</i> <i>Eu acho que é necessário, mas eu vejo que é uma sementinha para o resto da casa, <u>que seja a biblioteca a ordenadora dessa atividade, mas isso tem que se estender para todos os setores</u>. [...] não dá para centralizar, é descentralizado, por isso que eu acho que a política tá pensando em puxar para a biblioteca, mas <u>tem que enxergar que os bracinhos estão em todos os setores, mas é importante ter um órgão dentro da casa que</u></i>

	<i><u>pense isso, que estruture, eu acho fundamental que seja iniciativa das bibliotecas, organizarem isso, embora não seja só função da biblioteca . Mas é fundamental, porque um dos nossos calcanhares a falta de política escrita. Essa parte do letramento se a gente for olhar na agência é só se a pessoa se disponibilizar a fazer, não está tão claro que é uma atribuição. [...] institucionalmente está faltando isso. [...] e para atingir objetivos claros.</u></i>
Desafios	<i><u>Eu acho que falta política institucional para desenvolver isto , mas as coisas têm que convergir mais para facilitar a vida de todo mundo. É uma linguagem técnica tinha que ter uma política na casa, tudo que for para o site precisa ter uma definição, isso é possível de fazer nesse meio digital, essa política tem que estar clara,</u></i>

E2

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Necessidades e sugestões	<i>Eu não conheço muito bem o trabalho dos outros profissionais dentro do IBGE.</i> <i>Até conheço alguns, né? E eu sei que também algumas dessas pessoas trabalham muito nessa questão do letramento, tanto estatística quanto informacional.</i> <i>eu procuro fazer o meu papel, de bibliotecária de levar informação.</i> <i><u>Só quem precisa, não é só aguardar o usuário vir até a informação, mas também de provocar outros usuários para dizer, olha, você precisa saber disso.</u></i> <i><u>Quando a gente busca as escolas, tanto particulares como públicas, é como se a gente dissesse olha, é necessário que os alunos conheçam isso, né? Vai acrescentar mais conhecimento a eles.</u></i> <i><u>E u acho muito importante, interessante também, porque eu acho que dá um fortalecimento à classe bibliotecária dentro do IBGE, né?</u></i> <i><u>E a partir do momento que a gente coloca isso também no papel, né? Dá uma visão maior ao nosso trabalho, então assim, olha os bibliotecários não são só guardadores de livros, né?</u></i>

	<u>[...]</u> <u>Tinha que ter um destaque maior, né? até assim aparecer mais em eventos, eu não sei como é que você se sente com isso, mas aparecer mais em eventos, [...]</u> <u>É, eu acho que a gente tem que saber movimentar mais, inclusive assim, mudando, mudando um pouco de assunto. Que é escrever livros sobre o nosso trabalho no IBGE, juntar a grupos [...]</u> Tal assunto para o nosso nome também aparecer fora da instituição, sabe?
Exemplos e desafios	Retratar o Brasil e também levar essas informações para que as pessoas conheçam o país em que mora. A cidade que moro no bairro em que moro, né?

E3

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Necessidades e sugestões	<i>E é isso que a Biblioteca faz. [...] O IBGE fornece informações, nós fornecemos informações para de acordo com a demanda, né? <u>P ara que o cidadão possa exercer a sua cidadania</u>, não é verdade? Então eu acho que são coisas que são afins, sabe?</i> <i>Ela agrega valor à fonte de informação e é uma fonte confiável. <u>Nossa biblioteca é confiável.</u></i> <i>E a gente nessa nossa missão. Às vezes a gente não tem uma determinada publicação e a gente vai atrás, né? Um procura, né?</i> <i>Acho que está cumprindo a nossa missão. E junto a missão do IBGE. A missão da biblioteca está alinhada, né?</i> <i><u>É conscientizar, ensinar o público a interagir com essa coleção</u> porque, por exemplo, hoje com essa globalização é um mundo de informação. Quando chega no site, ele fica perdido, na verdade, e aí é muito importante orientar porque o usuário pode estar lá na China. E está acessando nosso dado. Está buscando informações sobre o Brasil, sobre o Brasil ou sobre algum lugar aqui, não é?</i> <i><u>E assim o IBGE lança produtos todos os dias, ele lança base de dados [...]</u> Então é muito importante considerar ensinar as pessoas, os usuários a lidar com a informação, né? A lidar com</i>

	os bancos de dados, né? <u>É que quem vai trabalhar com esses dados? Assim, por exemplo, para os bibliotecários, não é por quê? Porque nós somos solicitados. Somos nós que somos solicitados. É ensinar para que nós estejamos capacitados. Eu não vejo isso, o IBGE muito preocupado com isso, sabe?</u> <u>Lança alguma coisa, mas não se preocupa em realmente ensinar o funcionamento daquilo, não é? [...], ensinar como é que funciona a base, os setores, é isso, o PGI.</u> Institucionalização: <u>Então eu acho que seria muito interessante. Eu acho que mais do que interessante, eu acho que eu acho que seria inovador, sabe? Revolucionário.</u> <u>Ao longo de todos esses anos, né? Se tivesse uma política de letramento, né? Teria sido mais fácil, não é? Muita coisa, né?</u> <u>Ao longo do início de quando eu cheguei, não é? Se tivesse uma política para todas as bibliotecas eu acho que seria muito bom, porque quando eu cheguei aqui é estou falando com base, na minha experiência particular, eu cheguei aqui, a Bibliotecária tinha se aposentado. E aí, para eu aprender todas essas coisas que eu, né? Se tivesse (uma política) isso teria sido bom, então eu vejo isso como uma coisa inovadora, uma coisa, um projeto muito bom para daqui, para frente, para vocês que são mais jovens que estão há menos tempo, não é? E para as outras pessoas, que virão e para toda a comunidade, né? Porque a comunidade só virá a se beneficiar, né?</u> <u>É muito importante, sim, até mesmo pra nossa, sobrevivência, né? Da biblioteca e dos bibliotecários, na verdade, sobrevivência, não sei se é uma palavra. Porque para que o bibliotecário e Biblioteca continue tendo a sua valorização, né? Para que continuemos, sendo valorizados, que as pessoas vejam a importância do nosso trabalho, a importância da biblioteca, que é importante ter bibliotecas, né? Porque muita gente acha que é um monte de livro, não sei o quê, não é, então, mas eu não acho que seja dessa forma, né? Então assim é importante, sim, para a valorização do trabalho e valorização da biblioteca.</u>
Desafios	<u>Assim você, você mexe e tal, mas assim você aprender sem ter uma orientação é bem difícil, não é assim, não é fácil, não é? Então é, então eu não vejo muito o IBGE preocupado com essa parte, sabe? O IBGE está preocupado em colocar as coisas no ar, não é, mas não está preocupado em treinar, porque eu acho</u>

	<u>que nós somos a porta de entrada.</u> <u>Nós somos as pessoas que estão de frente para o público e a nossa missão [...] disseminar a informação. Então, para você disseminar, você tem que estar muito preparado.</u> <u>Eu acho que nessa coisa a gente está como bibliotecário no IBGE, principalmente. eu acho que a gente está sempre se reinventando, Para tentar atender uma necessidade de informação. Você está no letramento e você está se reinventando,</u> <u>Como chegou nesse resultado, ele quer resposta (o usuário) metodologia. é uma coisa que você tem que sentar com ele às vezes para poder fazer a conta</u> [...] <u>Pra eu responder, porque eu posso estar te dando uma informação errada, não é Então você se depara com esse tipo de questionamento, e aí, pela nossa atuação, a gente vai, tenta ir atrás uma verdade, então a gente está sempre se reinventando, né?</u>
--	---

E4

Unidade de Registro	Unidade de contexto
Necessidades e sugestões	<i>A gente imagina hoje em que a gente ainda lida com a questão da desinformação, né? Eu entendo que seria um dos motivos da existência da biblioteca quando a gente pensa que é uma biblioteca, né? Estava conversando antes da entrevista começar. Qual é a importância da biblioteca, não é? A gente vê essa relação com a leitura, esse desinteresse, que talvez seja, até nacional eu não posso falar, eu não posso generalizar, claro, mas é o interesse de você proporcionar leitura, proporcionar essa leitura para a população.</i> <u>Eu não acredito que seja possível IBGE atingir sua missão sem assumir letramento como uma atividade essencial. Eu falo que é nessa hora que eu sinto que eu estou cumprindo meu papel dentro IBGE é nessa hora de fazer as atividades de letramento.</u> <i>Mas quando a gente está fazendo atividade de letramento, porque quando eu paro de falar, nossa fez sentido tudo isso para mim. Catalogar vai fazer sentido agora, catalogar uma publicação do censo. [...] Para saber que esse usuário pode ter acesso. A gente percebe que a publicação catalogada não pode</i>

	<u>ser um fim em si mesmo , né? Mas eu acho que gerar informações e orientações para que isso possa ser realizado em todo o Brasil. Sabe, respeitando as características de cada lugar, respeitando as necessidades de cada usuário.</u> <i>E considerando a localização da biblioteca ,de promover eventos. [...] Será que a biblioteca não pode marcar um grande evento, de conhecer seu bairro, para ativar a curiosidade, sabe?</i> <i>Conheça o IBGE, fazer um programa para isso e abrir as portas, pensar numa possibilidade de não só agendar para vir, mas a biblioteca ir até, né?</i>
Desafios	<u>Não tinha muitos concursos para biblioteconomia, sáque depois passou uma fase que foram muitos concursos na área [...] e eles reduziram recentemente . Eu acho que também é responsabilidade nossa, não é? Então por isso que eu digo, é nesse ponto que eu digo que é essencial, porque a gente ficou tão relacionado ao livro, a catalogar, indexar. Mais que isso, o brincar, ele tem seu papel educacional, ele tem seu papel social e eu entendo que tem esse papel também.</u> <i>[...]</i> <i>É com esse perfil, mas talvez houvesse no passado uma resistência a isso, mas o que essa resistência está levando a própria profissão e o que essa resistência pode levar dentro do IBGE? Agora, quando muitos órgãos já tiveram concurso, então só falando um pouco desse cenário, né?</i> <u>A instituição só atinge sua missão se aquele dado transformar o cidadão [...] se a gente quiser problematizar um pouco mais, é atingir a missão para quem? Para o jornalista, que estava esperando na fila para ter [...] A gente vai atingir missão para qual camada da sociedade [...] Se a gente vai retratar o Brasil, a ideia, que sejam todos, seja para todos.</u> <u>Então a gente tem que pensar que o Brasil é diverso e grande, precisa de letramento estatístico, informacional para todos. Porque é tão importante, é essencial como a nossa atividade do dia a dia .Eu Acredito que o letramento dentro do IBGE e da rede de Bibliotecas será um grande projeto.</u> <u>Eu acredito que cabe na Biblioteca. A Biblioteca tem seu papel sócio educacional, e dentro desse papel sócio educacional que entra o letramento, a gente já tem por essência, a gente já estuda por essência [...] na disciplina de usuários .</u> <u>E aí a gente é nesse novo cenário também vai ter que lidar com a desinformação . A gente também vai ter que lidar com</u>

	<i>peessoas que vão ter acesso e pessoas que não vão ter acesso, né? Então, <u>tem tantas vertentes para poder atuar, da desinformação, de levar acesso às pessoas que não têm?</u></i>
--	--

**APÊNDICE C – PRODUTO: CARTILHA PARA PROMOÇÃO DO LETRAMENTO
ESTATÍSTICO**



Letramento Estatístico e Infor Bibliotecários

Elaboração: Danielle Barreiros
Orientação: Prof. Dr. Alberto Calil Elias Jun

Rio de Janeiro
2025



3

APRESENTAÇÃO

4

ECOSSISTEMA
INFORMACIONAL

5

LETRAMENTO ESTATÍSTICO E
LETRAMENTO INFORMACIONAL

10

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

APRESENTAÇÃO

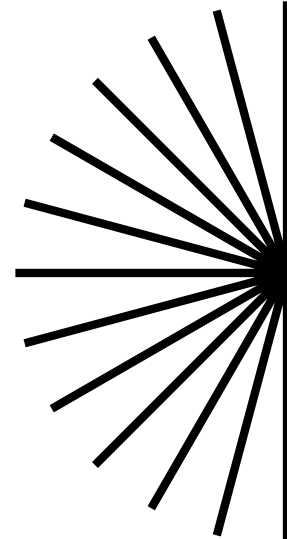
Esta cartilha foi elaborada como produto da dissertação de mestrado com o título “Ações de Letramento estatístico no Sistema de Bibliotecas do IBGE” do programa de mestrado profissional de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) com a orientação do Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior.

Apesar do público alvo principal serem os bibliotecários atuantes no IBGE, esta cartilha poderá ser utilizada por bibliotecários atuantes em outras instituições que desejem conhecer mais sobre a temática em questão.

Importante ressaltar que esta cartilha não é um produto definitivo mas encontra-se em estado de construção, podendo ser aprimorada a partir de diálogos com a comunidade bibliotecária do Sistema de Bibliotecas do IBGE.

Tem como objetivo auxiliar bibliotecários atuantes no Sistema de Bibliotecas do IBGE bem como bibliotecários de outras instituições na promoção de ações de letramento estatístico e informacional.

ECOSSISTEMA INFORMACIONAL



Nos dias atuais, a internet tornou-se uma das principais fontes de informação para a maioria da população, muitas vezes a única fonte consultada. Com uma enorme oferta de informações bem como ampla facilidade de acesso, os indivíduos se deparam com dados e informações produzidas por diferentes atores, nem sempre de qualidade confiável. Essa situação tem tornado os cidadãos suscetíveis à desinformação e a conteúdos de qualidade duvidosa, o que pode impactar na tomada de decisões em diferentes âmbitos.

Essa multiplicação e disseminação acelerada de dados e informações também se dá em relação à informação de natureza estatística, cada vez mais presente em noticiários e conteúdos diversos. A utilização de terminologia estatística, bem como o uso de gráficos e tabelas têm sido também recurso frequente, especialmente utilizado em mensagens veiculadas por mídias impressas e digitais, que podem impactar em decisões pessoais diversas, relacionadas ao bem estar físico, mental e social.

Nesse cenário, torna-se essencial que os indivíduos saibam de forma autônoma acessar, localizar, avaliar criticamente e utilizar dados e informação de forma efetiva em diferentes formatos e em diferentes canais compreendendo aspectos éticos e legais relacionados ao consumo, produção e disseminação de informação. Em vista dessas necessidades, o letramento informacional e o letramento estatístico podem contribuir para formar cidadãos mais bem preparados para lidar com dados e informação estatística em qualquer ambiente.

As bibliotecas desempenham há muito tempo um papel fundamental na promoção de habilidades informacionais e na aprendizagem tendo um amplo potencial para contribuir nos contextos informacionais atuais. Em vista disso, esta cartilha busca contribuir na ampliação da atuação dos bibliotecários do IBGE na temática do letramento informacional e estatístico, podendo também vir a contribuir também com bibliotecários atuantes em outras instituições e que desejem conhecer mais sobre o tema.

LETRAMENTO ESTATÍSTICO E LETRAMENTO INFORMACIONAL

ATUALMENTE AS INFORMAÇÕES NAS MÍDIAS DIGITAIS SÃO PRODUZIDAS POR MÚLTIPLOS ATORES, PODEM ESTAR DISPONÍVEIS EM MÚLTIPLOS FORMATOS, SITUAÇÃO QUE EXIGE DOS INDIVÍDUOS NOVAS HABILIDADES INFORMACIONAIS.

A fim de se planejar e elaborar ações assertivas no âmbito do letramento estatístico e do letramento informacional, é importante ter clareza sobre os conhecimentos, atitudes e habilidades que englobam tais letramentos. O ponto de partida é conhecer as definições da literatura para cada um deles.

Muitos autores defendem a existência de uma inter-relação entre o letramento informacional, estatístico e em dados.

Schild (2004) por exemplo entende que esses letramentos estão ligados por um conjunto comum de problemas, sendo o letramento estatístico uma habilidade especial necessária para se desenvolver o letramento informacional.

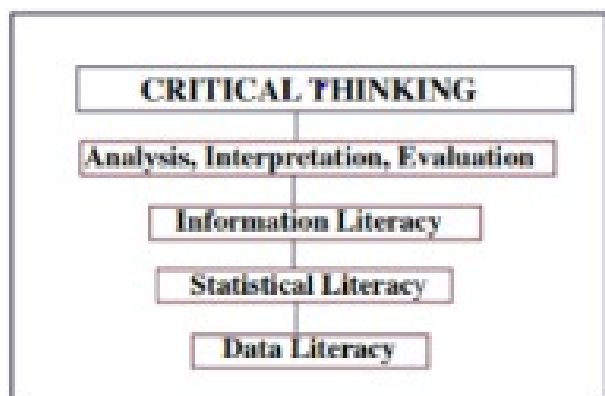
E visto que as estatísticas resumem os dados e são influenciadas por estes e pela forma na qual são selecionados, convertidos e manipulados, o autor entende que o letramento em dados necessita ser um componente essencial tanto da literacia informacional como da literacia estatística. Schild comenta:

“O ponto principal é que a literacia informacional, a literacia estatística e a literacia de dados estão ligadas por um conjunto comum de problemas e por um nível de abordagem semelhante. Todos três são mais gerais do que específicos, cada um deles envolve estudo interdisciplinar e tratam de fundamentos. Eles podem ser úteis para estudantes de qualquer área de especialização. Como tal eles devem ser elementos centrais em uma educação universitária (Schild, 2004, p.9

Essa abordagem de interligação proposta por Schild é chamada de Perspectiva do pensamento crítico, e pode ser visualizada na imagem abaixo:

LETRAMENTO ESTATÍSTICO E LETRAMENTO INFORMACIONAL

Figura x: Critical Thinking Perspective



Fonte: Schield (2004, p. 8)

“ Alguns autores por sua vez percebem uma relação entre o letramento informacional e o letramento midiático e argumentam que estes deveriam ser conceitos integrados em razão da relevância de ambos no atual contexto informacional. A UNESCO (2013) por exemplo propõe no documento “Alfabetização Midiática e Informacional ” a unificação das duas áreas utilizando um conceito composto definido como AMI (Alfabetização midiática e informação), que incorpora elementos de ambos os letramentos.

Independente da abordagem que se decida adotar, é importante compreender a definição desses letramentos.

LETRAMENTO ESTATÍSTICO E LETRAMENTO INFORMACIONAL

Conforme já mencionado, alguns autores entendem que o letramento estatístico está diretamente relacionado ao letramento informacional e deveriam ser ensinados em sinergia. Kläre (2016) afirma que o letramento estatístico combina tanto habilidades estatísticas quanto habilidades informacionais que tange a busca, uso e avaliação de informação estatística. Inclusive, a autora sugere que as bibliotecas poderiam atuar como multiplicadoras no desenvolvimento do pensamento crítico em relação às informações estatísticas, assim como já atuam no desenvolvimento do pensamento crítico em relação à informação em geral.

Uma das definições para Letramento Estatístico é a adotada por Gal (2002, p.3) que o define como:

a) a capacidade das pessoas de interpretar e avaliar criticamente informações estatísticas, argumentos relacionados a dados ou fenômenos estocásticos, que podem encontrar em diversos contextos e quando relevantes;

b) a sua capacidade de discutir ou comunicar as suas reações a tais informações estatísticas, tais como a sua compreensão do significado da informação, ou as suas preocupações relativamente à aceitabilidade de determinadas conclusões.

Outra definição muito conhecida é a de Watson (1997, p.2) que entende que para um indivíduo ser considerado competente estatisticamente é necessário possuir três habilidades: “entendimento básico de terminologia estatística e probabilística; entendimento de linguagem e definições estatísticas e probabilísticas nas discussões sociais e atitude questionadora a fim de contradizer afirmações sem base estatística adequada”.

Resumindo, o letramento estatístico envolve as seguintes habilidades e conhecimentos:

- Entendimento da terminologia estatística;
- Entendimento de definições estatísticas;
- Atitude questionadora e avaliação crítica de dados e informações;
- Capacidade de interpretar informação estatística;
- Capacidade de discutir e comunicar;
- Compreender questões éticas e de propriedade.

LETRAMENTO ESTATÍSTICO E LETRAMENTO INFORMACIONAL

Conforme já citado, alguns autores entendem que o letramento em dados também está relacionado ao letramento estatístico. Prado e Marzal (2013, p.124) o definem como sendo “um conjunto de competências relacionadas à aquisição, avaliação, manuseio, análise e interpretação de dados”.

Schild também menciona a necessidade de se conhecer determinadas ferramentas:

Os alunos precisam compreender uma ampla variedade de ferramentas para acessar, converter e manipular dados. Estes podem precisar compreender linguagem de consulta estruturada (SQL), bancos de dados relacionais (por exemplo, MS Access), técnicas de manipulação de dados, software estatístico (por exemplo, SPSS, STATA, Minitab e MS Excel) e software de apresentação de dados (por exemplo, MS Excel e MS PowerPoint).

Outro aspecto a se ressaltar, é que a informação estatística tem sido de forma frequente apresentada nas mídias e isto torna essencial que o cidadão seja capaz de compreender também o papel e a função das mídias a fim de transitar nos ambientes com segurança e responsabilidade.

Acerca deste aspecto, Calil (2017, p.138) comenta:

emerge a noção de alfabetização midiática e informacional, produto da Sociedade da Informação, o conceito nasce da convergência entre as noções do Information Literacy e do Media Literacy, na medida em que reconhece o papel primordial tanto da mídia quanto da informação para a vida cotidiana e a relevância da construção de habilidades informacionais nos sujeitos em suas relações com as mídias e com os estoques de informação.

LETRAMENTO ESTATÍSTICO E LETRAMENTO INFORMACIONAL

Como as bibliotecas podem então contribuir para empoderar os cidadãos de forma que possam acessar, buscar, compreender, avaliar, usar e criar informações estatísticas em diferentes formatos e por meio de canais diversos?

As bibliotecas já são conhecidas por suas ações e expertise no campo do letramento informacional e podem ampliar seus programas de letramento também para campos do letramento estatístico e midiático além de outros tipos de letramentos relacionados. Muitas ações já foram implementadas por bibliotecas no Brasil e em outros países. Vejamos a seguir algumas sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas pelos bibliotecários do IBGE e por bibliotecários de outras instituições:

SUGESTÕES DE ATIVIDADES



1) Oficina Conhecendo o IBGE.

Público alvo: Estudantes e sociedade civil em geral.

Objetivo: Sensibilizar os cidadãos sobre a função do IBGE e sua importância;

2) Oficina no combate à desinformação sobre o IBGE.

Público alvo: estudantes de nível médio e graduação.

Objetivo: Apresentar conceitos sobre desinformação, fake news, vieses informacionais, bolhas informacionais e notícias falsas divulgadas sobre o IBGE.

Resumo: Realizar dinâmica na qual os estudantes dividem-se em dois grupos e um deles apresenta notícias falsas sobre o IBGE divulgadas nas mídias. O outro grupo responde com informações verdadeiras incentivando o uso correto das fontes de informação.

3) Treinamento em fontes de informação por assunto;

Público alvo: públicos atuantes nas diferentes áreas do conhecimento

Objetivo: Explorar os diferentes canais de disseminação de informação do IBGE realizando as buscas por temas de interesse.

Resumo: Como acessar informações e dados produzidos pelo IBGE em diferentes suportes por assunto.

Apresentação das principais fontes de informação cartográfica, iconográfica e bibliográfica por tema de interesse. Exemplo: Realizar buscas no tema educação, saúde e administração pública no Sidra, biblioteca, Cidades@, Portal do IBGE, entre outros canais.

4) Oficina de letramento midiático com foco em aspectos éticos e legais

Público alvo: Estudantes de diferentes níveis e cidadão em geral

Objetivo: Compreender questões éticas e legais que envolvem a produção, consumo e compartilhamento de conteúdos.

5) Oficina de letramento informacional: Quem disse isso?

Público Alvo: Estudantes de diferentes níveis de ensino

Objetivo: Promover o conhecimento acerca das fontes de informação e suas tipologias e abordar aspectos relacionados a avaliação da informação como aspectos como autoridade, acurácia, atualidade, objetividade entre outros.

Responsabilidades éticas e legais no uso das tecnologias e na produção, consumo e compartilhamento de informações e dados

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

6) Oficina de letramento em dados do censo (oficina desenvolvida pela American Library Association - ALA)

Público alvo: todos os cidadãos

Objetivo: Sensibilizar os cidadãos quanto à importância dos dados do censo para o exercício da cidadania e suas diferentes finalidades práticas.

Resumo: Aprenda a localizar, extrair, avaliar e montar tabelas em bases de dados como SIDRA, PGI entre outras.

7) Oficina de letramento em dados do censo para profissionais da informação (oficina desenvolvida pela American Library Association - ALA)

Público alvo: Bibliotecários e profissionais da informação em geral

Objetivo: Sensibilizar profissionais da informação quanto à importância dos dados do censo e suas diferentes finalidades práticas como por exemplo na contribuição para o conhecimento das comunidades nas quais atuam.

8) Oficina de Fontes de informação do IBGE para estudantes de biblioteconomia

Público alvo: Estudantes de biblioteconomia

Objetivo: Apresentar as fontes de informação do IBGE para estudantes de biblioteconomia e seus acervos fotográficos, iconográficos, cartográficos e bibliográficos, bem como obras raras que reúnem um importante legado sobre a história e cultura do Brasil.

9) Conheça melhor sua comunidade de usuários: treinamento para bibliotecários na base Plataforma Geográfica Interativa - PGI:

Público alvo: Bibliotecários em diferentes áreas de atuação

Objetivo: Apresentar a base PGI e suas potencialidades para o conhecimento das comunidades nas quais as bibliotecas estão inseridas.

Resumo: A base PGI permite conhecer através de filtros espaciais, a quantidade de domicílios bem como de estabelecimentos comerciais, de saúde entre outros em determinada área. Esta particularidade permite melhorar os estudos de comunidade para bibliotecas e o planejamento de serviços de produtos de informação para usuários.

REFERÊNCIAS

1. CALIL JUNIOR, A. **Bibliotecas públicas como locus para a alfabetização midiática e informacional**. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp, 2017
- 2.
3. GAL, Iddo. Adults' Statistical Literacy: meanings, components, responsibilities. *International Statistical Review / Revue Internationale de Statistique*, [S.L.], v. 70, n. 1, p. 1, abr. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/1403713>. Acesso em: 18 fev. 2024.
- 4.
5. GRIZZLE, Alton. Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégia. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.
- 6.
7. KLÄRE, Christina. Quantitative information literacy: designing an online course at the interface between information literacy and statistical literacy. *o-bib: Das offene Bibliotheksjournal*, Munique, v. 4, n.1, 2017. Disponível em: <https://www.o-bib.de/bib/article/view/2017H1S117-131/5764>. Acesso em: 01 nov. 2023.
- 8.
9. PRADO, Javier Calzada; MARZAL, Miguel Ángel. Incorporating Data Literacy into Information Literacy Programs: core competencies and contents. *Libri*, [S.L.], v. 63, n. 2, p. 124-134, jan. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1515/libri-2013-0010>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- SCHIELD, Milo. Information literacy, statistical literacy and data literacy. *IASSIST Quarterly*, [S. l.], v. 28, n. 2-3, p. 1-11. 2004. Disponível em: https://iassistquarterly.com/public/pdfs/iqvol282_3shields.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.
-
- WATSON, J. M. Assessing statistical thinking using the media. In: GAL, I.; GARFIELD, J. B.(eds.). *The assessment challenge in statistics education*. Amsterdam: IOS Press, 1997, p.107-121. Disponível em: <https://iase-web.org/documents/book1/chapter09.pdf?1402524893>. Acesso em: 01 nov. 2023.

OBRIGADA
